



LOUSÃ
MUNICÍPIO DA LOUSÃ
CÂMARA MUNICIPAL

1ª REVISÃO

P
LANO

D
IRETOR

M
UNICIPAL



DEZEMBRO 2012

RELATÓRIO DO PLANO - 2012

RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS

O PDM da Lousã é constituído pelos seguintes documentos escritos:

- Regulamento;
- Relatório 1;
- Relatório 2;
- Relatório de Compromissos Urbanísticos.

O **RELATÓRIO 1** traduz os **Estudos de Caracterização do Território Municipal**, integrando o Enquadramento Municipal e os Estudos de Caracterização. Estes últimos, sintetizam a situação do município em termos de caracterização física, demográfica, económica, urbanística, atividades e equipamentos coletivos, património, turismo e infraestruturas. A síntese aqui apresentada, deriva de estudos sectoriais desenvolvidos mais detalhadamente sobre temas específicos, ao longo do processo de revisão do PDM e que podem complementar a informação deste relatório, nomeadamente em fichas identificativas/descritivas dos edifícios e em cartas em formato digital.

O **RELATÓRIO 2** traduz os **Objetivos e Estratégias – Fundamentação e Programa de Execuções** para o Município, integrando os Antecedentes à revisão do PDM, o Lançamento do Plano (da revisão), o Enquadramento Técnico e Metodológico do processo de revisão, a Avaliação do Território em termos de povoamento, indústria, agrícola e florestal, equipamentos, infraestruturas e turismo, a Composição do Plano, os Objetivos e Estratégias de Desenvolvimento e o Programa de Execuções e Meios de Financiamento.

O **RELATÓRIO DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS** contém as disposições previstas na Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro, apresentando informações relativas ao conjunto de operações urbanísticas de relevância para o apuramento das atividades administrativas e de licenciamento realizadas pela Câmara Municipal da Lousã.

RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

ÍNDICE

1. ANTECEDENTES	5
2. LANÇAMENTO DO PLANO	8
3. ENQUADRAMENTO TÉCNICO, METODOLÓGICO E NORMATIVO	11
3.1. EQUIPA TÉCNICA	12
3.2. CRONOLOGIA	14
3.3. METODOLOGIA	31
3.3.1. ARRANQUE	31
3.3.2. ELABORAÇÃO	33
3.4. ENQUADRAMENTO NORMATIVO	57
4. AVALIAÇÃO DO TERRITÓRIO	71
4.1. POVOAMENTO	76
4.1.1. DINÂMICAS DO POVOAMENTO	76
4.1.2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES	85
4.2. INDÚSTRIA	86
4.2.1. AS DINÂMICAS INDUSTRIAIS	86
4.2.2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES	89
4.3. AGRICULTURA E FLORESTA	90
4.3.1. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS	90
4.3.2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES	102
4.4. EQUIPAMENTOS	104
4.4.1. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	105
4.4.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	107
4.4.3. EQUIPAMENTOS DE AÇÃO SOCIAL	110
4.4.4. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	112
4.4.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL	112
4.4.6. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER	113
4.4.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
4.4.8. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES	115
4.5. INFRAESTRUTURAS	116
4.5.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA	116
4.5.2. DRENAGEM E TRATAMENTO DAS ÁGUAS RESIDUAIS	118

4.5.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	120
4.5.4. ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES	121
4.5.5. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES	122
4.5.6. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES	126
4.6. TURISMO	127
4.6.1. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS	127
4.6.2. CENÁRIOS PROSPETIVOS E ESTRATÉGICOS NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	129
4.6.3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES	131
5. COMPOSIÇÃO DO PLANO	132
5.1. ELEMENTOS	133
5.2. PLANTA DE ORDENAMENTO	137
5.3. PLANTA DE CONDICIONANTES	156
5.4. PLANTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA	163
5.5. PLANTA DOS VALORES NATURAIS	165
5.6. PLANTA DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO	168
5.7. CARTA DAS ZONAS INUNDÁVEIS	169
5.8. RELATÓRIO DE CONFORMIDADE COM A REDE NATURA 2000	170
5.8.1. CARATERIZAÇÃO	170
5.8.2. ELABORAÇÃO DO PLANO	171
5.8.3. CONCLUSÃO	175
5.9. APRESENTAÇÃO SUMÁRIA DO REGULAMENTO	176
5.9.1. SERVIDÕES PÚBLICAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	177
5.9.2. USO DO SOLO, CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SOLOS RURAL E URBANO	178
5.9.3. ESPAÇOS CANAIS	182
5.9.4. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS	184
5.9.5. VALORES PATRIMONIAIS	184
5.9.6. PROGRAMA E EXECUÇÃO DO PLANO	185
6. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO	187
6.1. OBJETIVO GLOBAL	192
6.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	193
6.3. GRANDES MEDIDAS E AÇÕES	194
6.4. UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	197
7. PROGRAMA DE EXECUÇÕES E MEIOS DE FINANCIAMENTO	201
ANEXOS	208

1.

ANTECEDENTES

PDM DE 1ª GERAÇÃO

O Plano Diretor Municipal – PDM – foi elaborado por uma equipa externa à Câmara Municipal, no Gabinete de Apoio Técnico da Lousã – GAT da Lousã em colaboração com a Associação de Municípios dos Vales do Ceira e Dueça – AMVCD. Esta Associação, cuja área de intervenção coincide com o conjunto das respetivas circunscrições territoriais do GAT da Lousã, foi criada com o objetivo de proceder à elaboração de um Plano Diretor Intermunicipal para os concelhos envolvidos, tendo alargado posteriormente o seu âmbito de ação.

A Equipa Técnica pluridisciplinar constituída para o efeito, sofreu algumas alterações ao longo do processo e com apoio de consultores especializados, começou por desenvolver, em 1982 (sob a vigência do Decreto-Lei nº208/82, de 26 de maio), um Plano Diretor Intermunicipal para o conjunto dos concelhos da Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares que posteriormente e já sob a vigência do Decreto-Lei nº69/90, de 2 de março, passou a quatro Planos Diretores Municipais: **PDM da Lousã**, PDM de Miranda do Corvo, PDM de Penela e PDM de Vila Nova de Poiares.

A tramitação do processo do **Plano Diretor Municipal da Lousã**, atualmente em vigor, foi a seguinte:

- Elaboração: entre o segundo semestre de 1982 e o final do ano de 1991;
- Aprovação: Assembleia Municipal da Lousã de 13 de novembro de 1992;
- Ratificação: Resolução de Conselho de Ministros nº 37/93 de 18 de fevereiro de 1993;
- Registo na DGOTDU: 02.06.07.00/0A-93.PD;
- Publicação: Diário da República nº 103 I Série-B de 4 de maio de 1993.

RAN E REN

As cartas da **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** e **Reserva Ecológica Nacional (REN)** foram elaboradas em processos paralelos ao do PDM, com acompanhamento e participação em termos “gráficos” pela equipa do GAT da Lousã / AMVCD, de forma a tornar aqueles processos mais céleres, a tempo de serem integrados nos elementos fundamentais do PDM.

A tramitação do processo de delimitação da **RAN** para o Concelho da Lousã foi o seguinte:

- **Elaboração:** Efetuada ao abrigo do Decreto-Lei nº196/89 de 14 de junho, com base em fotografias aéreas do CNROA/DRABL e cartografada em ortofotomapas à escala 1:10000. Posteriormente foi feita uma transposição para a escala 1:25000 (escala de elaboração do PDM), da responsabilidade da então CCRC, de acordo com protocolo firmado entre aquelas entidades e o GAT da Lousã / Equipa do PDM;
- **Aprovação:** Em 24 de julho de 1991 pelo Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação;
- **Publicação:** Portaria nº 274/91 de 22 de agosto no Diário da República nº 192, II Série de 22 de agosto de 1991.

O processo da **REN** para Concelho da Lousã teve a seguinte tramitação:

- **Elaboração:** Para dar cumprimento ao Decreto-Lei nº93/90 de 19 de março, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº316/90 de 13 de outubro, foram cartografados os ecossistemas constantes nos nºs 2 e 3 do Anexo I do referido Decreto-Lei – Leitões dos Cursos de Água, Cabeceiras das Linhas de Água, Áreas com Risco de Erosão e Áreas de Máxima Infiltração –, sendo esse trabalho da responsabilidade da então Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) e atual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC);
- **Aprovação:** 29 de janeiro de 1993, pelos Ministros do Planeamento e da Administração do Território, da Agricultura, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, do Comércio e Turismo, e do Ambiente e Recursos Naturais;
- **Publicação:** Portaria nº249/93 de 4 de março, no Diário da República nº53, I Série-B.

2.

LANÇAMENTO DO PLANO

A revisão do PDM teve início com base no Decreto-Lei nº69/90 de 2 de março, onde se previa um processo simplificado, apenas com reformulação do Regulamento e das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes.

O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – Decreto-Lei nº380/99 de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº46/2009 de 20 de fevereiro – veio revogar o Decreto-Lei nº69/90 de 2 de março, impondo que o processo de revisão seguisse os trâmites de um processo de elaboração, obrigando à execução de todas as peças escritas e desenhadas, ao acréscimo de elementos e ainda à justificação sistematizada de todas as propostas e medidas a adotar.

Esta situação implicou um aumento considerável de trabalhos e estudos, nomeadamente:

- Atualização e levantamento de informação enquadrada em caracterizações do território, biofísica, social, económica, urbanística, paisagística, cultural, de infraestruturas e de equipamentos coletivos;
- Justificação detalhada e convincente da necessidade de aumento e/ou redefinição dos perímetros urbanos;
- Reuniões de desafetação de solos da RAN e da REN;
- Reuniões sistemáticas com a CTA, parcial ou total, até à aceitação da versão final;

Deste modo, para além da documentação que constitui parte integrante do plano, este é acompanhado por um conjunto de documentos que justificam e fundamentam as opções inseridas no PDM e que são auxiliares na interpretação e aplicação do plano. Estes documentos, já previstos no artigo 86.º do RJIGT, foram também fixados através da Portaria n.º 138/2005, de 2 de fevereiro, que determinou os demais elementos que devem acompanhar o plano, nomeadamente os documentos que o constituem:

- a) Regulamento;
- b) Planta de Ordenamento;
- c) Planta de Condicionantes.

E os documentos que o acompanham:

- a) Estudos de caracterização do território municipal;
- b) Relatório fundamentado das soluções adotadas;
- c) Programa com disposições indicativas sobre a execução de intervenções municipais;
- d) Planta de Enquadramento Regional;
- e) Planta da situação existente à data da revisão;
- f) Relatório com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas e informações prévias favoráveis em vigor;
- g) Carta da estrutura ecológica municipal;
- h) Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- i) Fichas de Dados Estatísticos, elaboradas de acordo com o modelo disponibilizado pela DGOTDU;
- j) Relatório Ambiental.

Conforme previsto no RJGT, mais concretamente no seu artigo 73.º, relativo à qualificação do solo, a definição da utilização dominante, bem como as categorias relativas ao solo rural seriam ainda alvo de decreto regulamentar, no sentido de estabelecer os critérios de classificação e reclassificação do solo, assim como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, aplicáveis a todo o território nacional. Esse desiderato foi alcançado com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio, e que, juntamente com os decretos regulamentares n.º 9/2009, de 29 de maio e n.º 10/2009, de 29 de maio, vieram estabelecer os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial (IGT), no caso do primeiro, e a cartografia a utilizar nos IGT, no caso do segundo, consolidando todo o edifício legal e regulamentar no âmbito da política pública do ordenamento do território e de urbanismo.

3.

ENQUADRAMENTO TÉCNICO METODOLÓGICO E NORMATIVO

3.1. EQUIPA TÉCNICA

Inicialmente, o trabalho de revisão do Plano Diretor Municipal da Lousã foi desenvolvido no GAT da Lousã / AMVCD, em simultâneo com os PDM de Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo e Penela – municípios integrantes da Associação de Municípios e GAT da Lousã – por uma equipa pluridisciplinar, integrando elementos do GAT da Lousã, AMVCD e respetivos representantes de cada Câmara Municipal. A equipa foi alvo de algumas alterações ao longo do tempo, dela fazendo parte técnicos com diversas formações em áreas como Engenharia Civil, Planeamento Regional e Urbano, Geografia, Engenharia Geográfica e Arquitetura. Dessa equipa fizeram parte:

- Santiago Faria, arquiteto, Coordenador – março/1999 a fevereiro/2001;
- Zulmira Duarte, engenheira civil, GAT Lousã – durante todo o processo, coordenadora desde fevereiro/2001 até dezembro 2007;
- Luís Gaspar, desenhador até 2006 – licenciado em, arquitetura, GAT Lousã – durante todo o processo até dezembro 2007;
- Fátima Ferreira, planeamento regional e urbano, C. M. Miranda do Corvo – desde fevereiro/1996 até dezembro 2007;
- Irene Ribeiro, engenheira civil, C. M. Penela – fevereiro/1996 a julho/1999;
- Adelaide Morgado, planeamento regional e urbano, AMVCD e C. M. Penela – fevereiro/1999 a fevereiro/2001;
- Susana China, desenhadora, AMVCD – fevereiro/1999 a março/2001 e desde janeiro/2007 até dezembro 2007;
- Ricardo Grade, geógrafo, C. M. Lousã – desde fevereiro/2000;
- Manuel Sançana, engenheiro civil, C. M. Poiares – fevereiro a outubro/2000;
- Gabriela Fernandes, planeamento regional e urbano, C. M. Poiares – desde dezembro/2000 até dezembro 2007;
- Luís da Vinha, geógrafo, C. M. Penela – março/2001 a dezembro 2005;
- Alexandra Rodrigues, engenheira geógrafa, C. M. Lousã – desde dezembro/2004;
- Catarina Maia, planeamento regional e urbano, C. M. Penela – desde fevereiro 2006 até dezembro 2007;
- Helena Lopes, engenheira geógrafa, AMVCD – desde janeiro/2007 até dezembro 2007;
- Rui Lopes, engenheiro do território, C. M. Penela – desde junho/2007 até dezembro 2007;

O processo de revisão do plano foi acompanhado pela Câmara Municipal, nas pessoas do Sr. Presidente, Vereadores e Técnicos responsáveis pelas temáticas tratadas.

Posteriormente, em 2008, com o encerramento da AMVCD, assistiu-se à transferência de todo o processo de revisão do PDM e de parte da equipa técnica para a Câmara Municipal da Lousã. Desde essa altura, a coordenação dos trabalhos de revisão do PDM foram assumidos pela Chefe de Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, Eng.ª Edite Veríssimo e contou com a colaboração técnica dos seguintes elementos:

- Alexandra Rodrigues, Engenheira Geógrafa, que transitou da equipa técnica do GAT da Lousã/AMVCD;
- Ricardo Grade, Geógrafo, que transitou da equipa técnica do GAT da Lousã/AMVCD;
- Maria do Carmo Caramelo, Planeamento Regional e Urbano, desde janeiro de 2008;
- João Rua, Planeamento Regional e Urbano, colaborador externo de apoio aos trabalhos de revisão desde janeiro de 2010.

O processo de revisão do PDM, após a transferência para a autarquia foi acompanhada e supervisionada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Lousã.

3.2. CRONOLOGIA

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal da Lousã passou por diversas etapas, de onde se destacam, em termos cronológicos:

1998

Fevereiro de 1998

- Reunião com Técnicos da Câmara Municipal para apresentação da versão fevereiro/1998 do “Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM da Lousã”, na Câmara Municipal.

Março de 1998

- Reunião com Técnicos da Câmara Municipal – dia 3 e 19 – para proceder ao levantamento/identificação de situações tipo a integrar no “Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM da Lousã”, no GAT Lousã.
- Apresentação da versão de março/1998 do “Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM da Lousã”.

Fevereiro de 1998

- Deliberação da Câmara Municipal para Revisão do PDM.

Julho de 1998

- Primeira reunião com a Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, representada pelo Sr. Eng.º Santinho, para discussão do método de trabalho de conversão analógico-digital da RAN e ajustes à carta militar em formato *raster*, resultando na aceitação da metodologia.

Setembro de 1998

- Primeira reunião com Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, representada pelos Eng.º Mota Lopes e Dr.ª Fernanda Praça, para discussão da metodologia de conversão analógico-digital da REN e ajustes à

carta militar em formato *raster*, resultando na aceitação do método de trabalho.

Outubro de 1998

– Deliberação do Conselho de Administração da AMVCD, para realização do concurso “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Novembro de 1998

– Publicação da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA).

Dezembro de 1998

– Reunião, no IPCC, com a Sr.ª Eng.ª Alice Antão, para discussão de questões relacionadas com a cartografia numérica à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCNK10), no sentido de despoletar o processo de execução para os concelhos da AMVCD.

1999

Janeiro de 1999

– Primeira reunião com o INE, na pessoa do Sr. Professor Doutor Albergaria, solicitada por este, conducente ao estabelecimento de um Protocolo entre o INE e a AMVCD no âmbito da BGRI2001 (Base Geográfica de Referenciação da Informação) para os Censos 2001.

Março de 1999

– Primeira reunião de trabalho com o Sr. Arq.º Santiago Faria – consultor da Equipa Técnica desde março de 1999 a fevereiro de 2001. Foi feita a apresentação do Documento Justificativo, dos trabalhos iniciados, da cartografia pretendida e da metodologia utilizada para conversão analógico-digital das cartas, nomeadamente quanto à RAN e à REN.

Mai de 1999

– Segunda reunião com Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, representada pelo Eng.º Hortas e Eng.º Santinho. Foram prestados esclarecimentos, aceites pelos mesmos, sobre os processos de conversão

análogo-digital da carta da RAN existente/publicada:

- Digitalização da informação (limites da RAN “bruta”) desenhada sobre os Ortofotomapas, aquando da elaboração dos PDM's, que por sua vez havia sido obtida dos limites desenhados pela Comissão da Reserva Agrícola sobre fotografia aérea;
 - Obtenção da carta final da RAN, por compatibilização com os aglomerados urbanos da Planta de Ordenamento do PDM (tendo em consideração as áreas desafetadas) e com as outras classes de espaço, bem como ajustes/acertos de “bom senso”, nomeadamente a caminhos, linhas de água e curvas de nível das cartas militares à escala 1:25000.
- Disponibilização das cartas da RAN em formato digital, deste Município, à Comissão da Reserva Agrícola, para integração na base digital que pretendem elaborar para a Região Centro.
- Promoção de concurso, por Ajuste Direto, para a realização de um voo com o objetivo de obter a cobertura aerofotográfica para produção de fotografia aérea à escala 1:22500, destinada à elaboração de cartografia numérica à escala 1:10000.

Junho de 1999

- Publicitação através de aviso, publicado em jornais de âmbito nacional e regional, dando conhecimento da revisão do Plano Diretor Municipal e convidando todos os interessados a apresentar por escrito, as sugestões e reclamações relativas à revisão do PDM.

Julho de 1999

- Primeira reunião com a CTA – dia 8 – no GAT Lousã.
- Publicação, em Diário da República, do anúncio de concurso público para elaboração de “Cartografia numérica à escala 1:10000 dos concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e área envolvente” – Diário da República nº 163, III Série de 15 de julho de 1999.

Setembro de 1999

- Segunda reunião com Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, nas pessoas da Dr.ª Alexandra Grego e Dr.ª Susana Moreira, com a presença do Arq.º Santiago Faria, onde foram discutidos os seguintes temas:

- Conversão analógico-digital da REN e ajustes à carta militar em formato *raster* – exposição da metodologia usada no GAT;
- Apresentação da 1ª análise realizada pela D.R. Ambiente sobre a carta em formato digital da REN existente do Concelho da Lousã;
- Primeira proposta da Direção Regional do Ambiente (DRA) sobre a redefinição das “Áreas de infiltração máxima” da REN da Lousã;
- Disponibilização dos ficheiros digitais com informação gráfica da REN dos 4 Concelhos à Drª Alexandra, para visualização e compatibilização dos mesmos com a imagem *raster* das cartas militares existentes na D.R. do Ambiente;
- Agendamento de uma reunião para a 2ª ou 3ª semana de setembro, para debater o último ponto referido.
- Ficou, ainda, estabelecido com a representante da D.R., procederem à compatibilização da REN digital do GAT da Lousã com as cartas de REN digitalizadas pela D.R. Ambiente, com o objetivo de futura adoção das primeiras em detrimento das segundas.

2000

Fevereiro de 2000

- Apresentação de dois técnicos estagiários – 1 Eng.º civil pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares e 1 geógrafo pela Câmara Municipal da Lousã – que servirão de interlocutores junto das respetivas C.M.'s na recolha e atualização de informação.
- Assinatura do protocolo PROCARTA entre a AMVCD e o então IPCC, para a realização de cartografia numérica à escala 1:10000.

Maior de 2000

- Primeira reunião com representantes da firma Ventura da Cruz Planeamento (Aveiro), que se encontra a elaborar os Planos de Urbanização das Sedes de Freguesia de Casal de Ermio, Foz de Arouce e Serpins, para compatibilização dos trabalhos de ambas as equipas.
- Primeira reunião com representantes da firma Plural, Planeamento Urbano, Regional e de Transportes, Lda. (Carcavelos), que se encontra a elaborar o Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Vilarinho, para compatibilização dos

trabalhos de ambas as equipas.

Junho de 2000

- Terceira reunião com a Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais do Centro, nas pessoas do Eng.º Mota Lopes, Eng.º Armando Carvalho, Dr.ª Alexandra Grego e Eng.ª Leonor Silva, com a presença do Eng.º Armando Basso, Diretor Regional do Ordenamento do Território, CCRC, com o objetivo de conjugar esforços e estabelecer metodologias/estratégias de trabalho entre aquela Direção Regional e a Equipa Técnica de Revisão dos PDM's, na coordenação de trabalhos entre a redefinição das cartas da REN, pelos primeiros, e as propostas no âmbito da revisão dos PDM's, pelos segundos.

Outubro de 2000

- Reunião com representantes do IPA (Instituto Português de Arqueologia) de Viseu, nas pessoas do Dr. Monteiro e Dr.ª Gertrudes, para apresentação de locais/áreas e documentação de interesse arqueológico, no GAT Lousã.

Novembro de 2000

- Reunião com os Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Lousã – Dr. Fernando Carvalho, Eng.º Manuel Parola, Dr. Jorge Alves –, para apresentação e discussão de assuntos a apresentar na reunião da CTA de dia 29 de novembro (Cadernos sectoriais – diagnóstico e propostas – e expansão de aglomerados urbanos).

Novembro de 2000

- Conclusão dos cadernos sectoriais da Ação Social, Desporto e Educação.
- Segunda reunião com a CTA – dia 29 – no GAT Lousã.

Dezembro de 2000

- Dia de grande cheia (a maior das últimas décadas) – dia 7. Trabalhos de campo, de delimitação em carta militar de algumas áreas inundadas dos Rios Ceira e Arouce.
- Segunda reunião com representantes da firma Ventura da Cruz (Aveiro), que se

encontra a elaborar os PU's das Sedes de Freguesia de Casal de Ermio, Foz de Arouce e Serpins, para compatibilização de áreas urbanas existentes e expansões.

2001

Janeiro de 2001

– Controle de qualidade posicional do MNT/MNA correspondente à Fase 1 da Zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Fevereiro de 2001

– Primeira apresentação do PDM na Assembleia Municipal de Lousã – dia 23.

Março de 2001

– Conclusão do caderno sectorial de Cultura e Lazer.

Abril de 2001

– Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:

- Estrutura gráfica e multicondicionamento dos ficheiros MNT correspondente à Fase 2 da Zona A;
- Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona A;
- Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona A;
- Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona B;
- Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona B.

Junho de 2001

– Reunião com o Sr. Eng.º Rebelo da CCRC com o objetivo de:

- Reformular, detalhar, atribuir responsabilidades e apontar entidades fornecedoras da informação;

- Preparar uma ficha/inventário global para recolha/levantamento de informação dos setores em falta;
- Completar a análise da avaliação da execução dos objetivos do PDM em vigor (identificação dos objetivos e estratégia do PDM, síntese da estratégia e do modelo que lhe está subjacente);
- Definir estratégia e modelo no novo PDM – dialogar com os 4 Presidentes de Câmara.

– Conclusão dos cadernos sectoriais de Saúde, Salubridade Pública, e Segurança e Proteção Civil.

Agosto de 2001

- Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:
- Estrutura gráfica e multicodificação dos ficheiros MNT correspondente à Fase 2 da Zona A;
 - Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona A;
 - Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona A.

Outubro de 2001

– Conclusão do caderno sectorial do Património Cultural.

Novembro de 2001

- Controle de qualidade relativo ao completamento de campo da zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.
- Conclusão do caderno sectorial do Património Paisagístico.

Dezembro de 2001

– Conclusão do caderno sectorial do Turismo.

2002

Janeiro de 2002

- Entrega, à Equipa do PDM, de uma versão da REN elaborada sobre as cartas militares, à escala 1:25000, da responsabilidade da CCDRC / DRAOTC, para o Concelho da Lousã.
- Elaboração de um documento, pela Equipa Técnica do PDM, justificativo da vantagem de utilização da mesma base cartográfica – cartografia numérica à escala 1:10000, oficial e atualizada, promovida para o PDM – para a redefinição da REN e para o processo de revisão do PDM.
- Conclusão da apreciação das sugestões e reclamações apresentadas pelos municípios.

Abril de 2002

- Reunião com técnicos da DRAOTC, nas pessoas da Dr.ª Fernanda Praça e Dr. Veiga Simão, sobre o ponto de situação da REN, em elaboração naquele serviço. Foi informado que estaria pronta até 15 de maio.

Maiο de 2002

- Entrega, à equipa do PDM – dia 15 – de uma nova versão da REN, “REN bruta”, elaborada sobre a cartografia 1:10000.
- Reunião com técnicos da CCDRC, Dr.ª Fernanda Praça e Dr.ª Alexandra Grego – dia 17 – para discussão do processo de elaboração da REN dos PDM's de segunda geração.
- Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:
 - Estrutura gráfica e multicodificação dos ficheiros MNT correspondente à Fase 2 da Zona A;
 - Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 3 da Zona A;
 - Completamento de campo correspondente à Fase 4 da Zona A;
- Reunião – dia 29 – entre técnicos da CCDRC, Dr.ª Fernanda Praça e Dr.ª Alexandra Grego, Câmaras Municipais e Equipa Técnica para apresentação e discussão da “REN bruta” no que respeita ao seu procedimento de elaboração

e fases subsequentes que terminarão com a sua publicação em diário da República.

Junho de 2002

– Reunião com a Dr.ª Alexandra Grego da CCDRC, para discussão de ajustes dos aglomerados urbanos à REN “bruta” fornecida pela DRAOTC.

Julho de 2002

– Conclusão do caderno sectorial de Vias e Transportes.

2003

Janeiro de 2003

– Alteração da composição da CTA motivada por desagregação de Ministérios e por adição da entidade ICN.

Fevereiro de 2003

– Reunião com Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro (DRAOTC) e os Srs. Presidentes das Câmaras Municipais, com o objetivo de estabelecer uma discussão sobre:

- Definição de algumas linhas de orientação da revisão do Plano Diretor Municipal;
- Estratégia para compatibilização entre Planos de Urbanização e Planos Diretores Municipais;
- Estratégia para as reuniões de desafetação de áreas da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional;
- Nova portaria sobre a estratégia de trabalho da CTA (Comissão Técnica de Acompanhamento).

– Reunião entre a equipa do PDM, Executivo Municipal e Técnicos da Câmara Municipal, para discussão de propostas no âmbito dos estudos sectoriais, equipamentos, infraestruturas, turismo e aglomerados urbanos.

– Controle de Qualidade do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”, nas fases:

- Completamento de campo correspondente à Fase 3 da Zona B;
- Conteúdo e edição/generalização do MNT correspondente à Fase 4 da Zona B.

Março de 2003

- Apresentação “CARTOGRAFIA DIGITAL PARA SIG – A experiência dos municípios como grandes consumidores de cartografia”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, na Fundação Cupertino de Miranda, Porto.

Abril de 2003

- Controle de Qualidade do Modelo Numérico Cartográfico (MNC) correspondente à Fase 5 da zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.
- Promoção dos convites, a empresas da especialidade, para elaboração do Mapa de Ruído Municipal.

Maior de 2003

- Reunião na Direção Regional de Ambiente e Ordenamento do Centro (DRAOTC), entre a equipa de revisão do PDM, a DRAOT, a Câmara Municipal da Lousã e um representante da empresa Ventura da Cruz Planeamento dos PU's da Lousã, Serpins, Casal de Ermio e Foz de Arouce, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Apresentação de proposta de reclassificação e requalificação dos solos urbanos a integrar nos PDM's e PU's;
 - Apresentação de proposta para a Estrutura Ecológica Municipal dos concelhos da Lousã;
 - Discussão da metodologia de integração de Equipamentos e áreas diversas no PDM;
 - Discussão do modelo de regulamento do PDM, bem como a integração de novos elementos decorrentes da legislação em vigor;
 - Discussão sobre a implementação de Parques de Sucatas e respetiva inclusão em Espaço Industrial;
 - Discussão sobre a inclusão dos Mapa de Ruído no PDM;
 - Discussão da metodologia de trabalho para as futuras reuniões de desafetação da REN e da RAN;
 - Apresentação e discussão de novos conceitos aplicados em PDM.

Junho de 2003

- Entrega, à equipa do PDM, de uma nova versão da REN com integração da zona de deslizamentos de terras no sopé da Serra da Lousã, pela CCDRC.
- Controle de Qualidade do Modelo Numérico Cartográfico (MNC) correspondente à Fase 5 da Zona B do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Julho de 2003

- Reunião sobre os PU's do Concelho da Lousã, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC.
- Adjudicação do Mapa de Ruído Municipal à Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI) da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2003

- Reunião sobre os PU's do Concelho da Lousã, com a presença da equipa do PDM, na Câmara Municipal.

Dezembro de 2003

- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, no IGP, Lisboa.
- Conclusão da versão 1 dos processos de desafetação de solos da REN e da RAN.

2004**Fevereiro de 2004**

- Conclusão dos cadernos sectoriais de Caracterização Física e Caracterização Sócio-Económica e urbanística.
- Reunião com EDP para recolha de informação sobre Rede Elétrica, no GAT.

- Reunião com a ADAI, para recolha de informação sobre áreas ardidadas, em Coimbra.
- Reunião com a ADAI sobre o Mapa de Ruído, em Coimbra.
- 1ª Reunião, entre a equipa do PDM, CCDRC e DRABL, para discussão de desafetação de solos da REN e da RAN, na CCDRC.

Março de 2004

- Reunião com EDP para recolha de informação sobre Rede Elétrica, no GAT.
- Reunião com EDP para recolha de informação sobre Rede Elétrica, em Coimbra.

Abril de 2004

- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, em Évora e Santarém.

Mai de 2004

- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, na Guarda, na Covilhã, no Porto e em Faro.
- Apresentação “UTILIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA 10k e 2k – A experiência da AMVCD”, enquadrada na utilização da cartografia 1:10000 no processo de revisão do PDM, no âmbito da ação de formação “A CARTOGRAFIA OFICIAL APLICADA À SILVICULTURA”, ao IDARC, na Lousã.

Junho de 2004

- Duas reuniões, sobre os PU's do Concelho da Lousã, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC.
- Controle de qualidade da conversão do modo numérico para o modo analógico (Saídas Gráficas) correspondente à Fase 6 da Zona A do Concurso Público nº1/99 de execução de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente”.

Julho de 2004

- Reunião sobre os PU's do Concelho da Lousã, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC.

Setembro de 2004

- Reunião sobre os PU's do Concelho da Lousã, com a presença da equipa do PDM, na CCDRC.

Outubro de 2004

- Reunião de apresentação do Mapa de Ruído, pela ADAI, no GAT da Lousã.

Novembro de 2004

- Receção do Mapa de Ruído Municipal e controle de qualidade do mesmo.
- Reunião entre a equipa do PDM, Executivo Municipal e Técnicos da Câmara Municipal, para discussão da versão 3 do processo de desafetação de solos da REN e da RAN.
- Conclusão e envio, à CCDRC e DRABL, da versão 3 dos processos de desafetação de solos da REN e da RAN.

Dezembro de 2004

- Controle de qualidade da conversão do modo numérico para o modo analógico (Saídas Gráficas) correspondente à Fase 6 da Zona B do Concurso Público nº1/99 de execução de "Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Vila Nova de Poiares e área envolvente".

2005

Janeiro de 2005

- Apresentação, pelo ICN, de proposta do Plano sectorial da Rede Natura 2000, com informação útil a integrar no processo do PDM, na CCDRC

Fevereiro de 2005

- Duas reuniões com Técnicos da Câmara Municipal sobre infraestruturas para integração no PDM, na Câmara Municipal.
- Reunião, no GAT da Lousã, com o Diretor Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro – Eng.º Armando Basso –, presidentes das Câmaras Municipais e Equipa Técnica do PDM, para discussão da redefinição da REN dos Municípios de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, com base em novos critérios, diferentes dos da REN maio/2002. Foi decidido promoverem-se as novas cartas da REN.
- Reformulação das Cartas da REN, da responsabilidade da CCDRC, com a colaboração da Equipa Técnica do PDM de modo a tornar o processo mais célere.

Março de 2005

- Entrega, à Equipa do PDM, para aferição, de uma nova versão da REN, da responsabilidade da CCDRC, para o Concelho da Lousã.

Abril de 2005

- Reuniões com um dos Técnicos responsáveis pela delimitação da REN – Dr.ª Emília Amorim –, na CCDRC, para aferição da nova versão da REN, nomeadamente em termos de compatibilização com Espaço Urbano.

Maior de 2005

- Versão da REN maio/2005, após aferição de detalhes com a CCDRC.

Julho de 2005

- 2ªe última reunião, entre a equipa do PDM, CCDRC e DRABL, para discussão de desafetação de solos da REN e da RAN, na CCDRC.

2006**Janeiro de 2006**

- 3ªReunião da CTA – dia 10.

2007

Fevereiro de 2007

– 4ª Reunião da CTA – dia 15.

2008

Janeiro de 2008

- Reunião com a Comissão Regional da Reserva Agrícola do Centro para ratificação da desanexação das manchas da RAN no âmbito do processo de revisão do PDM.

Dezembro 2008

- Atualização dos cadernos sectoriais;

2009

Março 2009

- Receção do Relatório de Fatores Críticos (RFC) relativamente ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM;

Mai de 2009

- Receção da 1ª revisão do Mapa de Ruído;

2010

Fevereiro 2010

- Receção do Relatório Ambiental referente ao processo de Avaliação Ambiental Estratégica da revisão do PDM;

Mai 2010

- Com a publicação dos decretos regulamentares relativos à cartografia, conceitos técnicos e critérios de classificação e reclassificação do solo foi

necessário efetuar uma reunião na CCDRC, no sentido de avaliar as alterações necessárias à proposta de revisão do PDM da Lousã, de modo a adequar a mesma às novas exigências regulamentares.

Junho 2010

- Reunião com o representante da Comissão Regional da Reserva Agrícola, na Câmara Municipal, com vista a análise de novas áreas a desafetar da RAN, tendo em conta a revisão das propostas de ordenamento introduzidas no Plano;
- Envio à Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional, para análise preliminar, de novas manchas de desafetação a propor no âmbito da revisão do PDM. Áreas apreciadas e remetidas para aprovação em sede de reunião de CTA;
- Reunião com o representante da Associação Florestal Nacional, Eng.º Paul, na Câmara Municipal da Lousã, com o objetivo de analisar a componente do plano, referente ao setor florestal.

Dezembro 2010

- Conferência de serviços com entidades não representadas na CTA da revisão do PDM. A orientação dos pareceres das entidades foi favorável, embora condicionado à necessidade de se proceder a algumas atualizações/correções dos elementos que constituem a proposta do plano, conforme sugerido pelas entidades presentes.

Estiveram presentes as seguintes entidades:

- Administração Regional de Saúde do Centro, IP;
- Águas do Mondego, SA;
- Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Direção Geral de Energia e Geologia;
- Direção Regional de Educação do Centro;
- Instituto do Desporto de Portugal, IP;
- Autoridade Nacional de Comunicações;
- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP;
- Metro Mondego, SA.

Não estiveram presentes, mas enviaram parecer:

- Instituto Nacional de Aviação Civil;
- Rede Elétrica Nacional;
- Rede Ferroviária Nacional, EPE.

Janeiro 2011

- Quinta reunião com a CTA na CCDRC.

Esta reunião teve como propósito a avaliação da proposta de revisão do PDM da Lousã para emissão do parecer final.

3.3. METODOLOGIA

O processo de revisão do Plano Diretor Municipal da Lousã passou por duas etapas – arranque e elaboração – até ao parecer final da Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA), cuja metodologia de trabalho se apresenta resumidamente.

3.3.1. ARRANQUE

16 de fevereiro de 1998 – Deliberação da Câmara Municipal para Revisão do PDM

O processo de revisão teve início com a preparação do “**Documento justificativo da necessidade de revisão do PDM da Lousã**”. Elaborado pela Equipa Técnica do GAT Lousã / AMVCD, com a colaboração de técnicos da Câmara Municipal, este pretendia fazer uma análise/diagnóstico da implementação do PDM da 1ª geração, assim como um levantamento das dificuldades encontradas que impediam o correto ordenamento e desenvolvimento do Concelho, tendo sido identificadas as seguintes situações:

- Não usufruiu dos ensinamentos colhidos em situações já discutidas e/ou testadas anteriormente, por ter sido um dos primeiros PDM's elaborados, a nível nacional – publicado a 4 de maio de 1993 por Resolução do Conselho de Ministros nº 37/93;
- Situações que contrariam a lei geral em vigor;
- Pouca flexibilidade em termos de Regulamento do Plano;
- Entraves ao desenvolvimento do Concelho originados pelo carácter mais restritivo de que tem vindo a ser alvo a legislação geral da REN;
- Falta de cartografia de base atualizada;
- Situações desadequadas às necessidades e anseios da população.

O Documento foi concluído em março de 1998 e serviu como justificativo para a revisão do PDM – dado que ainda não haviam decorrido os 10 anos de vigência exigidos pela legislação em vigor –, foi apresentado em Sessão

de Câmara e serviu de base à deliberação para revisão do PDM. Posteriormente foi remetido à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), tendo sido aceite por esta e consequentemente despoletado o processo de revisão.

24 de novembro de 1998 – Publicação da CTA (alterada em 16 de janeiro de 2003)

A **CTA** para o processo de revisão do PDM da Lousã foi aprovada por despacho nº20478/98 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (SEALOT), em 4 de novembro de 1998 e publicada no Diário da República nº272, II Série, de 24 de novembro. A constituição final, após algumas alterações motivadas por desagregação de Ministérios e por adição da entidade ICN (por Despacho nº911/2003 do SEALOT), é a seguinte:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro – CCDRC;
- Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território do Centro – DRAOTC;
- Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – DGOTDU;
- Direção Regional de Agricultura da Beira Litoral – DRABL;
- Direção Regional de Economia do Centro – DREC;
- Instituto Português da Património Arquitectónico – IPPA;
- Direção Geral de Florestas – DGF;
- Direção Geral dos Edifícios e Monumentos do Centro – DGEMC;
- Direção Geral do Turismo – DGT;
- Instituto de Estradas de Portugal – IEP;
- Instituto da Conservação da Natureza – ICN.

3.3.2. ELABORAÇÃO

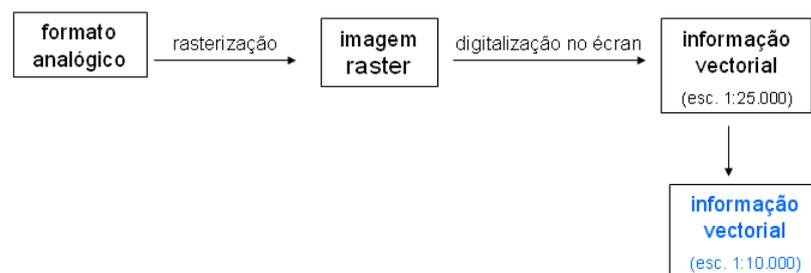
A elaboração do PDM decorreu em várias etapas, com o desenvolvimento de diversos trabalhos, em algumas situações indiretamente ligados ao PDM, mas imprescindíveis ao processo de revisão. Alguns destes procedimentos, pela sua complexidade, morosidade e ausência de modelos, implicaram o arrastamento do processo, de onde se destacam a promoção da cartografia base e respetivo controlo de qualidade, a promoção do Mapa de Ruído Municipal, a colaboração com o INE na preparação da BGRI2001 para os Censos2001, colaboração com o IGP na divulgação das potencialidades da cartografia numérica à escala 1:10000, e a colaboração/acompanhamento com a CCDRC nas diversas versões da REN.

Do processo de elaboração, para além da produção e/ou reformulação de peças escritas e desenhadas que no capítulo próprio se descreverão – Cap. 5 –, destacam-se as seguintes etapas:

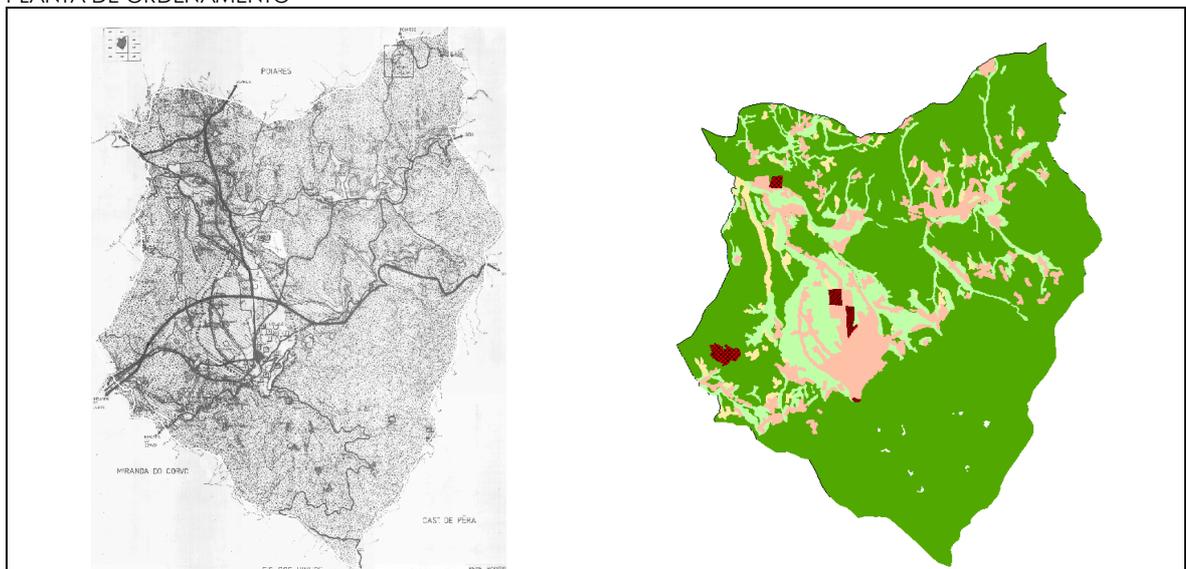
- Conversão analógico-digital das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM da 1ª geração;
- Promoção de cartografia oficial, digital e atualizada e respetivo controlo de qualidade;
- Publicitação e participação pública, para apresentação de sugestões e reclamações;
- Análise das sugestões e reclamações;
- Avaliação do estado de execução dos objetivos do PDM da 1ª geração;
- Ajustes da informação das plantas de ordenamento e de condicionantes à cartografia em formato digital, à escala 1:10000;
- Multicodificação das plantas de ordenamento e de condicionantes;
- Elaboração de estudos sectoriais de caracterização do território municipal;
- Promoção do Mapa de Ruído Municipal;
- Contactos com diversas Entidades;
- Processo da REN;
- Reuniões de desafetação da RAN e da REN, com DRABL e CCDRC;
- Reuniões de coordenação PDM/PU's;
- Reuniões com a Comissão Técnica de Acompanhamento.

CONVERSÃO ANALÓGICO-DIGITAL DAS PLANTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES DO PDM DA 1ª GERAÇÃO

O PDM publicado em 1993 foi elaborado em formato analógico, tendo como base a cartografia à escala 1:25000 do Instituto Geográfico do Exército. Como era pretensão da Equipa Técnica produzir o novo PDM em formato digital, tendo como base uma cartografia digital, oficial e atualizada, verificou-se a necessidade de, antes de mais, proceder à conversão das plantas existentes de modo a constituírem uma base de partida para os trabalhos de revisão. Assim houve que proceder à digitalização, inicialmente em mesa digitalizadora e posteriormente no écran sobre a imagem *raster* das plantas do PDM. Obtiveram-se então as Plantas em formato digital (informação vetorial).



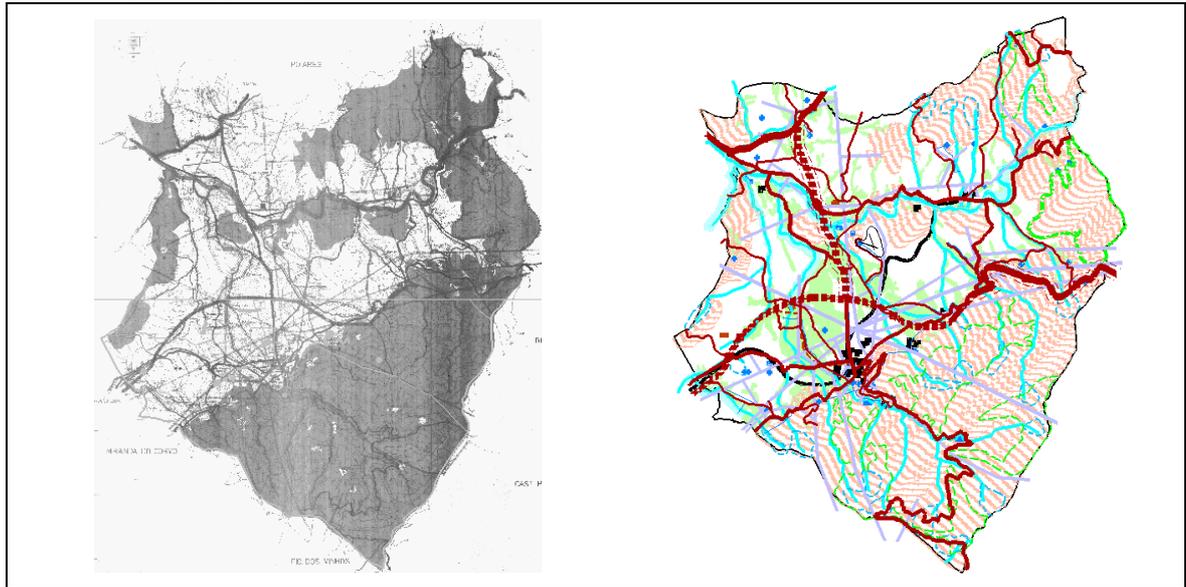
PLANTA DE ORDENAMENTO



FORMATO ANALÓGICO

FORMATO DIGITAL VETORIAL

PLANTA DE CONDICIONANTES



FORMATO ANALÓGICO

FORMATO DIGITAL VETORIAL

PROMOÇÃO DA CARTOGRAFIA OFICIAL, DIGITAL E ATUALIZADA E RESPECTIVO CONTROLO DE QUALIDADE

A promoção da elaboração da base cartográfica – cartografia numérica digital oficial à escala 1:10000 – para Revisão do PDM, foi um processo moroso e complicado, nomeadamente no que diz respeito ao controlo de qualidade, implicando atrasos nos trabalhos de planeamento e ordenamento.

Um dos pressupostos que serviram de justificação para a revisão do PDM foi a sua elaboração com base em cartografia desatualizada. Para fazer face a tal situação a AMVCD / GAT Lousã decidiu promover a execução de cartografia em formato digital. Depois de contactos com diversas entidades – Instituto Geográfico do Exército (IGeoE), Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto Geográfico Português (IGP) – decidiu avançar com o concurso para execução de cartografia numérica, à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCNK10), através do estabelecimento de um protocolo – PROCARTA – com o então Instituto Português de Cartografia e Cadastro (IPCC), atual IGP.

A exigência por parte da Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) na utilização de cartografia oficial ou homologada para execução de planos de ordenamento do território reforçou a

opção pela cartografia numérica à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCNK10), obtendo-se assim cartografia oficial.

Foi então promovido o concurso (Ajuste Direto) para a realização da cobertura aerofotográfica para produção de fotografia aérea à escala 1:22500, destinada à elaboração de “Cartografia Numérica à escala 1:10000 dos Concelhos de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares e área envolvente”, à escala 1:10000, em maio de 1999 tendo o concurso público para elaboração de cartografia numérica sido lançado em julho de 1999. A execução da cartografia foi adjudicada, à empresa Geometral, em janeiro de 2000.

A execução da cartografia compreendia uma área de 120000 hectares, sendo que apenas 50000 hectares diziam respeito aos concelhos da AMVCD / GAT Lousã, abrangendo a restante área concelhos vizinhos (Coimbra, Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Góis, Arganil e Penacova).

No protocolo PROCARTA estava previsto que a realização do controle de qualidade seria executado por ambas as partes. Deste modo a AMVCD / GAT Lousã, através da Equipa Técnica de revisão do PDM, realizou tarefas inerentes ao controle de qualidade da cartografia numérica à escala 1:10000, das quais se destacam:

- Controle de Qualidade posicional do *Modelo Numérico Topográfico (MNT) / Modelo Numérico Altimétrico (MNA)* – Por coordenação de pontos GPS pelo método estático, Cálculo do Erro Médio Quadrático, por levantamento por GPS de 20 pontos, numa amostra pré determinada de uma folha;
- Controle de Qualidade da estrutura gráfica e multicondicionamento dos ficheiros MNT – Verificação automática de formatos, unidades, códigos, e estrutura gráfica através de um software específico – V10K;
- Controle de Qualidade do conteúdo e edição/generalização (ngXis) MNT – Verificação automática dos elementos gráficos em termos de descontinuidades e geração de polígonos através de um software específico – ngXis;
- Completamento de campo (MNT) – Realizado através da verificação de campo, nomeadamente da quantificação dos elementos omissos ou incorretos através de amostragem;
- Qualidade/Geração do *Modelo Numérico Cartográfico (MNC)* – Realizado através da verificação em estação gráfica, de diversos parâmetros de produção

do MNC, nomeadamente Toponímia, Simbologia, Cercadura, Informação Marginal e Ligação entre folhas, por amostragem;

- Controle de Qualidade das saídas gráficas – MNC – Avaliação da qualidade da conversão do MNC do modo numérico para o modo analógico (Saídas Gráficas).

PUBLICITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA, PARA APRESENTAÇÃO DE SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

O Decreto-Lei nº380/99 de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº46/2009, de 20 de fevereiro, prevê no seu artigo 77º que a Câmara Municipal publicite, através da divulgação de avisos, a deliberação que determina a elaboração do plano de forma a permitir a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração/revisão do PDM.

Apesar de a revisão do PDM ter sido iniciada ao abrigo do Decreto-Lei nº69/90, de 2 de março, e não estar obrigado aquela publicitação, foi entendimento da Equipa Técnica proceder à auscultação da população de modo a tornar o processo mais transparente e participativo, bem como a recolha de sugestões úteis e válidas para o desenvolvimento do território. A Câmara Municipal divulgou assim o seguinte anúncio, convidando os interessados a apresentarem as suas sugestões e/ou reclamações.

Município da Lousã

AVISO Nº 22/99

A Câmara Municipal da Lousã, Torna Público que está em elaboração a Revisão Extraordinária do Plano Director Municipal da Lousã, pelo que se convida todos os interessados a apresentar por escrito, as suas sugestões e reclamações, na Câmara Municipal, para posteriormente serem presentes à equipa de Revisão do Plano Director Municipal.

Lousã, 28 de Junho de 1999
P'lo Presidente

Trevim nº738, de 08/07/99

ANÁLISE DAS SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

Decorrente da fase de auscultação da população, foram recebidas 143 sugestões e reclamações, por parte dos munícipes, que era necessário analisar e dar uma resposta. Para tal foi feita uma listagem com identificação numérica de todas as sugestões e reclamações, foram localizadas cartograficamente, e analisadas, por um lado face ao PDM em vigor em termos de classe de espaço e condicionantes e por outro lado face aos estudos da revisão em termos de propostas de ordenamento do território. Por fim, foram comunicados os resultados da análise aos munícipes.

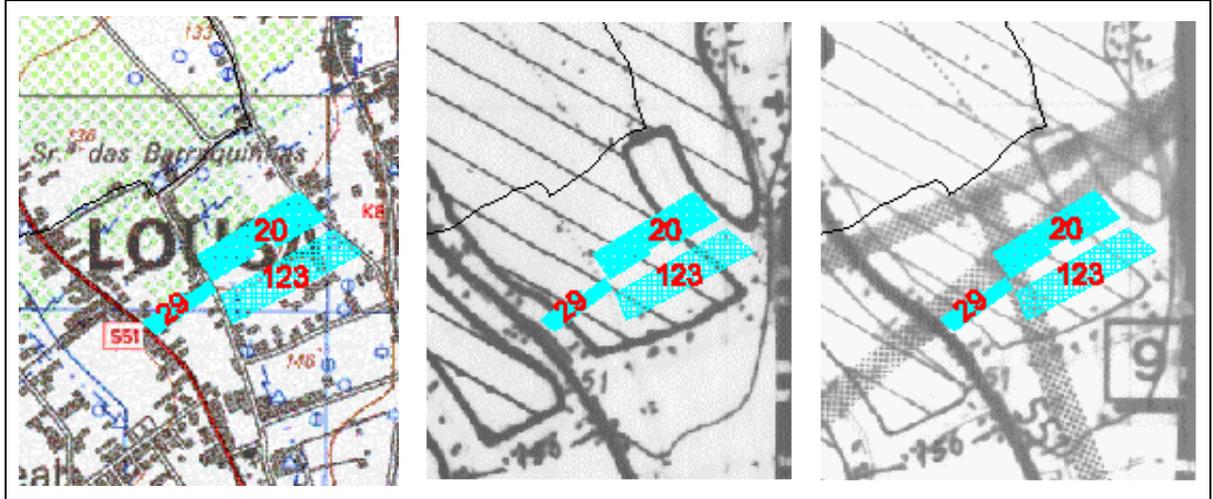
LISTAGEM

Listagem de sugestões e reclamações apreciadas em 2000/Abril-Maio												
II.º	HOME	LOCALIZAÇÃO	FREG.	MOTIVO DA SUGESTÃO/RECLAMAÇÃO	II.º PROCES.	DATA PROCES.	CARTA	CONTEÚDO DO PROCESSO	1ª APRECIACÃO	1ª RESPOSTA	2ª APRECIACÃO	2ª RESPOSTA
1	José Carvalho Henriques	Barroca	Casal de Ermio	—	067 43/99	17.09.99	—	Incompleto	Contactar a solicitar Planta de localização	6	S/ localização	6/6
2	Américo Simões	Ninho D'Alga/Terra d'Alga		RAN+E.Florestal	067 40/99	17.09.99	242	Incompleto			S/ viabilidade de formar lugar	6/3
3	Josefina de Jesus	Vinhas		RAN	067 42/99	17.09.99	242	Incompleto			Analisar expansão do lugar	6/1
4	Manuel de Araújo Gomes	Vinhas		RAN	067 44/99	17.09.99	242	Incompleto			Analisar expansão do lugar	6/1
5	José Coelho	Vinhas		fronteira E.U. e RAN	067 48/99	17.09.99	242	Incompleto			Analisar expansão do lugar	6/1
6	António Maia Pereira	Ninho D'Alga		RAN+E.Florestal	067 47/99	17.09.99	242	Incompleto			S/ viabilidade de formar lugar	6/3
7	José Augusto Pedrosa	Vinhas		RAN	067 46/99	17.09.99	242	Incompleto			Analisar expansão do lugar	6/1

ANÁLISE/APRECIACÃO

IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO:	
Situações a ser analisadas mais em pormenor, caso a caso, no decorrer dos estudos	1
APRECIACÃO:	
A sugestão vai ser analisada mais em pormenor, posteriormente, por compatibilização com outros factores de apreciação, nomeadamente expansão de aglomerados urbanos e novas infraestruturas viárias.	
A expansão de aglomerados urbanos ficará ainda dependente de parecer favorável de várias entidades da Administração Central, nomeadamente da Direcção Regional da Agricultura e da Direcção Regional do Ambiente quando se trate de situações de sobreposição com RAN e REN, respectivamente.	
Os pedidos de desafectação serão oportunamente apresentados às Direcções Regionais, integrados nos Estudos em curso.	
2000/Maio	

IDENTIFICAÇÃO CARTOGRÁFICA



CARTA MILITAR

PLANTA DE ORDENAMENTO

PLANTA DE CONDICIONANTES

AValiação DO ESTADO DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDM DA 1ª GERAÇÃO

Foi elaborado o documento “Avaliação do Estado de Execução dos Objetivos do PDM” com o objetivo de verificar se as propostas do PDM haviam sido implementadas pela Autarquia e/ou executadas. Caso isso não se verificasse, analisar a oportunidade e/ou pertinência de as incluir novamente nas propostas do novo PDM.

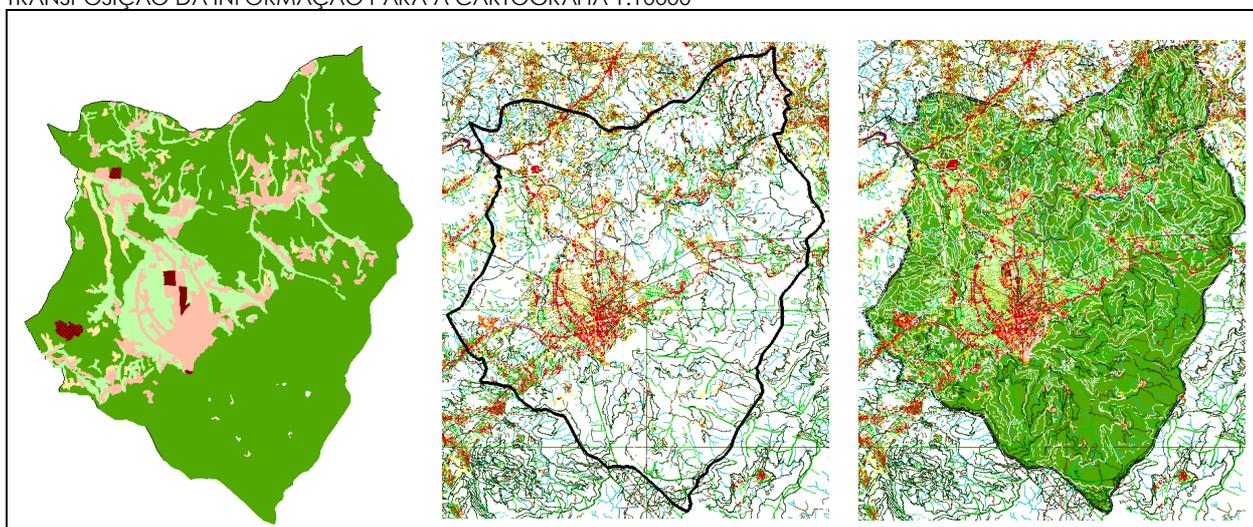
A metodologia utilizada foi, numa primeira fase, cruzar a informação do Plano de Atividades da Câmara Municipal com a da Classificação Económica das Despesas, cujo resultado foi posteriormente relacionado com os objetivos cumpridos no Relatório de Atividades. Houve ainda que compatibilizar os objetivos do PDM com os objetivos alcançados no Relatório de Atividades, destacando os objetivos de desenvolvimento por cumprir, de modo a posteriormente serem incluídos na reformulação do relatório do PDM.

Sendo intenção da Equipa Técnica analisar a execução dos objetivos do PDM desde o ano de entrada em vigor – 1993 –, por impossibilidade de recolha dessa informação na Câmara Municipal, foi apenas analisado o triénio 1998/2000.

AJUSTES DA INFORMAÇÃO DAS PLANTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES À CARTOGRAFIA EM FORMATO DIGITAL, À ESCALA 1:10000

Dispondo de cartografia numérica à escala 1:10000, a Equipa Técnica procedeu à transposição e ajustes da informação das Plantas de Ordenamento e Condicionantes à nova base cartográfica. Deste modo, foram ajustados os aglomerados urbanos e todas as restantes classes de espaço (Espaço Industrial, Outros Solos Agrícolas, RAN, Espaço Florestal), para posteriormente serem delineadas as novas propostas de ordenamento no processo de revisão do PDM.

TRANSPOSIÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A CARTOGRAFIA 1:10000

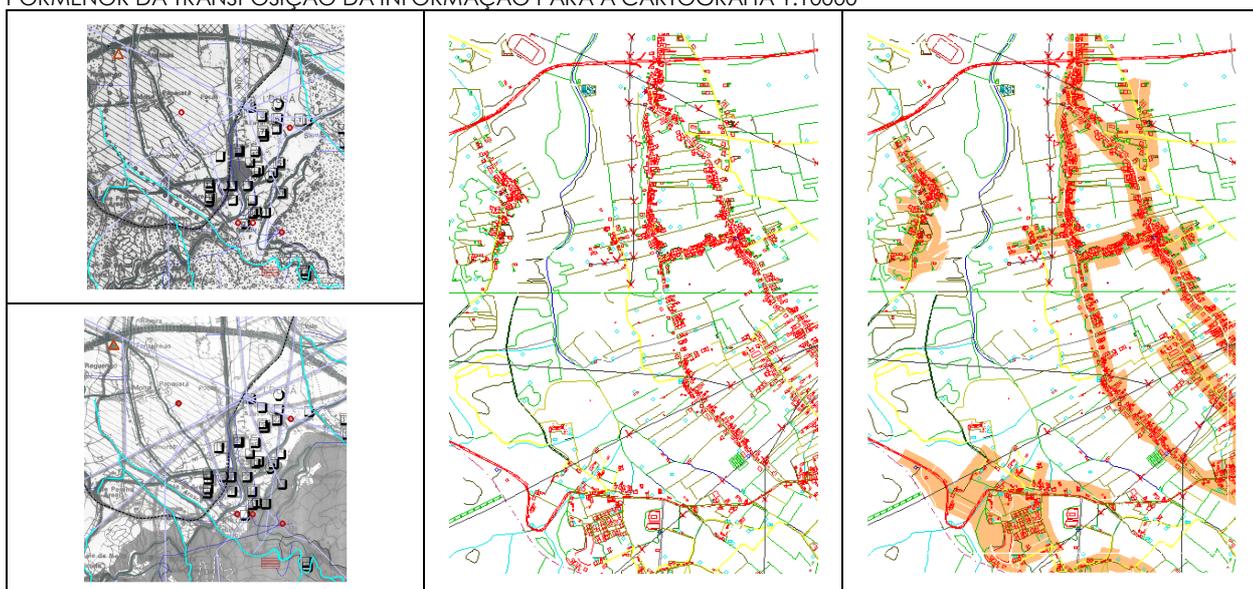


PLANTA DE ORDENAMENTO

CART. NUMÉRICA 10000

CART. NUMÉRICA 10000 C/ P. ORDENAMENTO

PORMENOR DA TRANSPOSIÇÃO DA INFORMAÇÃO PARA A CARTOGRAFIA 1:10000



P. ORDENAMENTO E CONDICIONANTES

CART. NUMÉRICA 10000

CART. NUMÉRICA 10000 C/ ESP. URBANO

MULTICODIFICAÇÃO DAS PLANTAS DE ORDENAMENTO E DE CONDICIONANTES

A cartografia numérica à escala 1:10000, da Série Cartográfica Nacional (SCN10k), que serve de base aos estudos de revisão do PDM, tem uma característica específica – multicodificação –, ou seja, cada objeto tem tantos códigos quantas as funções que desempenha no território. Deste modo não é necessária a duplicação de elementos gráficos para representar objetos com funções distintas o que facilita uma representação sintética e realista da superfície terrestre. Todos os elementos que fazem parte desta cartografia estão identificados num catálogo – Catálogo de Objetos – onde é especificada a informação referente a cada objeto (nível, cor, espessura, tipo de elemento, ...). Assim, com a ajuda de um software específico – ngXis – é possível manusear toda a informação de um modo versátil e interativo.

Sendo esta cartografia a base para a elaboração do PDM de 2ª geração seria lógico que os trabalhos gráficos a desenvolver no processo de revisão seguissem a mesma metodologia. Assim sendo, foi necessário estabelecer um catálogo de objetos para o PDM e codificar toda a informação da Planta de Ordenamento e Condicionantes.

CATÁLOGO DE OBJETOS DO PDM

```

catalog {
  name = "PDM - 12Outubro/2005"
}

commands {
  cell           = "place cell absolute tmatrx; RC=PDM_LNG.CEL"
  line          = "place line constrained"
  line_string   = "place lstring space;dx=0"
  shape         = "place shape icon"
  curve        = "place curve point"
  text         = "place text"
}

features {
  "LIMITES ADMINISTRATIVOS " {
    010101 { name="OLD Limite de Concelho"          LV= 1 LC= 0 WT= 1 CO=2 Types={4,3,11,12}}
    010102 { name="OLD Limite de Freguesia"        LV= 2 LC= 0 WT= 0 CO=2 Types={4,3,11,12}}
  }

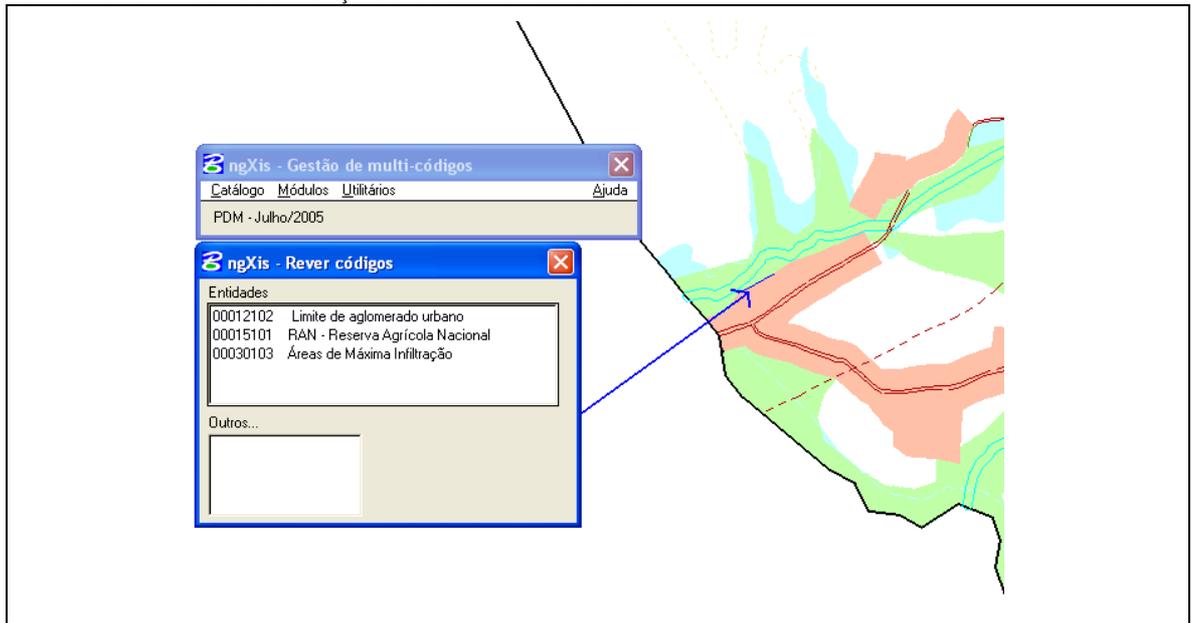
  "OUTROS PLANOS DE ORDENAMENTO " {
    010110 { name="OLD Lim. P.U. Miranda do Corvo" LV=3 LC=5 WT=4 CO=60 Types={4,3,11,12}}
  }

  "TOPONIMIA " {
    011101 { name="OLD Concelho"                   LV= 57 LC= 0 WT= 0 CO= 57 Types={17}}
    011102 { name="OLD Freguesias"                LV= 57 LC= 0 WT= 0 CO= 57 Types={17}}
    011103 { name="OLD Lugares"                   LV= 58 LC= 0 WT= 0 CO= 58 Types={17}}
    011106 { name="OLD Rede Viária Nacional"      LV= 59 LC= 0 WT= 0 CO= 59 Types={17}}
    011107 { name="OLD Rede Viária Municipal"     LV= 59 LC= 0 WT= 0 CO= 59 Types={17}}
    011111 { name="OLD Rede Hidrográfica"        LV= 60 LC= 0 WT= 0 CO= 60 Types={17}}
  }

  "ESPAÇOS URBANOS " {
    012101 { name="OLD Limite a estudar em P.U."  LV=3 LC= 1 WT= 3 CO= 3 Types={4,3,12}}
    012102 { name="OLD Limite de aglomerado urbano" LV=4 LC= 0 WT= 0 CO= 4 Types={4,3,12}}
    012103 { name="OLD Área central (residencial,+equip.+serv.)" LV=5 LC= 0 WT= 0 CO= 5 Types={4,3,12}}
    012104 { name="OLD Aldeias da Serra da Lousã" LV=6 LC= 0 WT= 0 CO= 6 Types={4,3,12}}
    012105 { name="OLD Equip. principal - existente" LV=7 CO= 7 TYPES={CELL (AC="EQ_E")}}
    012106 { name="OLD Equip. principal - proposto" LV=7 CO= 7 TYPES={CELL (AC="EQ_P")}}
    012110 { name="OLD Z. Residencial R2 - aglomerado urb." LV=4 LC= 0 WT= 1 CO= 4 Types={4,3,12}}
    012111 { name="OLD Z. Residencial R1 - aglomerado urb." LV=4 LC= 5 WT= 1 CO= 4 Types={4,3,12}}
  }
}

```

PORMENOR DA MULTICODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PDM

**ELABORAÇÃO DE ESTUDOS SECTORIAIS DE CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL**

Com o objeto de dotar a Câmara Municipal de informação atualizada e detalhada, relativa a equipamentos, serviços, património, turismo e infraestruturas, a Equipa Técnica elaborou 13 Cadernos sectoriais de caracterização do território municipal:

- Caracterização Física do Território
- Caracterização Sócio-Económica e Urbanística
- Educação
- Ação Social
- Desporto
- Cultura e Lazer
- Saúde
- Salubridade Pública
- Segurança e Proteção Civil
- Património Cultural
- Património Paisagístico
- Turismo
- Vias e Transportes.

Cada um destes estudos foi iniciado com a recolha e/ou atualização de informação no terreno, sempre que necessário contando com a colaboração de Técnicos da Câmara Municipal, bem como das Entidades envolvidas. Os relatórios integram principalmente a caracterização da situação atual, de modo a viabilizar a formulação de propostas, fichas detalhadas dos equipamentos e ainda um ou mais cartogramas com as respetivas localizações por lugar.

O pormenor de elaboração dos Cadernos sectoriais foi muito além das exigências de um Plano Diretor Municipal que, teve como consequência um aumento de trabalhos e morosidade do processo.

PROMOÇÃO DO MAPA DE RUÍDO MUNICIPAL

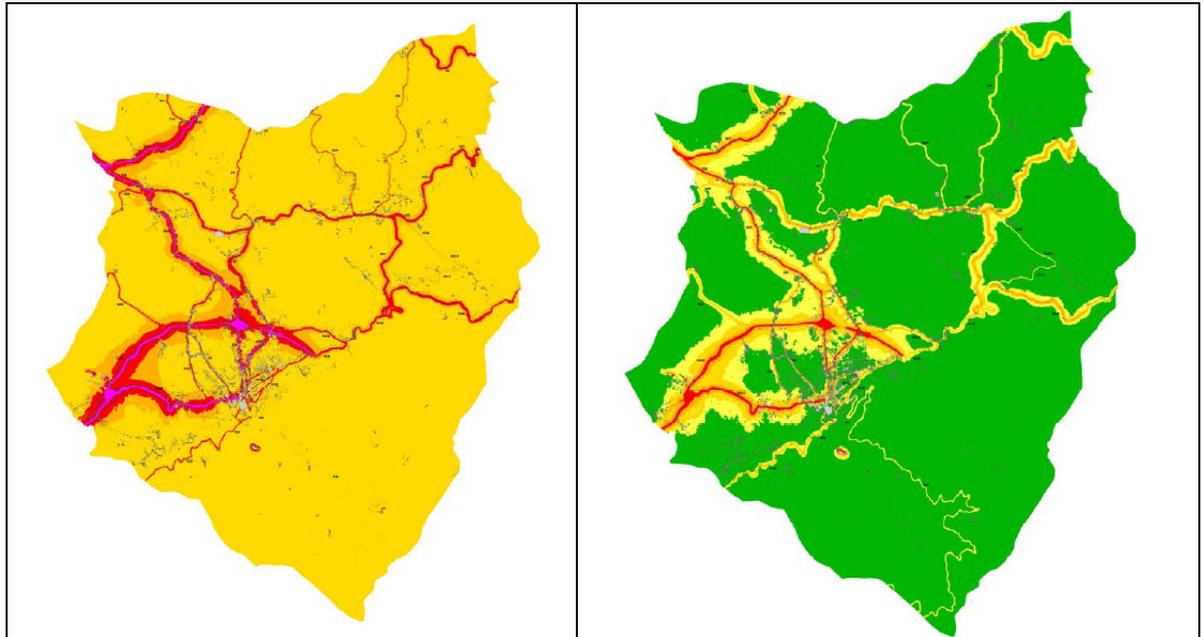
O Regulamento Geral do Ruído, instituído pelo Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de novembro, refere, na parte ligada aos instrumentos de gestão territorial que *“a execução da política de ordenamento do território e do urbanismo deve assegurar a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada, em especial, das funções de habitação, trabalho e lazer”*, sendo da competência das Câmaras Municipais a classificação das zonas sensíveis e mistas, devendo tais zonas ser delimitadas e disciplinadas no respetivo Plano Municipal de Ordenamento do Território.

Perante esta obrigatoriedade imposta pela Lei, a Câmara Municipal promoveu a elaboração do Mapa de Ruído Municipal, com a colaboração da Equipa de revisão do PDM, nomeadamente em termos de contactos com entidades da especialidade, organização e acompanhamento do processo de concurso e controle de qualidade, de acordo com a seguinte calendarização:

- Convite para apresentação de propostas – abril 2003;
- Adjudicação – julho 2003;
- Conclusão – novembro 2004.

Posteriormente, e de modo a dar cumprimento à publicação do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprovou o Regulamento Geral do Ruído, houve necessidade de proceder à respetiva adaptação do Mapa de Ruído Municipal, segundo os prazos estipulados no Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto.

MAPA RUÍDO MUNICIPAL



Indicador de Ruído Lden

Indicador de Ruído Ln

O novo Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2007, define o Mapa de Ruído como um “*descriptor do ruído ambiente exterior, expresso pelos indicadores Lden e Ln, traçado em documento onde se representam as isófonas e as áreas por elas delimitadas às quais corresponde uma determinada classe de valores expressos em dB(A)*”. O RGR determina que na execução da política de Ordenamento do Território e Urbanismo deve ser assegurada a qualidade do ambiente sonoro na habitação, trabalho e lazer. Por isso, estabelece que as áreas vocacionadas para usos habitacionais existentes ou previstos, bem como para escolas, hospitais, espaços de recreio e lazer e outros equipamentos coletivos prioritariamente utilizados pelas populações como locais de recolhimento, existentes ou a instalar, sejam classificados de zonas sensíveis e as áreas cuja vocação seja afeta em simultâneo às utilizações referidas bem como a outras utilizações, nomeadamente comércio e serviços, sejam classificadas de zonas mistas.

De acordo com o novo Regulamento Geral de Ruído, para a análise do ruído num dado local, são considerados três períodos distintos:

- Período diurno – das 07h00 às 20h00;
- Período do entardecer – das 20h00 às 23h00;
- Período noturno – das 23h00 às 07h00.

Decorrente da nova legislação – Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro – foi necessário tratar os dados de acordo com as recomendações do Instituto do Ambiente no documento “Diretrizes para elaboração para mapas de ruído” com o propósito de adaptar a carta de ruído ao novo RGR, trabalho esse que foi elaborado pela Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI), empresa que foi responsável pela elaboração do Mapa de Ruído Municipal e pela sua posterior adaptação ao novo enquadramento legislativo.

CONTACTOS COM DIVERSAS ENTIDADES

No decorrer dos estudos foi necessário estabelecer contactos com diversas entidades no sentido de recolher e atualizar informação, de onde se destacam as seguintes:

- EDP (Eletricidade de Portugal) – Lisboa, Coimbra e Lousã – Recolha de informação relativa à Rede Elétrica no sentido de elaborar a carta da Rede Elétrica do Concelho;
- DGF (Direção Geral de Florestas) – Lisboa, Coimbra e Lousã – Recolha de informação relativa ao Plano Regional de Ordenamento Florestal, Planos Municipais de Intervenção Florestal, áreas ardidas, áreas de risco de incêndio, perímetros florestais (regime florestal) e legislação específica;
- DGOTDU (Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) – Recolha de informação relativa a elementos sobre servidões e restrições de utilidade pública, normas de representação gráfica dos planos municipais de ordenamento do território, vocabulário de ordenamento do território, modelo do regulamento do plano diretor municipal e normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos;
- EP, EPE (Estradas de Portugal) – Recolha de informação relativa à Rede Viária do Concelho da Lousã, nomeadamente no que diz respeito a traçados de novas estradas (projeto) e estradas e troços de estradas desclassificadas com a indicação da respetiva data;
- CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) – Recolha de informação relativa a áreas de interesse botânico e áreas de interesse arquitetónico;

- ICN (Instituto de Conservação da Natureza) – Recolha de informação relativa à rede natura 2000, Áreas Naturais e legislação afim;
- DGT (Direção Geral de Turismo) – Recolha de informação relativa a circuitos e pontos turísticos com ligação à gastronomia da região, alojamentos e património, terminologia turística e legislação afim;
- DREMN (Direção Regional dos Edifícios e Monumentos Nacionais) – Recolha de informação relativa a processos de classificação desde 1991, zonas de proteção a imóveis classificados, zonas demarcadas (ruínas, grutas, etc.) e legislação afim;
- COTF (Centro de Operações e Técnicas Florestais) – Recolha de informação relativa a Planos Municipais de Intervenção Florestal, áreas ardidas, áreas de risco de incêndio e legislação afim;
- IPPA (Instituto Português do Património Arquitetónico) – Recolha de informação relativa a processos de classificação desde 1991, zonas de proteção a imóveis classificados, zonas demarcadas (ruínas, grutas, etc.) e legislação afim;
- DRE Centro (Direção Regional de Economia do Centro) – Recolha de informação relativa a energia, nomeadamente sobre gás, indústria e legislação afim;
- DRAC (Direção Regional do Ambiente do Centro) – Recolha de informação relativa a legislação na área do ambiente;
- IPA (Instituto Português de Arqueologia) – Recolha de informação relativa a locais/áreas de interesse arqueológico;
- IGM (Instituto Geológico e Mineiro) – Recolha de informação relativa a componente da indústria extrativa, recursos geológicos;
- DREC (Direção Regional de Educação do Centro) – Recolha de informação para elaboração do caderno sectorial da educação;

PROCESSO DA REN

O processo da REN para o Concelho da Lousã foi moroso e complicado tendo em diversas alturas entravado o decorrer dos estudos de revisão do PDM.

A Reserva Ecológica para o Concelho da Lousã foi concluída em 1993, tendo sido publicada por Portaria nº249/93 de 4 de março, no Diário da República nº53, I Série-B. A responsabilidade da elaboração do trabalho foi da então Comissão de

Coordenação da Região Centro (CCRC) e atual Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

Aquando do início dos trabalhos de revisão do PDM a Equipa Técnica procedeu à conversão analógico-digital da REN e ajustes à carta militar em formato raster, para servir de base aos trabalhos a desenvolver. No sentido de ser feita uma aferição do trabalho realizado, procedeu-se à discussão da metodologia utilizada com técnicos da DRA Centro que resultou na aceitação da mesma. Foi-lhes fornecida cópia dessa REN para compatibilização, tendo posteriormente sido fornecido à equipa do PDM uma **primeira versão da REN**, elaborada sobre a Carta Militar, à escala 1:25000.

A AMVC / GAT da Lousã promoveu, entretanto, a aquisição de cartografia numérica oficial à escala 1:10000, em formato digital, para utilização como base cartográfica na revisão do PDM.

Perante esta nova realidade, e uma vez que a DRAOT se encontrava a desenvolver o processo de reformulação/redefinição de limites da REN a nível da Região Centro, foi entendimento da Equipa do PDM proceder no sentido de que fosse utilizada a mesma base cartográfica, promovida para a revisão do PDM, na redefinição da REN. Esta situação foi aceite pela DRAOTC que em maio de 2002 entregou uma **segunda versão da “REN bruta”**, elaborada sobre a cartografia numérica à escala 1:10000, fornecida pela AMVCD/ GAT da Lousã.

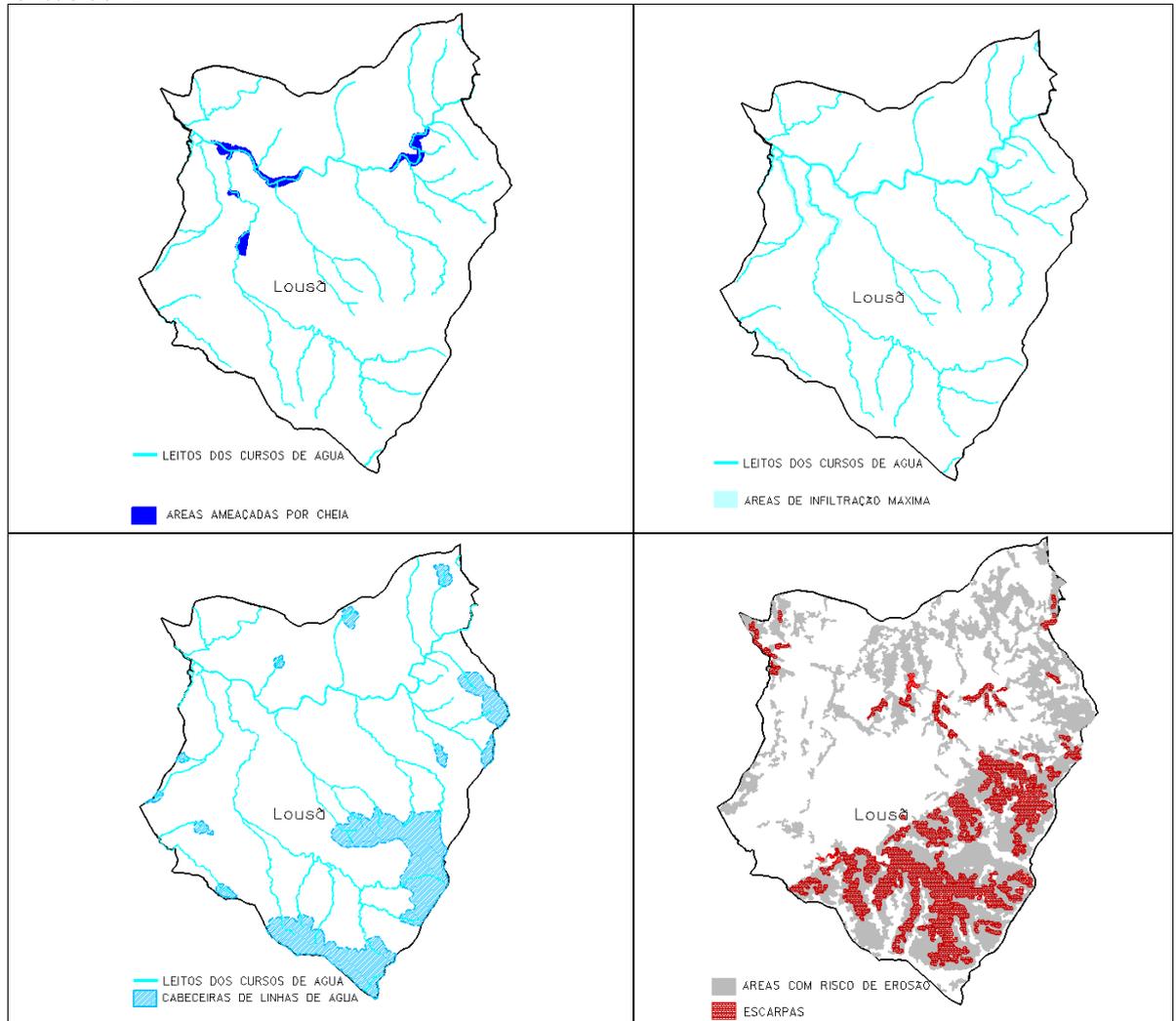
Da “REN bruta” fornecida pela DRAOTC foram expurgados os aglomerados urbanos do PDM de 1ª geração, da responsabilidade da Equipa Técnica do PDM, de acordo com uma metodologia discutida entre ambas as partes. Daí resultou uma versão da REN que foi utilizada para prosseguir os estudos do PDM e que seria também utilizada nos estudos dos PU's, em elaboração.

Houve ainda que proceder à integração da zona de deslizamentos de terras, no sopé da Serra da Lousã, dando origem a mais uma versão da REN.

No início de 2005, foi decidido elaborar uma nova versão da REN, com base em novos critérios, diferentes dos da REN maio/2002. O trabalho de reformulação das Cartas da REN foi da responsabilidade da CCDRC, com a colaboração de

elementos da Equipa Técnica do PDM, de modo a tornar o processo mais célere. Em março de 2005 foi entregue mais uma versão da REN para aferição por parte da Equipa do PDM dando origem à **REN semifinal** em maio de 2005.

REN SEMI-FINAL (com "exclusão" do espaço urbano e industrial em vigor), por subsistemas – pela equipa de revisão do PDM



REUNIÕES DE DESAFETAÇÃO DA RAN E DA REN, COM DRABL E CCDRC

A Equipa do PDM apresentou à Comissão da REN uma primeira proposta de redefinição dos limites da RAN e REN, para o Município da Lousã, com base nos pedidos de áreas a desafetar, em novembro de 2003.

A proposta enquadrou-se no processo de Revisão do PDM que, ao estabelecer o modelo da estrutura espacial do território e sintetizar a estratégia de

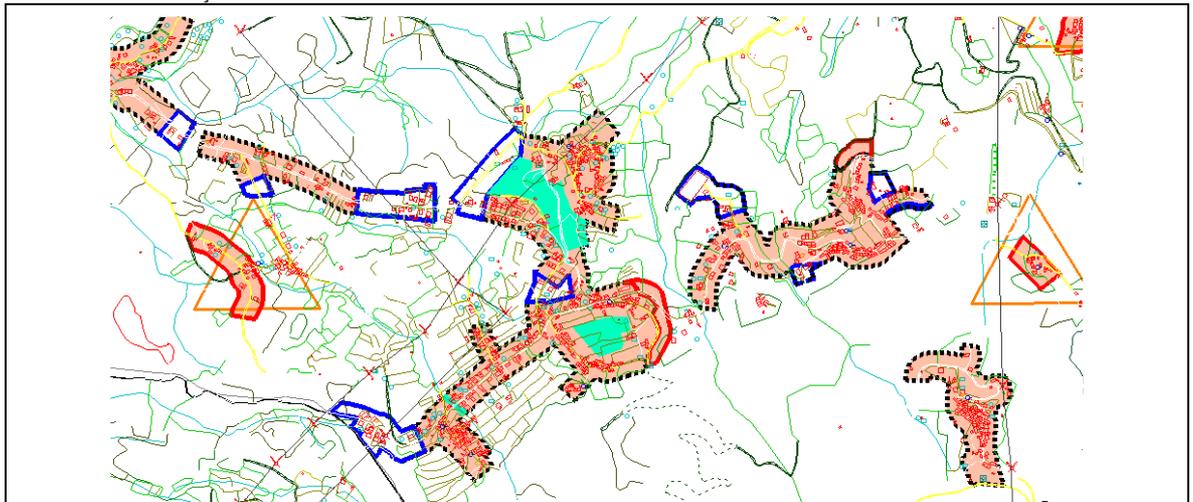
desenvolvimento e ordenamento, conduziu à reclassificação e requalificação parcial dos solos do município.

Assim, foram identificadas e justificadas todas as áreas que, em consequência da proposta de expansão dos aglomerados urbanos e zonas industriais, se sobreponham a solos classificados como RAN e REN, neste último caso discriminada pelos subsistemas – leitos dos cursos de água, áreas de infiltração máxima, cabeceiras das linhas de água, escarpas, áreas ameaçadas pelas cheias e áreas com risco de erosão.

Foram apresentadas duas situações, em carta:

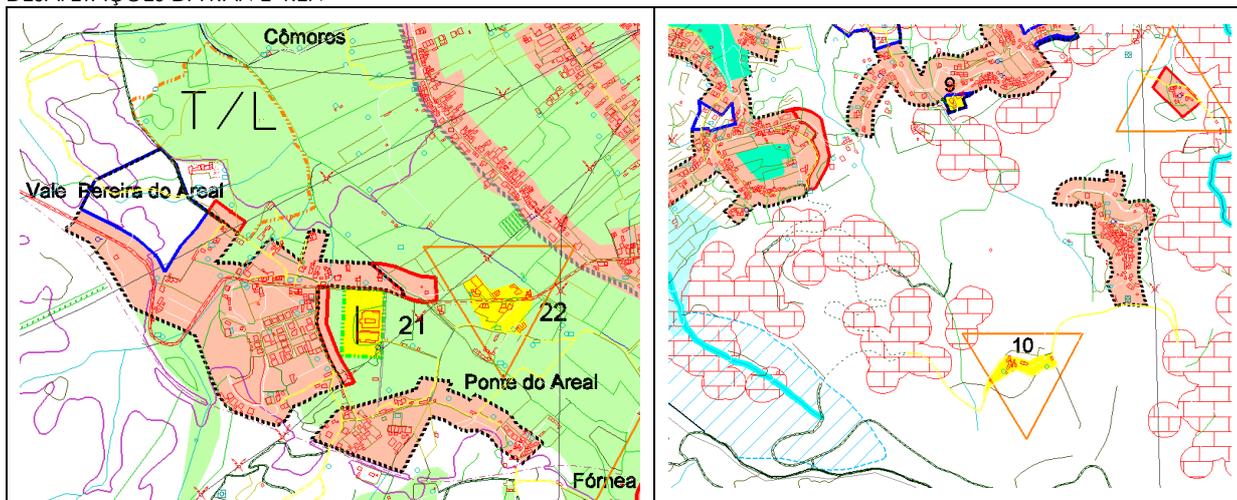
- A primeira, relativa à situação atual de espaço urbano, espaço industrial e indústria extrativa, acrescidos das áreas a expandir e a reduzir;

EXPANSÃO E REDUÇÃO DE AGLOMERADOS URBANOS



- A segunda, relativa às áreas a desafetar da RAN e REN, identificadas e com a respetiva justificação em quadro anexo.

DESAFETAÇÕES DA RAN E REN



IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS ÁREAS A DESAFECTAR DA R.A.M.

LUGAR	Nº parcela	JUSTIFICAÇÃO							ÁREA parcela (m²)	OBS.
		Expansão aglomerado urb.	Coimatação aglomerado urb.	Construções existentes	Expansão E. Industrial	Equipamento	Sugestão de Município	Outros		
Vale de Aires	1			•					1396	
Ponte Velha	2					•			64	Escola 1.º CEB
	3	•	•				•		7825	
Framilo	4	•							1183	
Vale de Ferro	5			•					1810	
	6	•							2485	
Cume	7	•							4287	
Fonte da Pulga	8		•	•					1572	
Ceira dos Vales	9			•			•		632	
Ponte Alçaperrã Videira Foz de Arouce	Area do Plano de Urbanização de Foz de Arouce									
Casal de Ermio	Area do Plano de Urbanização de Casal de Ermio									
Fonte Fria	10							•	13379	Indústria Extractiva
Silvares	11			•				•	3611	Formação de aglomerado

IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS ÁREAS A DESAFECTAR DA R.E.N.

LUGAR	n.º parcela	SOPREPOSIÇÃO por subsistema				JUSTIFICAÇÃO							ÁREA parcela (m ²)	OBS.
		LCA	AIM	ARE	CLA	Expansão aglomerado urb.	Colmatação aglomerado urb.	Construções existentes	Expansão E. Industrial	Equipamento	Sugestão de Município	Outros		
Vale de Aires	1			•		•							713	
	2			•				•					3427	
Ponte Velha	3		•							•			386	Escola 1.ºCEB
	4		•								•		10792	
	5		•					•					6114	
Vale de Ferro	6			•		•							5975	
Vale Escuro	7			•			•						1509	
Cume	8				•	•							4287	
Relvios	9		•				•				•		2057	
Ceira dos Vales	10			•				•			•		456	
Póvoa	11		•				•	•			•		335	
Ponte	Área do Plano de Urbanização de Foz de Arouce													
Alçaperna	Área do Plano de Urbanização de Foz de Arouce													
Videira	Área do Plano de Urbanização de Foz de Arouce													
Foz de Arouce	Área do Plano de Urbanização de Foz de Arouce													
Casal de Ermio	Área do Plano de Urbanização de Casal de Ermio													
Forcado	12			•	•						•	•	215600	Indústria extractiva

A metodologia utilizada no processo teve em consideração os seguintes fatores:

- A evolução de conceitos da última década, nomeadamente em termos de espaço urbano vs perímetro urbano, bem como a integração da estrutura ecológica municipal (desde o Decreto-lei n.º69/90, de 2 de março até ao DL n.º380/99, de 22 de setembro, alterado pelo Decreto-lei 46/2009, de 20 fevereiro);
- O regime de uso do solo em termos de classificação e qualificação, os conceitos de solo urbano e solo rural, bem como os procedimentos de reclassificação e requalificação.

Em termos gerais, as justificações das áreas a desafetar da RAN e REN prendem-se com os seguintes motivos:

- Perímetro urbano (expansão) – novas áreas para construção;
- Perímetro urbano (colmatação) – situações de pequenas áreas entre espaços urbanos existentes;

- Construções existentes – situações de conjuntos de habitações, afastados ou adjacentes ao espaço urbano que não se encontravam definidas como tal;
- Aglomerado rural – situações de conversão de aglomerado urbano em aglomerado rural ou criação de aglomerado rural;
- Perímetro industrial (expansão) – necessidade de novas áreas para indústrias;
- Turismo – áreas de aptidão turística a propor, programadas ou planeadas;
- Outros – Parque de sucatas, indústrias isoladas, espaço de exploração mineira, espaços de usos múltiplos;
- Sugestões de munícipes – sugestões para construção de habitações apresentadas pelos munícipes aquando da fase de recolha de sugestões e reclamações para a revisão do PDM.

Da primeira reunião resultaram algumas situações aceites, no entanto a Câmara Municipal decidiu insistir com mais algumas que considerava importantes e imprescindíveis ao desenvolvimento urbanístico do território municipal. Para tal foi preparado mais um processo de desafetações da RAN e da REN, em novembro de 2004, que acabou por não ser discutido com as entidades competentes — DRABL e CCDRC — uma vez que entretanto tinha sido decidido alterar a REN. Depois de a Equipa Técnica ter recebido a nova versão da REN, em maio de 2005, foi preparado outro processo de desafetações, com a mesma metodologia e o mesmo procedimento, em junho de 2005, tendo a reunião de desafetação sido realizada em julho.

REUNIÕES DE COORDENAÇÃO PDM/PU'S

Paralelamente à revisão do PDM, encontravam-se em processo de elaboração, por equipas externas à Câmara Municipal, os Planos de Urbanização (PU's) da sede de Concelho — Lousã — e sedes de Freguesia de Vilarinho, Foz de Arouce, Casal de Ermio e Serpins. Assim, e englobada numa estratégia comum a todo o município foram enquadrados os respetivos limites de PU ou perímetros urbanos, a fim de se discutirem/definirem em conjunto as áreas a desafetar em consequência das propostas de reclassificação e requalificação de solos.

Uma vez que os Planos de Urbanização incidiam sobre áreas que estavam a ser tratadas no âmbito da Revisão do PDM, houve que proceder a conversações entre todas as equipas envolvidas para enquadramento no PDM em vigor assim como compatibilização de limites de estudo.

A Equipa do PDM forneceu diversos elementos às Equipas dos PU's, nomeadamente limites do Espaço Urbano, limites da REN e da RAN, do PDM de 1ª geração, de modo a compatibilizar os estudos realizados por cada uma das equipas.

REUNIÕES COM A COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO

1ª REUNIÃO – 8 de junho de 1999

A primeira reunião decorreu nas instalações do GAT da Lousã, tendo, antes de mais, servido para fazer as apresentações de todos os presentes, desde os executivos municipais das quatro autarquias, aos técnicos das dez entidades que integram a CTA, passando pelos técnicos da Equipa de revisão dos PDM's e dos Municípios.

A título de conclusões desta primeira reunião, e como orientações para a prossecução dos trabalhos de Revisão dos Planos Diretores Municipais de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, sintetizou-se o seguinte:

- Adotar uma base cartográfica atualizada e em formato digital (para o que se diligenciou atempadamente no sentido de promover a elaboração da mesma);
- Adotar a escala 1:10000 para tratamento global do Município e eventuais estudos intermédios necessários, bem como para a apresentação final das peças desenhadas, com a possibilidade de apresentação das Sedes de Concelho em "zooms" à escala 1:5.000 por redução da cartografia à escala 1:2.000;
- Seguir uma mesma metodologia e dar uma continuidade aos trabalhos em simultâneo, na Revisão dos quatro PDM's;
- Desenvolver objetivamente os trabalhos conducentes à reformulação da

Planta de Ordenamento, da Planta de Condicionantes e do Regulamento, conforme o exigido na legislação em vigor relativamente à Revisão dos PDM's, adicionando sempre que se julgue por conveniente, outros estudos e documentos gráficos e/ou alfanuméricos: de base, justificativos de opções tomadas, sectoriais ou outros;

- Prever reuniões sectoriais com a Entidade em questão, dependendo da especificidade dos trabalhos em desenvolvimento, sem a necessidade de convocação de toda a CTA.

2ª REUNIÃO – 29 de novembro de 2000

A segunda reunião da CTA teve como objetivo dar a conhecer o ponto da situação dos trabalhos efetuados, desde a última reunião e conhecer a opinião das diversas entidades acerca das propostas apontadas nos Cadernos sectoriais e de futuras áreas de expansão urbana.

Como conclusões que serviram para orientação dos trabalhos de Revisão dos Planos Diretores Municipais de Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares, sintetizou-se o seguinte:

- Apresentação de três dos Cadernos sectoriais – Educação, Ação Social e Desporto –, para justificação de novas propostas de equipamentos, infraestruturas e expansão de espaços urbanos e industriais;
- Apresentação de situações tipo, nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, nomeadamente compatibilização de áreas desportivas (campos de golfe) com solos de RAN, expansão de aglomerado urbano em solos de Espaço Florestal, expansão de indústria (extração de barros) e compatibilização com solos de REN, tratamento de áreas de Espaço Urbano sobrepostas a REN, correções gráficas e ajustes de bom senso entre Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes;
- Apresentação da metodologia de trabalho relativamente à conversão analógico-digital das Plantas dos PDM's, ajuste da cartografia e da escala existente para a nova base cartográfica, atualizada, em formato digital e à escala 1:10000.

3ª REUNIÃO – 10 de janeiro de 2006

A terceira reunião da CTA teve como objetivo a apresentação dos elementos:

- PEÇAS ESCRITAS

- REGULAMENTO
- RELATÓRIO 1 – ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
 1. Enquadramento Municipal
 2. Estudos de Caraterização
- RELATÓRIO 2 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES
 1. Antecedentes
 2. Lançamento do Plano
 3. Enquadramento Técnico e Metodológico
 4. Avaliação do Território
 5. Composição do Plano
 6. – *por elaborar*
 7. – *por elaborar*

- PEÇAS DESENHADAS

- 1 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL
- 2 – PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE – esc.1:25.000
- 3 – PLANTA DE ORDENAMENTO – esc.1:10.000; cartas 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6
- 5 – CARTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL – esc.1:10.000; cartas 5.1, 5.2, 5.3, 5.4, 5.5 e 5.6
- 6 – ZONAMENTO DA CARTA DE RUÍDO – esc.1:25.000

4ª REUNIÃO – 15 de fevereiro de 2007

A quarta reunião teve como objetivo a apreciação dos estudos apresentados para a revisão do PDM, designadamente:

- Relatório 1
- Relatório 2
- Regulamento do plano
- Planta de Enquadramento
- Planta da Situação Existente
- Planta de Ordenamento
- Planta de Condicionantes
- Carta da estrutura Ecológica Municipal

5ª REUNIÃO – 7 de janeiro de 2011

A quinta reunião teve como objetivo a apreciação dos trabalhos relativos à proposta de revisão do PDM, no sentido de obter o parecer final das entidades presentes nesta comissão.

Foi avaliada a totalidade dos trabalhos de revisão do PDM, nomeadamente ao nível de:

- Peças Escritas

- Relatório 1 – Estudos de Caracterização do Território Municipal;
 1. Enquadramento Municipal
 2. Estudos de Caracterização
- Relatório 2 – Objetivos e Estratégias – Fundamentação e Programa de Execuções;
 1. Antecedentes
 2. Lançamento do Plano
 3. Enquadramento Técnico e Metodológico
 4. Avaliação do Território
 5. Composição do Plano
- Relatório dos Compromissos Urbanísticos;
- Regulamento.

- Peças Desenhadas

- 1 – Planta de Enquadramento Regional;
- 2 – Planta da Situação Existente – Esc.1:25.000;
- 3 – Planta de Ordenamento – Esc.1:25.000;
- 4 – Planta de Condicionantes – Esc.1:25.000;
 - 4.1. Património Natural;
 - 4.2. Património Edificado e Infraestruturas;
 - 4.3. Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios;
 - 4.4. Defesa da Florestas Contra Incêndios;
 - 4.5. Mapa de Ruído – Zonamento Acústico;
- 5 – Carta da Estrutura Ecológica Municipal – Esc.1:25.000;
- 6 – Planta dos Valores Naturais – Esc.1:25.000;
- 7 – Planta de Potencial Valor Arqueológico – Esc. 1:25.000.

- Peças que acompanham

- 1 – Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental;
- 2 – Carta Educativa;
- 3 – Mapa de Ruído – Resumo Não Técnico/Relatório e Peças Desenhadas;
- 4 – Elementos para a Carta Arqueológica da Lousã/Relatório de Progresso.

3.4. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

O Município da Lousã encontra-se inserido na Região Centro e sub-região do Pinhal Interior Norte, razão pela qual se encontra sujeito a decisões supramunicipais que interferem diretamente com as estratégias locais de desenvolvimento. Com efeito, o conjunto de estratégias definidas para o município apenas poderá ser contextualizado numa ótica de enquadramento e devida integração com as políticas supramunicipais, quer sejam de âmbito intermunicipal, regional e/ou nacional.

Deste modo, a seguinte listagem enumera os planos de nível superior que deverão ser observados na definição dos objetivos estratégicos do PDM, bem como serão avaliadas as questões mais relevantes do ponto de vista do ordenamento, nomeadamente no que respeita ao modelo territorial e às normas ou objetivos orientadores para cada um deles:

1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT;
2. Plano Rodoviário Nacional 2000 – PRN 2000;
3. Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROTCENTRO;
4. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte – PROF-PIN;
5. Plano sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN2000;
6. Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego – PBHM;

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT;

O Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 46/09, de 20 de fevereiro, refere no artigo 24.º o papel do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT), a par das orientações dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, na definição do conteúdo estratégico da revisão dos PDM. Sendo o PNPOT um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica, os seus objetivos assentam no estabelecimento de um quadro de grandes opções com relevância para a organização do território nacional, consubstanciam o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais instrumentos de gestão territorial e constituindo-se como um instrumento de cooperação com os demais Estados membros para a organização do território da União Europeia.

Dividido em dois documentos fundamentais, relatório e programa de ação, o primeiro descreve o enquadramento do País no contexto ibérico, europeu e mundial, procedendo à caracterização das condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal, identificando os 24 principais problemas para o ordenamento do território e que fundamentam as opções e prioridades da intervenção em matéria de ordenamento do território. De igual modo, procede ao diagnóstico das várias regiões, fornecendo opções estratégicas territoriais para as mesmas e estabelecendo um modelo de organização especial.

Quanto ao programa de ação concretiza a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, em coerência com outros instrumentos estratégicos, designadamente com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), para o período 2007/2013, através da definição de orientações gerais, de um conjunto articulado de objetivos estratégicos, que se desenvolvem através de objetivos específicos e de medidas prioritárias e que prevê a coordenação da gestão territorial.

A articulação do PNPO com outros instrumentos estratégicos abrange, nomeadamente:

- A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável – ENDS;
- O Programa Nacional para as Alterações Climáticas – PNAC;
- Estratégia Nacional para a Energia;
- A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ENCNB;
- A Estratégia Nacional para o Mar;
 - O Plano Nacional da Água;
- O Plano Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego – PNACE;
- O Plano Nacional de Emprego;
- O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007/2013;
- A Estratégia Nacional para as Florestas;
- O Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação – PANCD.

No que respeita às orientações estratégicas para o âmbito nacional e programa das políticas, são definidos os seguintes objetivos estratégicos para Portugal, os quais constituem o quadro referencial de compromissos das políticas com incidência territorial:

- a) Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar riscos;
- b) Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global;
- c) Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- d) Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- e) Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública;
- f) Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.

No que toca à compatibilização do PNPT com os instrumentos de gestão territorial de âmbito regional e municipal, o documento preconiza a coerência com o quadro de referência e as orientações do PNPT, a valorização integrada das diversidades do território nacional, procurando corrigir as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, no caso dos planos regionais, enquanto que nos planos de âmbito municipal aponta para a cooperação ativa entre o Estado e as autarquias locais, nos termos das suas atribuições e competências, de acordo com os princípios gerais da política de ordenamento do território.

Plano Rodoviário Nacional de 2000 – PRN2000

De acordo com o Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 182/03, de 16 de agosto que altera e atualiza este plano, o PRN2000 define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional. Por conseguinte, a rede rodoviária nacional é constituída por:

- Rede Nacional Fundamental;
- Rede Nacional Complementar.

Relativamente aos traçados fundamentais, estes integram os itinerários principais (IP) caracterizando-se por serem as vias de comunicação de maior interesse nacional, que servem de base de apoio a toda a rede rodoviária nacional e asseguram a ligação entre os centros urbanos com influência supradistrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras.

Já no que respeita aos traçados complementares, estes integram os itinerários complementares (IC) e as estradas nacionais (EN), caracterizando-se por serem uma rede complementar que ligam os centros urbanos de influência concelhia ou supraconcelhia, mas infra distrital.

De realçar ainda a Rede Nacional de Autoestradas que é formada pelos elementos da rede rodoviária nacional especificamente projetados e construídos para o tráfego motorizado.

No que concerne às comunicações públicas rodoviárias do continente, com interesse supramunicipal e complementar à rede rodoviária nacional, que são asseguradas por **estradas regionais (ER)**, estas asseguram uma ou várias das seguintes funções:

- a. Desenvolvimento e serventia das zonas fronteiriças, costeiras e outras de interesse turístico;
- b. Ligação entre agrupamentos de concelhos constituindo unidades territoriais;
- c. Continuidade de estradas regionais nas mesmas condições de circulação e segurança.

Por último, as redes municipais são constituídas pelas estradas não incluídas no plano rodoviário nacional, que mediante protocolos celebrados entre a Estradas de Portugal, S.A. e as autarquias e após intervenções de conservação que as reponham em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante acordo equitativo com a respetiva autarquia, passam para responsabilidade municipal.

Também poderão ser integradas no âmbito das estradas municipais, em igual conjunto de circunstâncias enunciadas anteriormente e mediante despacho do ministro da tutela do setor rodoviário, as estradas regionais (ER).

Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro – PROT CENTRO

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT CENTRO), conjuntamente com o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território e de acordo com o artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 46/09, de 20 de fevereiro, constitui-se como o elemento base das orientações relativas ao ordenamento do território, no que respeita aos planos municipais de ordenamento do território.

O plano encontra-se estruturado em três níveis diferentes, efetuando-se sobre eles a Avaliação Ambiental Estratégica. No que respeita ao primeiro nível, é apresentada uma visão estratégica para a Região em causa, assente em doze fatores de ordem estratégica e que a seguir se enunciam:

1. Valorização estratégica dos ativos específicos de internacionalização da Região;
2. Viabilização da transição sustentada da Região para a Sociedade Inclusiva do Conhecimento;
3. Estabelecer uma visão estratégica, territorialmente diferenciada para o mundo rural;
4. Valorização das complementaridades e sinergias entre recursos turísticos suscetíveis de reconhecimento pela procura;
5. Valorização dos recursos culturais e patrimoniais como ativos específicos da afirmação;
6. Valorização do potencial das energias renováveis da Região como fator de diferenciação competitiva;
7. Organização e valorização do potencial para o policentrismo;
8. Potencialização da biodiversidade e das suas mais valias ambientais;
9. Implementação de políticas de prevenção e mitigação de riscos;
10. Desenvolvimento de uma estratégia para os territórios de baixa densidade.

No que concerne ao segundo nível, o plano está organizado em torno de cinco sistemas estruturantes, os quais são analisados a partir de três diferentes perspetivas: como modelo territorial, pelas normas específicas e pelas orientações de política sectorial. Na componente do modelo territorial, a visão estratégica é aplicada em função dos seguintes sistemas estruturantes:

- a) Sistemas produtivos, que representam as principais fontes de geração de rendimento e de emprego;
- b) Sistema urbano, que representa os padrões e as dinâmicas de ocupação urbana;
- c) Sistema de acessibilidade e transportes, que corresponde à organização das redes de comunicação intrarregional e ao sistema de transportes utilizado.
- d) Sistema ambiental, que engloba as componentes de estrutura de proteção e valorização ambiental, unidades de paisagem e espaços físicos;
- e) Sistema de prevenção e minimização de riscos, relacionado com a suscetibilidade face a episódios de riscos naturais e tecnológicos.

O terceiro, e último nível, organiza-se em torno de 4 unidades territoriais da região e constitui-se como a base onde assenta a proposta do modelo territorial, considerando as seguintes unidades:

1. Centro Litoral;
2. Dão Lafões/Planalto Beirão;
3. Beira Interior;
4. Pinhal Interior e Serra da Estrela.

No que respeita ao **alcance normativo do PROTCENTRO**, constitui-se como um quadro orientador que vincula somente as entidades públicas, sendo a sua dimensão essencialmente estratégica, propondo um modelo de organização e estruturação do território, procurando na medida do seu poder vinculativo influenciar as políticas públicas centrais e locais. Deste modo, a ação influente do PROTCENTRO deverá concretizar-se, sobretudo, por via dos instrumentos de política de desenvolvimento e ordenamento territorial, não obstante as normas orientadoras do PROTCENTRO não assumirem uma natureza regulamentar, constituindo-se somente como orientações com incidência nos domínios do ordenamento territorial e urbano. Por conseguinte, os critérios de ordenamento e gestão territorial tendentes a estabelecer padrões de contenção, polaridade, mobilidade e sustentabilidade têm em conta os diferentes modelos de afirmação da urbanidade da Região, no sentido em que as orientações e recomendações emanada deste plano, sejam acolhidas e incorporadas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) que determinam em exclusivo o uso do solo.

Assim sendo, a proposta de normas orientadoras para o PROTCENTRO organiza-se em torno de quatro grupos:

- a)** Normas Gerais, que identificam os princípios gerais de enquadramento que consubstanciam a filosofia da regulação e da gestão territorial que suporta a proposta de modelo territorial para a Região Centro e do modelo de gestão necessário à sua concretização;
- b)** Normas Específicas por Domínio de Intervenção, que definem o conjunto de orientações, a respeitarem pelas diferentes entidades públicas cuja intervenção é considerada necessária para a concretização do modelo territorial, com aplicação generalizada a todo o território da Região Centro e cuja apresentação é organizada em função dos sistemas estruturantes do modelo territorial;
- c)** Normas Específicas de Base Territorial, que sistematizam as orientações que devem preferencialmente aplicarem-se nas diferentes Unidades Territoriais preconizadas na proposta de modelo territorial;
- d)** Orientações de Política sectorial, que procuram viabilizar a proposta de modelo territorial, relativamente aos domínios em que o plano apresentou fundamentação técnica.

No sentido de compreender o alcance das normas propostas, o quadro normativo assume também alguns princípios fundamentais, os quais se enunciam:

- Uma forte interação entre atores públicos e privados, tendo como objetivo fundamental a coordenação de políticas, nomeadamente a integração das políticas sectoriais e territoriais aplicadas à Região e a atuação dos diferentes agentes territoriais;
- A tentativa, face ao quadro normativo apresentado, de ultrapassar um modo de funcionamento fragmentado e sectorializado, evidenciado pela Administração Central e à implementação de políticas de carácter mais transversal e integradoras de múltiplas valências e responsabilidades;
- A adequação de medidas de flexibilidade que possam permitir um correto ajustamento das soluções a situações futuras incertas, quer sejam na evolução dos sistemas naturais, quer sejam dos diferentes setores de atividade económica e os mercados em que se inserem;
- A utilização das melhores técnicas disponíveis, nomeadamente tecnologias, técnicas ou práticas correspondentes à fase de desenvolvimento mais avançada, eficaz e economicamente aceitáveis,

das atividades e dos respetivos modos de exploração;

- O recurso a processos de monitorização e avaliação que suportem o exercício da gestão territorial e dos mecanismos de tomada de decisão inerentes.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte – PROF-PIN

O Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF-PIN) foi aprovado em Conselho de Ministros de 1 de junho de 2006 e publicado em Decreto Regulamentar n.º 9/06, de 19 de julho. Abrange os municípios de Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere e é constituído por um Regulamento e um mapa síntese que identifica as sub-regiões homogéneas, as zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios e da conservação da natureza, a mata modelo que irá integrar a rede regional das florestas modelo, os terrenos submetidos a regime florestal e os corredores ecológicos.

Tratando-se de um instrumento sectorial de gestão territorial, o PROF-PIN, à semelhança dos seus congéneres, assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais, sociais e institucionais, envolvendo os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, com vista a estabelecer uma estratégia consensual de gestão e utilização dos espaços florestais. Deste modo, a adoção deste instrumento de planeamento e de ordenamento florestal constitui-se como um contributo essencial para os outros instrumentos de gestão territorial, em especial para os planos municipais de ordenamento do território (PMOT), no que respeita concretamente à ocupação do solo, uso e transformação do solo nos espaços florestais, uma vez que no âmbito dos PMOT, as ações e medidas propostas no PROF-PIN serão devidamente integradas nos primeiros. De igual modo, os objetivos estratégicos do PROF-PIN são articulados com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.

O PROF-PIN apresenta um diagnóstico da situação atual na região, com base numa ampla recolha de informação necessária ao planeamento florestal e efetua uma análise estratégica que permite definir objetivos gerais e específicos, delinear propostas de medidas e ações tendo em vista a prossecução de uma

política coerente e eficaz, bem como definir normas de intervenção para os espaços florestais e modelos de silvicultura, aplicáveis a povoamento tipo, com vista ao cumprimento dos objetivos enunciados. No seguimento deste diagnóstico, a organização destes espaços florestais e respetivo zonamento, nesta região, é feita ao nível de sub-regiões homogéneas que correspondem a unidades territoriais com elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais. Para o Município da Lousã, as sub-regiões homogéneas que se encontram traduzidas no território municipal correspondem à sub-região Lousã-Açor e Floresta da Beira Serra.

Particular destaque no contributo regional do plano para a defesa da floresta contra incêndios, através do enquadramento das zonas críticas, da necessária execução das medidas relativas à gestão dos combustíveis e da infraestruturização dos espaços florestais, mediante a implantação das redes regionais de defesa da floresta (RDF). No sentido de constituir um espaço para o desenvolvimento e demonstração de práticas silvícolas, foi criada uma floresta modelo, sendo selecionada para esta região o perímetro florestal da Serra da Lousã, que pelo seu potencial de desenvolvimento para atividades de produção e proteção poderá servir de exemplo aos proprietários privados como fator de valorização dos seus espaços florestais.

Plano sectorial da Rede Natura 2000 – PSRN2000

O PSRN2000 constitui instrumento de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.

Nesta medida o cumprimento das orientações de gestão e das outras normas programáticas estabelecidas neste Plano será da responsabilidade da administração central e local, e poderá assumir várias formas designadamente, revisão ou alteração de outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente planos municipais, planos especiais de ordenamento do território e planos de génese sectorial ou regional.

O PSRN2000 permite assim orientar, a uma macro-escala e a nível nacional (tendo sido adotada a escala 1:100.000), quais os usos e regimes de gestão compatíveis com a manutenção, num estado de conservação favorável, dos valores naturais ao abrigo dos quais os Sítios e ZPE foram criados, com vista a uma utilização sustentável do território. Compreende as áreas classificadas como:

- Zonas de Proteção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Diretiva Aves² e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats (listadas no Anexo I da Diretiva) e das espécies de aves migratórias (não referidas no anexo I) e que ocorram de forma regular;

- Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats², com objetivo de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e seminaturais (anexo I da Diretiva) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II da Diretiva) considerados ameaçados no espaço da União Europeia. Para os efeitos do Plano sectorial da Rede Natura 2000, consideram-se as áreas classificadas, nas fases intermédias do processo, ou seja os Sítios da Lista Nacional e os Sítios de Importância Comunitária.

No território continental estão classificadas 29 ZPE e 60 Sítios, sendo que 1 sítio abrange áreas significativas do Concelho, nomeadamente o **Sítio da serra da Lousã – PTCON 00600** (Resolução de Conselho de Ministros n.º76/2000, de 5 de julho).

As orientações do plano dirigem-se aos valores efetivamente existentes no território e não aos territórios por si só, não constituindo assim, o PSRN2000, um plano definidor de classes de uso ou de níveis de proteção do território, mas um instrumento de gestão da biodiversidade cuja tradução territorial decorre diretamente do conteúdo biológico real de cada território.

De realçar, que as orientações de gestão propostas servirão para compatibilizar as atividades humanas com a conservação da natureza promovendo, por um lado, as ações e usos territoriais necessários à manutenção do estado de conservação dos valores e à prossecução dos objetivos de conservação e, por outro lado, regulando as atividades que podem ser consideradas compatíveis em determinadas circunstâncias.

Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego – PBHM

O Plano da Bacia Hidrográfica do Mondego (PBHM) foi aprovado em Conselho de Ministros de 4 de outubro de 2001 e publicado em Decreto Regulamentar n.º 9/02, de 1 de março. Abrange 36 municípios, pertencentes aos distritos de Coimbra, Viseu, Guarda, Leiria e Aveiro, dos quais somente 12 são abrangidos parcialmente. No entanto, os seus limites administrativos não são coincidentes com os seus limites físicos.

Trata-se de um documento sectorial, que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspetos técnicos, económicos, ambientais e institucionais e envolvendo os agentes económicos e as populações diretamente interessadas, tendo em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Mondego, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente.

O PBHM apresenta um diagnóstico da situação existente nesta bacia hidrográfica, procura definir objetivos ambientais de curto, médio e longo prazo, delinear propostas de medidas e ações, estabelecer a programação física, financeira e institucional das medidas e ações selecionadas, visando a prossecução de uma política coerente, eficaz e consequente de recursos hídricos, assim como definir normas de orientação com vista ao cumprimento dos objetivos enunciados. No âmbito dos referidos propósitos de gestão racional dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Mondego, o plano tem em vista, em particular, identificar os problemas mais relevantes da bacia, prevenindo a ocorrência de futuras situações potencialmente problemáticas, definir as linhas estratégicas da gestão dos recursos hídricos, a partir de um conjunto de objetivos e implementar um sistema de gestão integrada dos recursos hídricos.

No que respeita aos objetivos estratégicos estabelecidos para a área do plano, estes encontram-se distribuídos por áreas temáticas, que por sua vez contém um conjunto de objetivos estratégicos, que a seguir se enunciam:

a) Gestão da procura:

- Assegurar uma gestão racional da procura de água, em função dos recursos disponíveis e das perspetivas socioeconómicas;

- Assegurar a gestão sustentável e integrada das origens subterrâneas e superficiais;
- Assegurar a quantidade de água necessária na origem, visando o adequado nível de atendimento no abastecimento às populações e o desenvolvimento das atividades económicas;
- Promover a conservação dos recursos hídricos, nomeadamente através da redução das perdas nos sistemas ou da reutilização da água.

b) Proteção das águas e controlo de poluição:

- Garantir a qualidade do meio hídrico em função dos usos;
- Garantir a qualidade da água nas origens para os diferentes usos, designadamente para consumo humano;
- Assegurar o nível de atendimento nos sistemas de drenagem e tratamento dos afluentes, nomeadamente os domésticos com soluções técnica e ambientalmente adequadas, concebidas de acordo com a dimensão dos aglomerados e com as infraestruturas já existentes e com as características do meio recetor;
- Promover a recuperação e controlo da qualidade dos meios hídricos superficiais e subterrâneos, no cumprimento da legislação nacional e comunitária, nomeadamente através do tratamento e da redução das cargas poluentes e da poluição difusa.

c) Conservação da natureza:

- Assegurar a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, a proteção e recuperação de *habitats* e condições de suporte das espécies nas linhas de água e no estuário;
- Promover a salvaguarda da qualidade ecológica dos sistemas hídricos e dos ecossistemas, assegurando o bom estado físico e químico e a qualidade biológica, nomeadamente através da integração da componente biótica nos critérios de gestão da qualidade da água;
- Promover a definição de caudais ambientais e evitar a excessiva artificialização do regime hidrológico visando garantir a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, estuarinos e costeiros;
- Promover a preservação e ou recuperação de troços de especial interesse ambiental e paisagístico, das espécies e *habitats* protegidos pela legislação nacional e comunitária, e nomeadamente das áreas

classificadas, das galerias ripícolas e do estuário.

d) Proteção e minimização dos efeitos de cheias, secas e poluição accidental:

- Promover a minimização dos efeitos económicos e sociais das secas e das cheias, no caso de elas ocorrerem, e dos riscos de acidentes de poluição;
- Promover a adequação das medidas de gestão em função das disponibilidades de água, impondo restrições ao fornecimento apenas quando as reservas disponíveis atinjam um nível excessivamente baixo, e promovendo a racionalização dos consumos apontando para consumos unitários mínimos;
- Promover o ordenamento das áreas ribeirinhas sujeitas a inundações e o estabelecimento de cartas de risco de inundação e promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos;
- Promover o estabelecimento de soluções de contingência em situação de poluição accidental, visando a minimização dos efeitos.

e) Valorização social e económica dos recursos hídricos:

- Potenciar a valorização social e económica da utilização dos recursos;
- Promover a designação das massas de água em função dos respetivos usos, nomeadamente as correspondentes às principais origens de água para produção de água potável existentes ou planeadas;
- Promover a identificação dos locais para o uso balnear ou prática de atividades de recreio, para a pesca ou navegação, para extração de inertes e outras atividades, desde que não provoquem a degradação das condições ambientais.

f) Articulação do domínio hídrico com o ordenamento do território:

- Preservar as áreas do domínio hídrico;
- Promover o estabelecimento de condicionamentos aos usos do solo, nos troços em que o uso não seja compatível com os objetivos de proteção e valorização ambiental dos recursos;
- Promover a definição de diretrizes de ordenamento, visando a proteção do domínio hídrico, a reabilitação e renaturalização dos leitos e margens e de uma forma mais geral, das galerias ripícolas, dos troços mais

degradados e do estuário;

- Assegurar a elaboração dos planos de ordenamento para as albufeiras.

g) Quadro institucional e normativo:

- Racionalizar e otimizar o quadro normativo e institucional vigente;
- Promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional, nomeadamente nos empreendimentos de fins múltiplos;
- Assegurar a simplificação e racionalização dos processos de gestão da água;
- Promover a gestão integrada do estuário, visando a sua valorização social, económica e ambiental;
- Assegurar a implementação da Diretiva Quadro.

h) Regime económico-financeiro:

- Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas e a utilização racional dos recursos e do meio hídrico;
- Promover a aplicação dos princípios de utilizador-pagador e poluidor-pagador;
- Promover a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas de abastecimento e drenagem.

i) Conhecimento dos recursos hídricos:

- Aprofundar o conhecimento dos recursos hídricos;
- Promover a monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água superficiais e das subterrâneas;
- Promover a obtenção contínua de informação sistemática atualizada relativa à identificação do meio recetor e promover a estruturação e calibração do modelo geral de qualidade de água da bacia portuguesa, integrando a poluição pontual e difusa assim como toda a rede hidrográfica principal, os aquíferos e as albufeiras;
- Promover o estudo e a investigação aplicada, visando o planeamento e a gestão sustentável dos recursos hídricos;
- Promover a participação das populações através da informação e sensibilização para a necessidade de proteger os recursos e o meio hídrico.

4.

AVALIAÇÃO DO TERRITÓRIO

A definição de propostas de desenvolvimento para o município, passa, entre outros, por uma **avaliação do território**, nas diversas vertentes, como sejam o povoamento e urbanismo, a indústria, a agricultura e floresta, os equipamentos e serviços, as infraestruturas e ambiente e o turismo. Pretende-se ainda detetar carências e pontos fracos e potenciar os pontos fortes.

Uma análise realizada no início do processo de revisão do PDM, designada por **“Avaliação do estado de execução do PDM”**, é também aqui traduzida, no sentido de entender até que ponto as propostas do PDM em vigor foram cumpridas e relevantes para o desenvolvimento do município, ou se continuam por cumprir e/ou deverão ser novamente consideradas. Também nesse documento, são refletidos os domínios de intervenção/investimento da Câmara Municipal na última década.

Para **Avaliação do estado de execução do PDM** foi utilizado o modelo de estrutura de objetivos e programas do plano de atividades definido no Decreto-Lei nº341/83 de 21 de julho – Quadro 4.1 –, com adaptação à estrutura da Câmara Municipal, no sentido de facilitar a análise. A estrutura compreende assim 11 objetivos (10 + 1 da Câmara Municipal, relativo à Administração Municipal), sub divididos em diversas ações. Uma vez que o período em análise – desde 1993 (ano de publicação do PDM) – se revela demasiado extenso em termos de informação, bem como da leitura dos dados, opta-se por representar um triénio de dados representativo das principais tendências verificadas ao longo dos anos analisados.

O triénio 1998/2000 permite observar, na generalidade, quais os principais investimentos e as áreas onde foram realizados, com particular destaque para o Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público e Comunicações e Transportes, áreas que recolheram as maiores fatias dos investimentos autárquicos nos últimos anos. Nos restantes objetivos os valores têm-se mantido de forma linear, apenas com algumas oscilações, resultantes de investimentos mais avultados em determinados anos específicos, mas que no conjunto estão refletidos nesta tendência aqui mostrada.

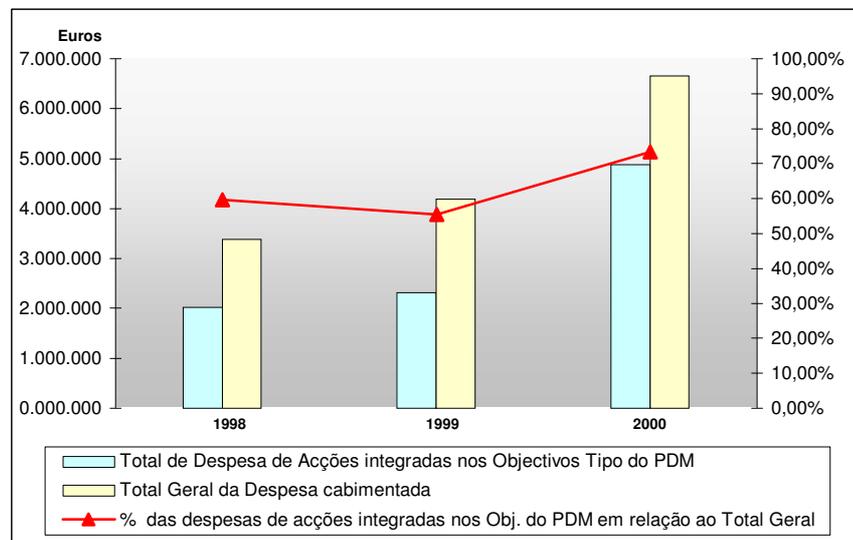
QUADRO 4.1 – MODELO DE ESTRUTURA DE OBJETIVOS E PROGRAMAS DO PLANO DE ATIVIDADES – CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS

OBJETIVO		PROGRAMA		OBS.
CÓDIGO e RÚBRICA				
01	Educação	01	Educação pré-escolar	
		02	Ensino básico	Inclui telescola
		03	Educação de adultos	
02	Cultura, desporto e tempos livres	01	Cultura	Inclui bibliotecas, museus, fomento cultural e outras atividades culturais Inclui jardim botânico, teatros, orquestras e grupos artísticos
		02	Desporto e tempos livres	Inclui também parques desportivos, campos de jogos, campos de atletismo, piscinas, circuitos de manutenção, etc.
03	Ação social			Abrange infância, 3ª idade, deficientes e centros de dia
04	Saúde			Abrange centros de saúde
05	Habitação e urbanização e urbanismo	01	Habitação	Inclui também. ligação de esgotos para habitação
		02	Planeamento urbanístico	Abrange planos diretores municipais, planos de pormenor
		03	Iluminação pública	
		04	Urbanização	Inclui também. arruamentos, esgotos e outros encargos com urbanização
06	Saneamento e salubridade	01	Rede de esgotos	
		02	Resíduos sólidos	
		03	Higiene pública	Inclui também. balneários, sanitários e lavadouros
		04	Cemitérios	
07	Proteção civil	01	Bombeiros	
		02	Segurança social	Inclui polícias municipais, instalações de forças de segurança, obras de consolidação de escarpa e muros de suporte com finalidade de segurança
08	Desenvolvimento económico e abastecimento público	01	Água	
		02	Energia	
		03	Turismo	Abrange parques de campismo, pousadas, postos de turismo e outras instalações relacionadas com esta função
		04	Mercados e feiras	
		05	Estabelecimentos industriais ligados ao abastecimento	Inclui também matadouros, centrais de leite, etc.
		06	Fiscalização sanitária	
09	Comunicações e transportes	01	Rede viária e sinalização	Inclui viadutos, construção e conservação de arruamentos, vias e caminhos, sinalização, corredores de transportes públicos
		02	Transportes	Inclui despesas com transportes públicos
		03	Estacionamento	Abrange parques de estacionamento, ordenamento de estacionamento nas vias municipais
10	Defesa do meio ambiente			Abrange parques florestais, jardins, despesas na luta antipoluição

FONTE: DL nº341/83 de 21 de julho – anexos I e IV

Numa análise ao total das despesas empregues nas ações integradas nos objetivos do PDM, salienta-se um elevado quantitativo que se mantém sempre acima dos 55%, evidenciando-se ainda um elevado esforço para colmatar algumas das necessidades mais básicas do concelho – Figura 4.1.

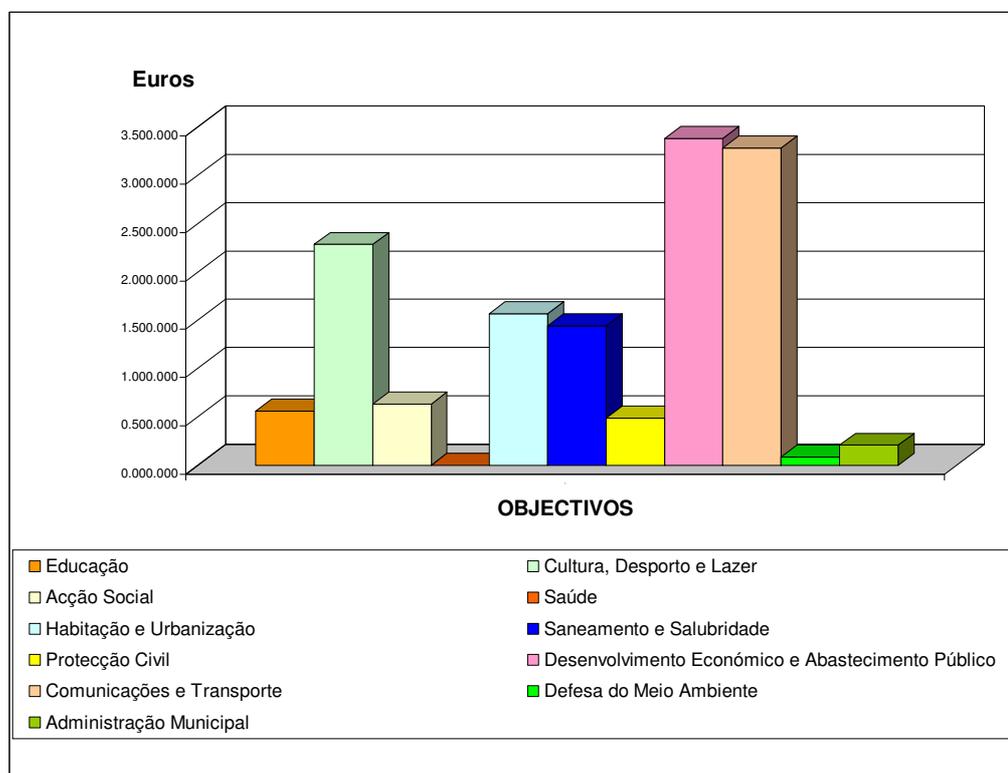
FIGURA 4.1 – TOTAL DAS DESPESAS DAS AÇÕES INTEGRADAS NOS OBJETIVOS DO P.D.M. EM COMPARAÇÃO COM O TOTAL GERAL DAS DESPESAS CABIMENTADAS



FONTE: RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DA LOUSÃ 1998-2000

Na Figura 4.2 é evidenciado o total de despesas cabimentadas para cada objetivo, no período compreendido entre 1998 a 2000, de forma a compreender o destino das verbas para atingir os objetivos propostos pelo PDM.

FIGURA 4.2 – TOTAL DAS DESPESAS CABIMENTADAS POR OBJETIVO NO PERÍODO 1998-2000



FONTE: Relatório de Atividades da Câmara Municipal da Lousã 1998-2000

Cumprindo os objetivos gerais delineados para o concelho da Lousã, o montante dos investimentos passou essencialmente por um conjunto de ações e medidas, agrupadas numa estratégia política, que assentou fundamentalmente na supressão e eliminação das principais necessidades básicas da população, quer das zonas rurais, quer dos aglomerados urbanos, ao nível de infraestruturação do território, com uma variedade de equipamentos coletivos, redes de distribuição de água e de recolha de resíduos, bem como de intervenções fulcrais na hierarquização e reconversão da rede viária.

A nível operacional, os objetivos estabelecidos foram, na sua maioria, atingidos, essencialmente os da exclusiva responsabilidade da autarquia. Quanto aos objetivos de responsabilidade do estado, como são o caso da remodelação da Ramal Ferroviário da Lousã, execução da variante a Foz de Arouce – EN236 – e da construção do Centro de Formação Profissional, não foram alcançados.

A abordagem da **avaliação do território** passa pela síntese das **áreas do PDM publicado em 1993**, nomeadamente classes de espaço identificadas na planta de ordenamento e servidões e restrições ao uso dos solos retratadas na planta de condicionantes. Será também o ponto de partida para comparação com a nova versão do PDM – novas propostas de ordenamento do território –, resultante de novas conjeturas sociais, económicas, ambientais e políticas, bem como da inovação das tecnologias informáticas e da cartografia atualizada e em formato digital – Quadro 4.2.

QUADRO 4.2 – ÁREAS DO P.D.M. PUBLICADO EM 1993

CLASSES DE ESPAÇO E SERVIDÕES E RESTRIÇÕES AO USO DOS SOLOS		ÁREA (ha)
CLASSES DE ESPAÇO	Espaço urbano	1269.6
	Espaço industrial	70.31
	Espaço para Indústria extrativa	100.0
	Espaço agrícola	1877.2
	Espaço florestal	10569.3
SERVIDÕES E RESTRIÇÕES AO USO DOS SOLOS	RAN	1665.1
	REN *	---
	Áreas submetidas ao regime florestal	2190.0

* A REN da Região Centro foi alvo de redefinição, com base em novos critérios, pela CCDRC, pelo que a comparação entre os valores da REN publicada em 1993 com a atual não permite tirar conclusões no âmbito desta avaliação.

4.1. POVOAMENTO

4.1.1. DINÂMICAS DO POVOAMENTO

Devido à própria natureza do Plano e tendo em conta a necessidade de otimizar a estrutura de povoamento de forma a planear e programar a implantação das diversas redes de infraestruturas, equipamentos e serviços, torna-se imperioso compreender a estrutura de povoamento, bem como a sua lógica. Considerou-se, para o efeito, a estrutura como sendo a materialização da evolução no espaço de um determinado sistema territorial. Pode-se compreender a estrutura através de conceções de hierarquia, relações, morfologias e derivações. Por sua vez, as lógicas de povoamento referem-se às intenções e predisposições subjacentes às localizações e implementações dos elementos estruturantes.

O Município de Lousã revela uma estrutura de povoamento tradicional, assente numa economia rural que determinava, necessariamente, um **povoamento “dispersivo”**, assegurando, desta forma, uma relação de proximidade entre cada núcleo de lavoura e os campos de cultivo que dependiam desse mesmo centro¹. Nos anos mais recentes tem-se verificado a consubstanciação desta estrutura rural dispersa a par de um fenómeno de consolidação dos principais aglomerados urbanos, nomeadamente das sedes de freguesia.

Se é verdade que se tem vindo a assistir nas últimas décadas a uma diminuição da população e um conseqüente despovoamento nalgumas áreas do Concelho, verifica-se, igualmente, uma expansão da maioria dos aglomerados populacionais que reflete realidades sócio-económicas muitas particulares. A proximidade à capital de Distrito, o aumento da mobilidade social e profissional, a diminuição do tamanho dos agregados familiares, a transformação dos modos de vida contemporâneos, entre outros, contribuíram para a atual estrutura territorial municipal.

A **estrutura urbana do Concelho** permite distinguir três tipos de aglomerados que

¹ Pardal, Sidónio e Lobo, Manuel Costa (2000), "Estruturas e Lógicas de Povoamento" In *Normas*

se distinguem pela sua dimensão e função:

- O primeiro compreende as sedes de Concelho e Freguesias, na qual o crescimento físico tem sido acompanhado por um maior incremento de redes de infraestruturas e equipamentos de apoio às populações. No caso destes aglomerados urbanos o povoamento encontra-se mais concentrado, desenvolvendo-se a partir dos núcleos históricos mais consolidados. A sua proximidade aos eixos viários principais, como a N236, N342 e diversas ligações municipais, tem contribuído para o seu reforço como principais centros populacionais do Concelho;
- O segundo tipo engloba os restantes aglomerados urbanos de menor dimensão, com exceção das Aldeias da Serra, que revelam uma **maior dispersão territorial** assente na estrutura viária local. A maioria destes aglomerados dispõem das infraestruturas necessárias para colmatar as necessidades básicas, mas encontram-se mais distanciados dos grandes equipamentos e serviços concelhios. Nestes casos as atividades agrícolas e florestais ainda revelam uma presença bastante acentuada nos modos de vida das populações locais. Contudo, apesar dos principais paradigmas urbanísticos condenarem lógicas de não concentração parece que a situação verificada no Concelho da Lousã não revela disfuncionalidades alarmantes para a estrutura de povoamento concelhia. Aliás, como afirmam Pardal e Lobo “o povoamento disperso só é notado e só passa a constituir uma preocupação quando alcança uma densidade crítica associada a disfunções de composição urbana e paisagística”².
- O terceiro tipo corresponde às Aldeias da Serra – Candal, Talasnal, Casal Novo, Chiqueiro, Vaqueirinho, Catarredor, Cerdeira e Silveira de Baixo –, bem delimitadas e com personalidade própria. Tratam-se de aglomerados urbanos com características tipicamente serranas, quer pela sua implantação em vertentes inclinadas, quer pelos materiais de construção. Habitadas há algumas gerações atrás, atualmente estas Aldeias têm sido alvo de intervenção e recuperação para efeitos de 2ª

Urbanísticas Vol. IV, DGOTDU – UTL, Lisboa.

² *op cit*

habitação de fim de semana, férias ou turismo, com exceção da Silveira de Baixo, cujas construções se encontram em ruínas. Os planos e projetos de recuperação e infra estruturação das Aldeias, em curso, promoverão a qualidade das mesmas, bem como o aumento da procura.

Apesar do **vínculo agrícola** condicionar fortemente as estruturas destes aglomerados mais pequenos e dispersos, as suas relações funcionais com os centros de maior dimensão revelam-se de uma importância fulcral. São nestes últimos aglomerados que as populações procuram os serviços de primeira instância e encontram os equipamentos estruturantes. Porém, devido à apropriação administrativa da capital distrital, as relações com Coimbra fazem-se sentir em todos os lugares. É pois para Coimbra que se fixam os principais fluxos de procura e aquisição de bens e serviços. Desta forma, são os acessos a Coimbra e outros centros de maior dimensão que facilitam e promovem a estrutura de povoamento que se enquadra sempre nas imediações destes grandes eixos viários. Todavia, esta realidade também permite contribuir para uma lógica de povoamento que assenta em alternativas de modos de vida que se refletem na procura e na aquisição de primeira e segunda habitação.

A **avaliação da ocupação dos aglomerados urbanos** do PDM em vigor, em termos de construções, é realizada sobre a cartografia base – MNT e MNC da Série Cartográfica Nacional, à escala 1:10 000 –, em sobreposição ao espaço urbano, obtendo-se valores para cada aglomerado que se sintetizam nos Quadros 4.3 e 4.4., obtidos a partir do Quadro I em anexo. É apresentada na Figura 4.3 a título de exemplo a avaliação de um aglomerado urbano e em anexo na Figura I para o município. Para esta caracterização foram identificados os seguintes parâmetros:

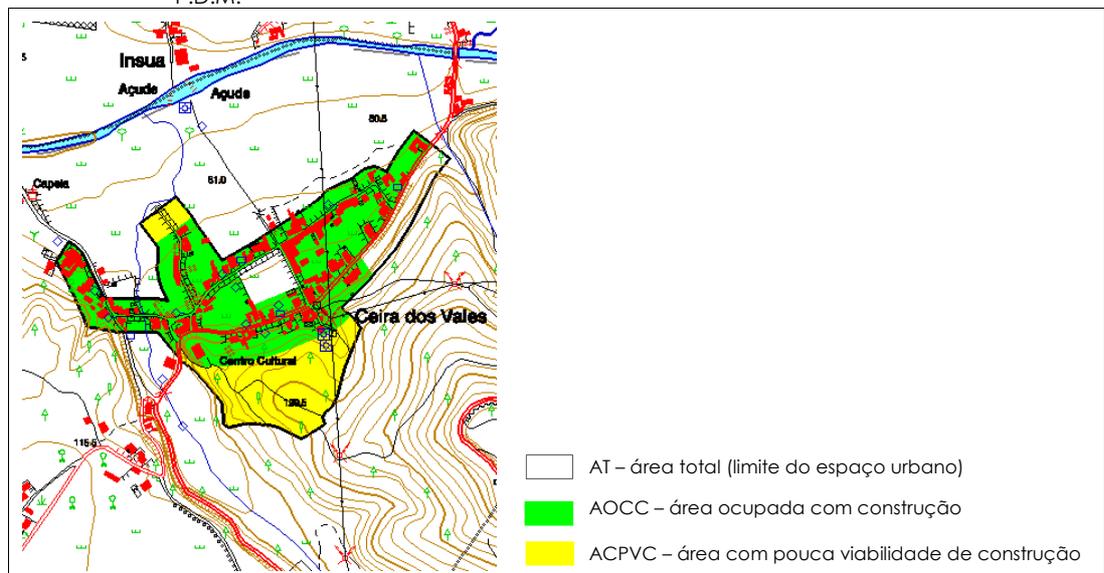
- N° de aglomerados urbanos (108) – N° de aglomerados urbanos do PDM (planta de ordenamento), não correspondente ao apresentado pelo INE³ (92 – Censos2001);
- **AT** – Área total dos aglomerados urbanos existentes / espaço urbano (planta de ordenamento);
- **AOCC** – Áreas ocupadas com construção. Esta identificação tem por base regras como: delimitação da área até 50m da última habitação, inclusão de espaços intersticiais entre

³ INE – Instituto Nacional de Estatística

construções inferiores a 50m, possibilidade de adoção de limites físicos e/ou limites de propriedade. O procedimento teve como suporte base cartográfica credível e atualizada, bem como o conhecimento dos locais;

- **ASO** – Áreas sem qualquer tipo de ocupação (AT-AOCC);
- **ACPVC** – Áreas que apresentam pouca ou nenhuma viabilidade de construção. Esta identificação resulta da análise em carta (altimetria, modelação de terreno e inclinação de encostas) e/ou no terreno, compreendendo terrenos com inclinações consideráveis, sem apetência ou com riscos para a construção, que se irão propor para retirar da classificação de aglomerado urbano ou integração em estrutura ecológica urbana;
- **AC** – Áreas comprometidas pelas construções existentes, bem como pelas condições naturais dos terrenos adversas à fixação de habitação (AOCC+ACPVC);
- **AD** – Áreas descomprometidas (AT-AC). Consideradas como a real área disponível.

FIGURA 4.3 – EXEMPLO DE AVALIAÇÃO DA OCUPAÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS EXISTENTES, DO P.D.M.



A contabilização de áreas dos aglomerados urbanos existentes /espaço urbano do PDM em vigor, regista o valor de **AT=1269.9ha**, num total de **108 aglomerados**.

Há que ter em consideração o facto de em algumas situações os aglomerados urbanos se apresentarem ligados entre si, num desenvolvimento contínuo no território. Cada um será então identificado pelo nome e não pelo limite geográfico. Assim, na análise/avaliação que se segue, para as situações de conjunto de aglomerados, é considerada a área geral e contabilizado o número de aglomerados que o constitui – ver Quadro I em anexo.

Numa primeira análise aos valores obtidos, destaca-se a área ocupada com construção (**AOCC**), de 985.8 hectares, aproximadamente 78% da área urbana total existente. Em contraponto a este valor, a área sem qualquer tipo de ocupação (**ASO**), representa um total de 283.7 hectares, correspondente 22%.

No entanto, foram consideradas também as áreas que apresentam pouca ou nenhuma viabilidade de construção (**ACPVC**). O valor encontrado, de 70.1ha, correspondente a 6% da área total de aglomerados urbanos, não sendo significativa, poderá no entanto condicionar o normal e contínuo povoamento urbano, conduzindo em muitos casos ao crescimento linear ao longo dos caminhos existentes que acompanham as curvas de nível do terreno.

Considerando a área comprometida como o somatório das áreas ocupadas com construção e as áreas com pouca viabilidade de construção (**AC=AOCC+ACPVC**), atinge-se o valor de 1055.9ha, representando um total de 83% da área total urbana. A restante área, **214.0ha – 17%** –, representa a verdadeira **área descomprometida (AD)** e passível de ser ocupada com novas construções.

QUADRO 4.3 – CONTABILIZAÇÃO DE ÁREAS DOS AGLOMERADOS URBANOS

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS		ÁREAS (ha)	%
AT (AOCC+ASO)	Área total de aglomerado urbano	1269.9	---
AOCC	Área ocupada com construção	985.8	78
ASO (AT-AOCC)	Área sem ocupação	283.7	22
ACPVC	Área com pouca viabilidade de construção	70.1	6
AC (AOCC+ACPVC)	Área comprometida	1055.9	83
AD (AT-AC)	Área descomprometida	214.0	17

No que respeita à ampliação dos perímetros urbanos, este processo seguiu as orientações do PROTCENTRO, relativamente às normas específicas de base territorial e mais concretamente as normas de planeamento e gestão territorial

aplicadas à classificação e qualificação do solo. Por conseguinte, nas orientações referentes à classificação e reclassificação do solo (Norma TG9 do PROTCENTRO), foram observadas as disposições cumulativas que determinam a criação de novas áreas urbanas ou a expansão dos perímetros urbanos existentes.

Deste modo, a demonstração destes critérios cumulativos, ficaria sujeita à avaliação da dinâmica urbanística e da execução do plano diretor municipal em vigor, do somatório das áreas urbanas consolidadas e legalmente comprometidas que tenham atingido um valor igual ou superior a 70% dos perímetros urbanos atuais e o resultado do somatório das áreas livres dos atuais perímetros urbanos, mais a ampliação proposta, que não deve exceder 40% do perímetro urbano atual.

Avaliados que foram, as condições relativas aos dois primeiros critérios, nomeadamente através da avaliação urbanística e da execução do plano, bem como da avaliação da consolidação urbana dos aglomerados, o passo seguinte incide na avaliação sobre o valor da ampliação dos perímetros urbanos propostos.

QUADRO 4.4 – NORMAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL DO PROTCENTRO

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS	ÁREAS (ha)	%
Perímetro urbano em vigor	1269.9	100
Áreas urbanas consolidadas	1055.9	83
Áreas livres dos perímetros urbanos em vigor	214.0	17
Proposta de redução dos perímetros urbanos	160.8	13
Proposta de ampliação dos perímetros urbanos	352.5	28
Somatório das áreas livres e ampliação dos perímetros urbanos	405.7	32
Limiar máximo previsto no PROTCENTRO	507.9	40

Tendo como um dos critérios de gestão territorial o limite de ampliação sobre o perímetro urbano em vigor, o PROTCENTRO determina que a soma das áreas livres dos perímetros urbanos com a proposta de ampliação dos perímetros urbanos não ultrapasse os 40% no valor global para o município. No quadro 4.4 é possível verificar que, quer as áreas livres, quer a proposta de ampliação dos perímetros representam 17% em relação ao valor total dos perímetros em vigor. Dado que é a soma destas dois valores que determina a eficácia da norma orientadora do PROTCENTRO, constata-se que o processo de ampliação dos perímetros urbanos

na revisão do PDM, em conjugação com as áreas livres desses perímetros alcanço um valor de 32%, abaixo, portanto, do limiar dos 40% estipulado no PROTCENTRO. Este valor foi obtido a partir da diferença entre as propostas de redução dos perímetros e a proposta de ampliação dos mesmos, aos quais posteriormente foram adicionadas as áreas livres dos perímetros.

Analisando de forma mais pormenorizada a ocupação, verifica-se que a dimensão média dos aglomerados urbanos é de 11.8 ha/aglomerado (1269.9/108) e que a média da área ocupada com construções é de 9.1 ha/aglomerado (985.8/108), ou seja, relativamente próxima do total. As áreas com pouca viabilidade de construção são em média 0.6 ha/aglomerado (70.1/108).

QUADRO 4.5 – PERCENTAGEM DE OCUPAÇÃO NOS AGLOMERADOS URBANOS

% DE OCUPAÇÃO	AOCC ÁREA OCUPADA COM CONSTRUÇÃO		ACPVC ÁREA COM POUCA VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO		AC ÁREA COMPROMETIDA		AD ÁREA DESCOMPROMETIDA	
	Aglomerados urbanos							
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< 10%	2	1.9	79	73.1	2	1.9	33	30.6
< 20%	5	4.6	89	82.4	4	3.7	56	51.9
< 30%	8	7.4	98	90.7	5	4.6	73	67.6
< 40%	15	13.9	102	94.4	7	6.5	89	82.4
<= 50%	21	19.4	106	98.1	12	11.1	97	89.8
> 50%	87	80.6	2	1.9	96	88.9	11	10.2
> 60%	69	63.9	1	0.9	89	82.4	7	6.5
> 70%	56	51.9	0	0	73	67.6	5	4.6
> 80%	41	38.0	0	0	56	51.9	4	3.7
> 90%	6	5.6	0	0	33	30.6	2	1.9

NOTA: Na contabilização de aglomerados urbanos do PDM (108), há que ter em consideração as situações de conjunto de aglomerados contínuos, onde é contabilizada uma área geral e o número de aglomerados que o constitui.

Pela análise do Quadro 4.5 é possível confirmar que a maioria dos aglomerados urbanos (87 dos 108) têm **AOCC>50%** da área total, sendo que acima dos 90% se registam 6 aglomerados, ou seja, muito próximos da ocupação total. São eles o Olival, Fórnea, Vale Domingos, Candal, Casal Novo e Talasnal, sendo os três últimos relativos a Aldeias da Serra. Abaixo dos 30% de ocupação apenas se registam 8 aglomerados.

Quanto às **ACPVC** somente 2 dos aglomerados urbanos, nomeadamente Cabanões e Covão apresentam valores acima dos 50% da área total.

Considerando as ACPVC (70.1ha) e a AOCC (985.8ha), as **áreas comprometidas – AC** – situam-se em média nos 9.8 ha/aglomerado (1055.9/108), correspondendo a um valor relativamente próximo da dimensão média dos aglomerados urbanos que é de 11.8 ha/aglomerado. Ainda relativamente às áreas comprometidas, é de salientar que 96 dos 108 aglomerados urbanos apresentam áreas superiores a 50% de ocupação, sendo que 33 (30.6% do total) estão acima do limiar dos 90%. Para as áreas descomprometidas – **AD** –, somente 11 aglomerados possuem mais de 50% da área total sem ocupação, isto é, dispõem de área considerável para futuras construções. São eles Vale de Aires, Vale de Ferro, Ferrajosa, Chapinheira, Forcado, Levegadas (de Serpins), Soutelo, Cornaga, Chiqueiro, Vaqueirinho e Cerdeira, sendo os três últimos relativos a Aldeias da Serra.

Para uma **avaliação populacional por aglomerado urbano**, são comparados os aglomerados urbanos do PDM em vigor e o N° de habitantes dos Censos2001 do INE. Não existe no entanto uma correspondência linear entre os aglomerados urbanos do PDM e os Lugares dos Censos2001, nomeadamente porque em muitos casos, no território, os lugares são adjacentes, formando aglomerados contínuos. Assim, sempre que necessário, são agrupados lugares do INE e/ou aglomerados do PDM.

A **avaliação da densidade populacional dos aglomerados urbanos** do PDM em vigor, permite concluir que a maioria se encontra abaixo dos 10 habitantes/hectare.

Em termos populacionais, a maioria dos aglomerados urbanos tem menos de 100 habitantes. Com **população superior a 100 habitantes**, identificam-se os seguintes aglomerados urbanos ou conjuntos de aglomerados urbanos (dado que a ocupação territorial é contínua), verificando-se que são predominantemente sedes de Freguesia ou localizados na área envolvente. Apenas um conjunto de aglomerados urbanos tem **população superior a 1000 habitantes**, concretamente 9543 habitantes, nos Censos2001. – Quadro 4.5.

QUADRO 4.6 – AGLOMERADOS URBANOS OU CONJUNTOS DE AGLOMERADOS URBANOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 1000 E A 100 HABITANTES

POPULAÇÃO	AGLOMERADOS URBANOS / CONJUNTOS DE AGLOMERADOS URB.	OBS.
> 1000 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Lousã (inclui Ribeira, Fontainhas, Reguengo, Moita, Papanata, Comoros, Ponte do Areal, Ramalhais, Poças, Faviça e Ponte Quadiz) / Póvoa (da Lousã) / Gândara / Alfocheira / Freixo / Relvas do Freixo/ Casal do Espírito Santo / Sarnadinha / Fiscal; 	<i>conjunto de aglomerados urbanos</i>
> 100 habitantes	<ul style="list-style-type: none"> • Serpins / Valeiro / Rodas / Vale de Madeiros / Tojal / Outeiro / Cova do Barro • Foz de Arouce / Fonte da Pulga • Ponte / Alçaperna / Videira • Vale Pereira do Areal; • Vale de Neira / Levegadas (da Lousã) / Eira da Calva / Cova do Lobo • Padrão / Pegos • Prilhão / Reguengo / Casais 	<i>conjuntos de aglomerados urbanos</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • Casal de Ermio • Vilarinho • Ponte Velha • Ceira dos Vales • Espinheiro • Golpilhares • Vale • Vale de Maceira 	<i>aglomerados urbanos</i>

4.1.2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES

POVOAMENTO	FATORES INTERNOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
FATORES EXTERNOS		<ul style="list-style-type: none"> - Setor imobiliário a preços competitivos, comparativamente à capital de distrito – Coimbra – e atrativos para fixação da população; - Disponibilidade de terrenos urbanos e oferta de imóveis de habitação, principalmente na sede de concelho; - Oferta de equipamentos – culturais, de ação social, desportivos e de lazer – atrativos para a fixação de população na sede do município; - Qualidade paisagística e ambiental como fator de atração de uma procura de habitação de características rurais; - A Serra da Lousã como elemento paisagístico e local de atividades desportivas e lúdicas para a população local; - Especialização funcional de alguns espaços, nomeadamente a área de equipamentos da sede de concelho (escolas, piscinas municipais, ténis e pavilhão gimnodesportivo); - Potencialidade de estruturação de rede viária urbana apoiada nos arruamentos estruturantes existentes; - Proximidade da sede de concelho aos eixos viários estruturantes – EN342 e EN236; - Ramal ferroviário da Lousã (Coimbra-Serpins) com perspetivas a curto-prazo de reestruturação e transformação em Metro ligeiro de superfície; - Inventários e projetos elaborados no âmbito do GTL das Aldeias da Serra (2003-2004); - PU em execução e PP existentes e em execução. 	<ul style="list-style-type: none"> - Especulação imobiliária; - Despovoamento e declínio das atividades agrícolas nalguns aglomerados rurais; - Tendência de ocupação urbana ao longo das vias; - Situações a necessitarem de correções ao nível da comunicação interna: automóvel e pedonal; - Falta de infra estruturação em diversos aglomerados urbanos; - Qualidade do espaço público das Zonas Industriais; - Falta de Planos de Urbanização e/ou Planos de Pormenor concluídos e em vigor.
OPORTUNIDADES		<ul style="list-style-type: none"> - Criação e/ou qualificação de espaços públicos, praças, espaços verdes e de equipamentos estruturantes, capazes de promover e valorizar a vivência e a imagem urbanas e a polarização do povoamento em detrimento do crescimento linear ao longo das vias; - Criação de fatores de qualidade (estética, ambiental e paisagística), capazes de melhorar a imagem urbana e dinamizar a capacidade atrativa dos aglomerados urbanos; - Desenvolvimento de percursos pedonais em articulação com ações de qualificação do espaço público; - Implementação de políticas de gestão de estacionamento nas zonas centrais; - Definição de novos arruamentos e circulação urbana na sede de concelho, apoiada nos arruamentos estruturantes existentes; - Melhoria da organização interna do sistema de comunicações na sede de concelho – acessibilidade automóvel e pedonal – através da otimização das condições de conexão, isto é, criação e/ou melhoria de novas vias de comunicação automóvel e de espaços de circulação de bicicleta e para o peão; - Definição de áreas de circulação automóvel de diferentes funcionalidades – vias principais, vias distribuidoras locais, acessos a áreas residenciais; - Melhoria das acessibilidades externas, através da conclusão do novo traçado da EN342 até Condeixa e Arganil; - Reestruturação do Ramal ferroviário da Lousã; - Infra estruturação dos aglomerados urbanos, com redes de saneamento básico e estações de tratamento, para melhoria da qualidade ambiental e de vida dos habitantes; - Tratamento do espaço público das Zonas Industriais; - Identificação e gestão de reservas fundiárias; - Promoção de Planos de Pormenor para áreas específicas; - Implementação dos Planos de Urbanização em execução das sedes de freguesia; - Implementação/operacionalização das propostas de desenvolvimento do território e aplicação do regulamento do Plano Diretor Municipal. 	
AMEAÇAS	<ul style="list-style-type: none"> - Especulação imobiliária; - Conjuntura económica desfavorável; - Diminuição dos preços dos solos urbanos nos municípios vizinhos; - Deficiências nas acessibilidades exteriores; - Políticas/planos nacionais ou regionais desfavoráveis ao município; - A não concretização a curto-prazo da reestruturação do Ramal ferroviário da Lousã e transformação em Metro ligeiro de superfície; - Dificuldade de acesso ao crédito por parte das famílias. 		

4.2. INDÚSTRIA

4.2.1. AS DINÂMICAS INDUSTRIAIS

Procurando enquadrar as **dinâmicas industriais**, com os processos de ocupação territorial, destacam-se duas tendências principais:

- A primeira encerra um conjunto de **pequenas indústrias associadas à indústria têxtil** e também para a **produção de material elétrico** numa unidade fabril sediada em Serpins. Igualmente dispersas um pouco por todo o território concelhio localiza-se a indústria ligada ao setor da **alimentação e bebidas**, com grande incidência no concelho e na região e que dada a sua importância, não produzem grandes condicionalismos na estruturação e distribuição do povoamento. São sobretudo indústrias de importância local, que desenvolvem a sua atividade assente num conjunto de relações que se estabelecem no seio de uma pequena área de influência e que se adaptam e enquadram no contexto rural onde se inserem;
- A segunda, assume-se como **zona industrial**, com uma tendência mais industrializante e que obedece a uma estratégia de concentração industrial. Com um total de 94,51 hectares de área destinada à atividade industrial consagrados no atual PDM em vigor – em que dois são espaços industriais autónomos com 53,25ha –, divididos por quatro grandes áreas, sendo uma delas de reserva de solos industriais, atualmente sem ocupação, o Concelho da Lousã apresenta um leque variado de indústrias. As áreas atualmente ocupadas são a **Zona Industrial do Alto do Padrão**, a **Zona Industrial dos Matinhos** e a **Zona Industrial da Fábrica de Papel do Prado**. A quarta zona industrial, a **Z.I. de Foz de Arouce** corresponde a uma área de reserva prevista no atual PDM em vigor e que se prevê vir a ser alvo de alteração de localização. A Z.I. do Alto do Padrão merece destaque pela dimensão, estruturação, potencialidades de expansão e localização adjacente à EN342, tendo registado uma

evolução positiva que se traduz numa expansão física, sobretudo apoiada por um conjunto de medidas de crescimento e desenvolvimento concretizadas pela autarquia da Lousã.

Na tentativa de enquadrar as situações observadas no primeiro ponto a autarquia tem vindo a fazer um esforço no sentido de dotar algumas áreas, situadas em algumas freguesias, de infraestruturas e de condições à instalação de pequenas unidades industriais. Com efeito, pretende-se nas propostas do PDM a criação de alguns pólos empresariais, nas freguesias de Foz de Arouce e Serpins que visem enquadrar legalmente a sua existência, de modo a dotá-las das condições necessárias ao seu funcionamento. Com recurso a informação disponibilizada pela Delegação Regional do Ministério da Economia, é possível verificar o conjunto de empresas que se encontram localizadas nas zonas industriais existentes. Do total de empresas no concelho, apenas 25 % se encontram inseridas em espaços industriais previstos na PDM em vigor enquanto as restantes encontram-se dispersas pelo território municipal, sendo que cerca de 75% se concentram na freguesia da Lousã e as restantes 25% distribuídas pelas restantes freguesias. Deste modo, entende-se como necessário a criação de pólos empresariais nas freguesias, como é caso recente da criação do Pólo Empresarial de Casal de Ermio, de forma a enquadrar as empresas dispersas pelo concelho, enquadrando-as em áreas com condições urbanísticas. Igualmente, a criação de áreas ou pólos industriais, dotadas de condições logísticas para receber este tipo de equipamentos, potencia a criação a instalação de novas unidades comerciais, oferecendo-lhes condições atrativas e vantajosas, contribuindo, desta forma, para uma dinâmica económica mais forte no concelho.

Importante também é a criação de condições de valorização e tratamento dos resíduos, conforme expresso no ENEAPAI (2007-2016) e que obedeçam a um conjunto de prioridades, nomeadamente:

- Adoção de soluções conjuntas que se demonstrem como as tecnicamente mais adequadas e sustentáveis, promovendo economias à escala regional e permitindo um efetivo controlo das descargas nos meios recetores;
- Opção preferencial por soluções coletivas de tratamento que sejam alternativa às soluções individuais, dado que se afiguram mais versáteis e robustas face às naturais oscilações dos setores produtivos, com um aumento da qualidade associada à capacidade de gestão;

- Potencialização da utilização da capacidade de tratamento das infraestruturas dos sistemas supramunicipais ou municipais de saneamento de águas residuais, após um pré-tratamento adequado, otimizando o investimento já realizado;
- Integração das componentes de tratamento dos efluentes com a adequada gestão dos subprodutos resultantes, designadamente através de planos de gestão de nutrientes e de matéria orgânica.

Quanto às tipologias de intervenção, dentro do quadro técnico, é possível identificar as seguintes tipologias:

- a) Adaptações das unidades produtivas para ligação a sistemas de pré-tratamento ou de tratamento completo;
- b) Soluções técnicas de tratamento, com soluções coletivas ou individuais de pré-tratamento e descarga em ETAR de sistema supramunicipal ou municipal e soluções coletivas ou individuais de tratamento completo e descarga em linha de água;
- c) Soluções técnicas para o transporte e armazenamento de efluentes/subprodutos;
- d) Soluções técnicas para o adequado espalhamento e valorização de nutrientes;
- e) Soluções técnicas de valorização energética e/ou de subprodutos;
- f) Ampliação/remodelação de instalações de tratamento existentes, privilegiando as soluções coletivas e de sistemas supramunicipais ou municipais em detrimento de soluções individuais;
- g) Ampliação de sistemas de drenagem com vista a aumentar o grau de integração das soluções técnicas e como forma de controlo e minimização de fontes emissoras.

De salientar, por último, as soluções técnicas a adotar deverão privilegiar, essencialmente, o recurso a soluções coletivas de pré-tratamento dos efluentes, com posterior ligação a sistemas de tratamento de águas residuais urbanas, verificando-se, deste modo, a interligação entre infraestruturas. No caso de as soluções técnicas de valorização e tratamento mais adequadas passarem pela implementação de soluções individuais, deverão ser observados critérios de sustentabilidade a longo prazo.

4.2.2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES

INDÚSTRIA	FATORES INTERNOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
FATORES EXTERNOS		<ul style="list-style-type: none"> - Zona Industrial infra estruturada, com bons acessos – adjacente a estrada nacional (EN342); - Posição estratégica do município, no quadro das conexões inter-regionais; - Proximidade a Coimbra facilitando o acesso a serviços de apoio a empresas; - Interesse da autarquia em dotar o município de condições para dar resposta às solicitações dos investidores, no quadro da sua competência – ampliação da zona industrial e condições atrativas para fixação de pequenas e médias empresas; - Valor significativo de área florestal no município, proporcionando implantação de indústrias do setor. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acessibilidade extra-municipal, com deficiências em algumas ligações; - Inexistência de um serviço/centro de apoio às empresas; - Escassez de solo industrial infra estruturado no concelho; - mão de obra desqualificada; - Baixa taxa de escolaridade da população ativa no setor; - Pouca diversificação de tipo de indústrias no concelho.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Política nacional de incentivo a pequenas e médias empresas; - Política nacional que vise a desburocratização dos procedimentos de licenciamento de empresas; - Criação de redes de cooperação interempresarial de âmbito Nacional e Comunitário; - Adoção de atitudes de cooperação entre os centros de conhecimento e as empresas; - A importância das novas tecnologias de comunicação como fator indutor de novos padrões de consumo; - Novos fatores de localização assentes numa lógica de melhoria das acessibilidades e de serviços avançados; - Financiamento QREN (2007-2013) – Quadro Estratégico de Referência Nacional. 		<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria das acessibilidades relativas às principais vias de ligação extraconcelhias – retificação da EN 17, execução da variante da EN342 Lousã/Góis/Arganil e ligação ao IP1; - Desenvolvimento de uma política de atração seletiva de empresas – atendendo à geração de empregos e potencial de ligação às atividades locais – tendo como objetivo a criação de complementaridades entre atividades económicas afins; - Estabelecimento de políticas de atração industrial; - Promoção de atividades económicas associadas à floresta; - Criação de serviços, de iniciativa pública ou privada, de apoio às empresas que facilitem a intermediação com instituições fornecedoras de serviços avançados de apoio às empresas; - Estabelecimento de pontes de ligação entre os produtores de tecnologia e conhecimento e as empresas; - Aposta na formação e qualificação profissional dos ativos do concelho; - Apoio à iniciativa de empresarial jovem, com recurso a incubadora de empresas; - Criação de mais pólos industriais, com diversificação de localização, no máximo de um por freguesia. 	
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável; - Agravamento da situação económica nacional como resultado da conquista do mercado por agentes económicos externos que oferecem os mesmos produtos a menor preço; - Política económica nacional que não favoreça a conquista de nichos de mercado inovadores e de grande procura; - Política económica que favoreça a produção de produtos de baixa qualidade; - Burocracia dos procedimentos de licenciamento industrial; - Dinâmica industrial dos concelhos limítrofes - Ameaça crescente dos fatores que levam à deslocalização das indústrias sedeadas no concelho; - Redução dos empregos no setor secundário. 			

4.3. AGRICULTURA E FLORESTA

4.3.1. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS

A análise dos **espaços florestal e agrícola** do território municipal resulta, não só da própria natureza do plano, como também da sua representatividade e das respetivas potencialidades/funções, de âmbito económico, turístico e ambiental. Esta análise recorreu à interpretação de dois instrumentos distintos existentes para o município:

- Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor, publicado em 1993;
- Carta de Ocupação de Solos (COS) – obtida do MNT da cartografia à escala 1:10000 da SCN10K.

Entre estes dois instrumentos existe uma diferença fundamental, isto é, enquanto que o PDM define as classes de espaço de acordo com as potencialidades existentes, a COS retrata o tipo de ocupação efetivamente existente.

O Quadro 4.6 traduz a análise comparativa entre os dois instrumentos, em termos de áreas agrícola e florestal.

QUADRO 4.6 – ÁREAS DE OCUPAÇÃO DO SOLO AGRÍCOLA E FLORESTAL – POTENCIAL E EFETIVA

OCUPAÇÃO DO SOLO		COS Carta de Ocupação do Solo			PDM Plano Diretor Municipal	
		Área Parcial (ha)	Área Total (ha)	%	Área Total (ha)	%
Área Florestal	Eucalipto	1 871.5	10 078.1	72.8	10 599.6	76.1
	Pinheiro	5 887.5				
	Castanheiros	61.9				
	Sobreiro	87.4				
	Carvalhos	73.7				
	Outros	3 716.4				
Área Agrícola		1 958.4	14.2	1 915.2	13.7	
Área Total do Município		13 842.2 *			13 916.0 **	

FONTE: MNT da cartografia 1:10000 (2000) e Plano Diretor Municipal (1993).

* Área correspondente ao limite administrativo das Cartas Militares, 2ª Edição / 1985

*** Área correspondente ao limite administrativo da CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal, versão 3, dezembro/2004)

No município da Lousã a **ocupação florestal** domina sobre qualquer outro tipo, representando aproximadamente 72.8% da área total, valor próximo do potencial definido no PDM.

Quanto ao coberto vegetal que traduz uma influência tipicamente mediterrânea, encontram-se em vertentes de baixa altitude, abrigadas e com exposição predominantemente ao quadrante sul, espécies características como o carvalho português, sobreiro, medronheiro e plantas aromáticas.

Em complemento a estas espécies e traduzindo, embora de forma menos vincada, algumas características, também elas mediterrâneas, surgem espécies introduzidas pelo homem, como o pinheiro bravo e mais recentemente o eucalipto, que se encontram, regra geral, relacionados com os solos pobres, arenosos ou argilosos, que dominam a maioria dos solos deste concelho. Com efeito, as áreas de **pinheiro bravo** ocupam uma área significativa do coberto florestal do concelho, embora de uma forma mais consistente na encosta norte da serra da Lousã, e nas colinas situadas a oeste. Nas restantes áreas surge em pequenas manchas de solo, embora sem uma continuidade digna de registo. Também o **eucalipto**, uma espécie com evidência a par da acácia, surge disseminado um pouco por todo o lado, registando-se no entanto as maiores manchas na zona norte do concelho, como consequência de áreas que foram mais assoladas pelos incêndios florestais, originando, por um lado, uma regeneração rápida por via desta espécie, e por outro lado, um aumento na plantação florestal desta espécie. Igualmente, pela serra começam a surgir pequenas manchas de eucaliptos que vão ganhando proporções preocupantes, a par de manchas de acácias, sobretudo em áreas de maior declive e que sofreram igualmente a devastação dos incêndios florestais. As **zonas de mato**, de características subarbustivas, ocupam grandes manchas da serra, mais concretamente nas áreas de maior altitude, dominando os cumes aplanados, as encostas de maior declive e os vales escavados, em detrimento de uma cobertura arbórea que se pode encontrar nas altitudes médias das encostas.

A gestão florestal do Concelho tem sido alvo nos anos mais recentes de uma série de planos de incidência municipal que têm procurado estabelecer uma gestão mais equilibrada e rentável. A criação de uma associação florestal e a inclusão de técnicos especializados na edilidade camarária têm contribuído para uma melhoria gradual na gestão e utilização do espaço florestal concelhio.

No que diz respeito à **ocupação agrícola**, em toda a parte baixa da Lousã, nos solos férteis correspondentes à bacia da Lousã, predominam áreas de policultura intensiva, expressas nas manchas de regadio e horta localizadas nos planos aluviais das linhas de água e na agricultura de sequeiro, associadas quase sempre a olivais ou pomares, localizadas nas áreas mais afastadas das linhas de águas ou nas colinas sobranceiras da bacia. Encontram-se também, com regular frequência, os pomares, dispersos, quer nas bordaduras dos campos ou mesmo no seu interior, quer, igualmente, nos quintais contíguos às habitações.

Com a publicação do **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROF/PIN)**, foram preconizados um conjunto de objetivos estratégicos que visam orientar o correto ordenamento dos espaços florestais. Da necessidade de transpor as orientações estratégicas de um plano regional, resulta que este documento enuncie os principais elementos a reter do plano, nomeadamente a sua visão estratégica, as principais funções dos espaços florestais, modelos e normas a aplicar e, por último, os seus objetivos específicos.

O conjunto de intervenções preconizadas pelo PROFPIN, tem como objetivo a condução dos povoamentos com fins produtivos. No entanto, pretende-se que estes modelos abranjam mais do que silvicultura pura e que tenham um carácter mais abrangente de gestão florestal, onde se pressupõe também a existência de uma intervenção ativa para outros fins que não os produtivos, como a conservação, a proteção e o recreio.

Tendo por base estes fatores, o PROF do Pinhal Interior Norte aponta como **visão estratégica**: espaços florestais desenvolvidos no sentido de aumentar a sua diversidade, garantindo, de modo sustentável, o seu equilíbrio multifuncional.

Deste modo, os modelos de silvicultura perspectivados devem ter em conta determinadas condições específicas, que dizem respeito:

- À defesa dos espaços florestais mais vulneráveis aos agentes bióticos e abióticos, principalmente fogo, sendo retratado nas restrições ao uso do solo do regulamento, um conjunto de normas técnicas de intervenção para a defesa da floresta contra incêndios e sobre infraestruturas;

- À preservação de valores ecológicos e biológicos que levaram à classificação dos habitats e das espécies de fauna e flora existentes como relevantes em termos de conservação;
- À conservação de ecossistemas de singular valor natural e à manutenção da diversidade biológica específica;
- À sensibilidade de determinadas áreas do ponto de vista da proteção do solo e da água.

Este objetivo é atingido tendo em conta um conjunto de normas técnicas a considerar na intervenção nos espaços florestais, de acordo com as suas cinco funções principais:

- Produção;
- Proteção;
- Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- Suporte à silvopastorícia, caça e pesca;
- Suporte ao recreio, enquadramento e estética da paisagem.

Com efeito, e tendo em consideração o PROF, este realça que os espaços florestais do Pinhal Interior Norte têm uma grande importância na região, na medida em que ocupam uma extensa área, superior a 80% do total. Nessa área, cerca de metade encontram-se arborizados, sendo as espécies florestais dominantes, produtoras de lenho, o pinheiro bravo e o eucalipto, que constituem o suporte da economia florestal desta região. Pese embora a predominância de povoamentos monoespecíficos, resultantes da forte ação humana, esta região apresenta, igualmente, um elevado potencial produtivo para várias espécies arbóreas, nomeadamente as folhosas autóctones (carvalho alvarinho, carvalho negral, carvalho cerquinho e sobreiro), podendo contribuir para a diversificação das espécies florestais exploradas e, dessa forma, oferecer madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado, tendo em consideração o uso múltiplo dos recursos e a sua sustentabilidade.

Mas para além desta potencialidade, o PROFPIN salienta também a oferta de espaços florestais vocacionados para atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, designadamente o turismo florestal de montanha, considerando importante o seu desenvolvimento. Para o PROFPIN o enquadramento dos espaços florestais em percursos de turismo, constituem, por si

só, um recurso para o desenvolvimento do turismo florestal de montanha e do turismo de natureza, enquanto espaço de usufruto da paisagem, vocacionados para a interpretação ambiental e assumindo um papel relevante para aqueles que apreciam a observação da natureza e dos espaços florestais, proporcionando ao visitante o conhecimento dos valores florestais e naturais através de um contacto direto com os espaços florestais.

Para além dos pontos focados anteriormente, o PROFPIN reconhece igualmente as atividades da silvopastorícia, caça, pesca em águas interiores e apícola como aspetos relevantes nos espaços florestais, uma vez que representam um elevado potencial para o desenvolvimento sustentável e integrado com as outras atividades, designadamente de produção, proteção, recreio e paisagem e conservação.

De salientar, as zonas montanhosas, presentes no Pinhal Interior Norte, que carecem de cuidados específicos no sentido da proteção contra as diversas formas de erosão a que estão sujeitas. De igual modo, a conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos englobadas nas áreas de conservação previstas na Rede Natura 2000 ou nos espaços naturais definidos nos municípios, revelam-se como áreas fundamentais na preservação da biodiversidade presentes nos territórios municipais.

Contudo, a existência de 5 classes de funções nos espaços florestais são apresentadas no **PROFPIN** como áreas classificadas segundo a sua potencialidade. Por conseguinte, coube à equipa do PDM a avaliação das classes de potencialidades e o seu cruzamento com a restante informação contida no plano. Dessa análise, resultou que das 5 funções previstas apenas se considerou para o **município da Lousã** a necessidade de representar graficamente duas áreas, mais concretamente os **espaços florestais afetos à produção e proteção**, dado que as restantes funções já se encontram incluídas na proposta de classificação. Todavia, se em termos de representação gráfica apenas houve lugar à classificação em espaços florestais de produção e espaços florestais de proteção, os restantes espaços consagrados no **PROFPIN** mantêm a sua importância e as suas disposições no que respeita às normas genéricas de intervenção florestal. Assim, este conjunto de normas genéricas inclui normas de intervenção ativa e restrições, sendo que as primeiras devem atuar pela positiva, formulando claramente quais as recomendações de gestão e, sempre que

necessário e adequado, o que é que as fundamenta. Já as segundas devem, pelo contrário, atuar pela negativa, dizendo o que é que não pode ou não deve fazer-se e porquê.

Com base nos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças foram definidos objetivos estratégicos que se pretendem atingir na região PROF. Assim, tendo em conta a visão estratégica delineada para o Pinhal Interior Norte, selecionaram-se, dos objetivos estratégicos gerais, aqueles que apresentam uma maior prioridade de concretização, com vista a uma maior dinamização das potencialidades dos espaços florestais desta região:

1. Explorar o potencial produtivo da região, na produção de madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado;
2. Reconverter os povoamentos e diversificar as espécies florestais exploradas;
3. Incentivar a exploração dos produtos da silvopastorícia (ovinos e caprinos), dos produtos não-lenhosos (frutos secos, cogumelos e medronho) e apícolas;
4. Desenvolver os espaços florestais com vista à sua utilização para recreio, lazer e enquadramento paisagístico, nomeadamente para o aproveitamento do turismo florestal;
5. Desenvolver o potencial da caça maior e da pesca;
6. Aproveitar a possibilidade da conversão da biomassa em energia para reduzir os custos de manutenção e exploração dos espaços florestais;
7. Criar e executar planos de gestão para as áreas públicas tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados;
8. Tornar mais atrativos os espaços florestais para recreio e lazer com vista a desenvolver o turismo;
9. Adequar os espaços florestais com o objetivo da prevenção do risco de incêndio;
10. Promover a multifuncionalidade dos espaços florestais;
11. Aproveitar a apetência por madeiras de qualidade e o potencial da floresta autóctone para aumentar a diversidade de espécies florestais;
12. Fomentar modelos de silvicultura que permitam a maior valorização dos produtos florestais;

13. Formar os produtores florestais em técnicas de condução e gestão de espaços florestais, de modo a aumentar os conhecimentos técnicos;
14. Promover uma visão empresarial da exploração dos espaços florestais e incentivar a certificação de gestão florestal sustentável;
15. Dinamizar a criação de fundos imobiliários florestais;
16. Incentivar o associativismo e o aproveitamento das competências técnicas das associações;
17. Promover formas de exploração dos espaços florestais que sejam geradoras de emprego;
18. Consolidar a rede de primeira deteção e fomentar a prevenção de incêndios florestais;
19. Promover a criação de áreas com dimensão que viabilize a gestão florestal;
20. Desenvolver espaços florestais que garantam a proteção do solo e da água, sobretudo nas zonas montanhosas e cársicas;

Pese embora a metodologia seguida na elaboração do PROF preveja a especificação dos objetivos a seguir por cada sub-região homogénea, considera existir um conjunto de objetivos que, pela sua importância e abrangência geográfica, se revelam comuns a todas as unidades territoriais. Por conseguinte, o PROF salienta um conjunto de objetivos específicos e respetivas medidas, aplicáveis a toda a região PROF. São eles:

a) Incêndios florestais:

- Diminuição do número de ignições de incêndios florestais;
- Diminuição da área queimada.

b) Estrutura da propriedade e melhoria da gestão:

- Promoção do redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão;
- Divulgação de informação relevante para o desenvolvimento da gestão florestal;
- Realização do cadastro das propriedades florestais;
- Redução das áreas abandonadas;
- Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada;
- Aumento da incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão através da sua divulgação ao público-alvo.

c) Investigação sobre silvicultura das espécies florestais da região:

- Aumento do conhecimento sobre a silvicultura das espécies florestais;

d) Monitorização do desenvolvimento florestal e do cumprimento do plano:

- Monitorização do desenvolvimento dos espaços florestais e o cumprimento do plano.

O **PROFPIN** estabelece metas para a percentagem de espaços florestais em relação à superfície total da região PROF, para os anos de 2025 e 2045. Com efeito, tendo em conta a estimativa atual das áreas florestais o PROFPIN preconiza que as metas a atingir assegurem a manutenção das áreas existentes atualmente. Deste modo, é de esperar que a região PROF, com uma área de florestal de 82%, a sub-região homogénea Lousã-Açor e a sub-região homogénea Floresta da Beira Serra, atinjam os 94% e 81 %, respetivamente, até ao ano de 2045.

Já no que respeita aos espaços florestais arborizados, as percentagens afetas a estas áreas, em relação à superfície total da região PROF estimam um aumento para o horizonte do plano. Por conseguinte, o quadro seguinte evidencia as metas previstas.

QUADRO 4.7 – ESPAÇOS FLORESTAIS ARBORIZADOS DO PROFPIN – ESTIMATIVAS

REGIÃO/SUB-REGIÃO	ESTIMATIVA ATUAL	META PARA 2025	META PARA 2045
Região PROF	51	55	61
Lousã e Açor	50	55	60
Floresta da Beira Serra	57	60	67

Relativamente aos valores percentuais de composição dos espaços florestais arborizados para as sub-regiões homogéneas, o quadro seguinte estabelece os seguintes valores. De destacar, a intenção clara de reduzir o peso das espécies de crescimento rápido e das resinosas, em detrimento da promoção das espécies derivadas de carvalho e castanheiro, entre outras. No caso da sub-região Lousã e Açor a redução prevista para as manchas florestais de eucaliptos estima uma redução de 15% até 2045, enquanto que no caso do Pinheiro-bravo essa redução atinge os 10%.

QUADRO 4.8 – COMPOSIÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS ARBORIZADOS DO PROFPIN – ESTIMATIVAS

SUB-REGIÃO	ESTIMATIVA ATUAL	META PARA 2025	META PARA 2045
Lousã e Açor	Pinheiro-bravo: 60 Sobreiro: <1 Eucalipto: 20 Carvalhos: 4 Castanheiro: 6 Outras folhosas: 5 Outras resinosas: 5	Pinheiro-bravo: 55 Sobreiro: 2 Eucalipto: 15 Carvalho-alvarinho: 8 Carvalho-negral: 4 Castanheiro: 8 Outras folhosas: 4 Outras resinosas: 4	Pinheiro-bravo: 50 Sobreiro: 4 Eucalipto: 5 Carvalho-alvarinho: 16 Carvalho-negral: 5 Castanheiro: 12 Outras folhosas: 4 Outras resinosas: 4
Floresta da Beira Serra	Pinheiro-bravo: 42 Sobreiro: <1 Eucalipto: 51 Azinheira: <1 Carvalhos: 2 Castanheiro: 1 Outras folhosas: 4	Pinheiro-bravo: 35 Sobreiro: 1 Eucalipto: 45 Azinheira: 1 Carvalho-alvarinho: 9 Carvalho-negral: 3 Carvalho-cerquinho: 1 Castanheiro: 2 Outras folhosas: 3	Pinheiro-bravo: 35 Sobreiro: 1 Eucalipto: 40 Azinheira: 1 Carvalho-alvarinho: 10 Carvalho-negral: 4 Carvalho-cerquinho: 2 Castanheiro: 4 Outras folhosas: 3

Em termos de povoamentos sujeitos a silvicultura intensiva existe uma estimativa para a diminuição das percentagens afetas a este tipo de modelo. No quadro seguinte, são observados os valores que se pretendem cumprir no horizonte do pano.

QUADRO 4.9 – POVOAMENTOS SUJEITOS A SILVICULTURA INTENSIVA DO PROFPIN – ESTIMATIVAS

REGIÃO/SUB-REGIÃO	ESTIMATIVA ATUAL	META PARA 2025	META PARA 2045
Região PROF	33	26	21
Lousã e Açor	20	12	4
Floresta da Beira Serra	52	43	38

Por último, nas metas relativas à percentagem de área queimada anualmente, as metas previstas para os 2025 e 2045 estabelecem, quer para a região PROF, quer para as sub-regiões indicadas um valor abaixo de 1%.

Tomando em consideração a **sub-região homogénea da Lousã e Açor**, área onde se insere o Concelho da Lousã, os seus espaços florestais apresentam um grande potencial para o desenvolvimento de atividades de recreio, enquadramento e estética da paisagem, reconhecendo o PROF, de igual modo, potencialidades nas atividades de Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores, sem no entanto deixar de chamar a atenção para a necessidade de promover o seu

desenvolvimento de forma integrada.

Acresce também o especial cuidado neste tipo de região montanhosa, com recurso a medidas de proteção do solo e da água, com especial incidência nas vertentes mais declivosas. Assim, a importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se, segundo o PROF, na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

1.ª função: Recreio, enquadramento e estética da paisagem;

2.ª função: Proteção;

3.ª função: Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores.

A potencialidade do recreio e interesse paisagístico nesta sub-região é importante para o desenvolvimento dos objetivos da região PROF, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento dos espaços florestais com vista à sua utilização para recreio, lazer e enquadramento paisagístico. Nesta sub-região existe uma extensa área de espaços florestais sob gestão da administração pública, com um elevado potencial que deverá ser aproveitado para o desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo florestal de montanha.

De igual modo, também o potencial de desenvolvimento das atividades associadas à Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores se enquadra nos objetivos principais da região PROF, onde estas atividades assumem alguma importância. A atividade associada à caça, nomeadamente a caça maior, pode ter um enquadramento associado à atividade de recreio, por despertar bastante interesse na sociedade a observação de espécies cinegéticas, tais como o veado e o corso.

Por último, no caso da função de proteção nesta sub-região, esta adquire uma importância bastante significativa à escala da região PROF, pois trata-se de uma zona montanhosa, que faz parte da cordilheira central e é caracterizada pela sua acentuada altitude, fortemente sulcada por uma rede ramificada de vales e declives abruptos. Os espaços florestais sob gestão da administração pública adquirem uma importância bastante relevante no que se refere à proteção do solo e da água, por se tratar de perímetros florestais de montanha que foram sujeitos ao regime florestal com o objetivo de proteção das zonas de cabeceira das bacias hidrográficas.

Com vista à prossecução das funções definidas no âmbito do PROF, são assim definidas um conjunto de objetivos específicos que visam estabelecer os critérios

de organização e aproveitamento dos espaços florestais:

1. Adequação dos espaços florestais à crescente procura de atividades de recreio e de espaços de interesse paisagístico;
2. Recuperação das áreas em situação de maior risco de erosão;
3. Aumento da atividade associada à caça, enquadrando-a com o aproveitamento para recreio nos espaços florestais;
4. Desenvolvimento da prática da pesca nas águas interiores associada ao aproveitamento para recreio nos espaços florestais;
5. Desenvolvimento da atividade silvo pastoril;
6. Aumento do nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
7. Adequação da gestão dos espaços florestais às necessidades de conservação dos habitats, de fauna e da flora classificados;
8. Promoção da produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, o medronho, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais.

Os espaços florestais da **sub-região homogénea da Floresta da Beira Serra** apresentam um elevado potencial para a produção lenhosa de diversas espécies arbóreas, quer se trate de espécies pioneiras ou de crescimento lento, tendo também um grande potencial para as atividades da silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores. O desenvolvimento destas potencialidades pode e deve ser feito de forma integrada, tendo-se, no entanto, de ter em conta medidas de proteção do solo nas vertentes dos principais cursos de água e nas encostas da Serra da Lousã. A importância destas potencialidades e condicionantes reflete-se na hierarquização das funções desta sub-região, apresentando-se na seguinte sequência:

1ª função: Produção

2ª função: Silvopastorícia, caça e pesca em águas interiores

3ª função: Proteção.

A Floresta da Beira Serra é a sub-região mais significativa, na região PROF do Pinhal Interior Norte, em que o potencial para a produção lenhosa se reflete na primeira função. O potencial produtivo lenhoso desta sub-região é bom para várias espécies, sendo importante para o desenvolvimento dos objetivos da

região PROF, nomeadamente no que diz respeito à diversificação dos povoamentos e à maior valorização dos produtos lenhosos.

Também o potencial de desenvolvimento das atividades associadas à silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores desta sub-região se enquadra nos objetivos principais da região PROF, onde estas atividades assumem alguma importância, nomeadamente no que respeita à exploração dos produtos da silvopastorícia e ao aumento das atividades associadas à caça e à pesca.

No caso da função de proteção nesta sub-região, ela tem essencialmente expressão local, não adquirindo importância significativa à escala da região PROF, onde se salientam grandes áreas onde esta função é de primordial importância, nomeadamente as zonas montanhosas e cársicas. De salientar a importância dos espaços florestais sob gestão da administração pública, que adquirem um interesse bastante relevante no que se refere à proteção do solo e da água nas encostas mais declivosas, por se tratar de perímetros florestais de montanha que foram sujeitos ao regime florestal com o objetivo de proteção das zonas de cabeceira das bacias hidrográficas.

Com vista à prossecução das funções definidas no âmbito do PROF, são assim definidas um conjunto de objetivos específicos que visam estabelecer os critérios de organização e aproveitamento dos espaços florestais:

1. Ocupar a totalidade dos espaços florestais arborizados com espécies que apresentem bom potencial produtivo;
2. Promover a produção de produtos não-lenhosos, nomeadamente a castanha, o medronho, os cogumelos e as ervas aromáticas, condimentares e medicinais;
3. Desenvolver a atividade silvopastoril;
4. Aumentar a atividade associada à caça;
5. Desenvolver a prática da pesca nas águas interiores;
6. Aumentar o nível de gestão dos recursos apícolas e o conhecimento sobre a atividade apícola e integrar a atividade na cadeia de produção de produtos certificados;
7. Recuperar as áreas em situação de maior risco de erosão;

4.3.2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES

ESPAÇOS FLORESTAL/AGRÍCOLA	FATORES INTERNOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
FATORES EXTERNOS		<ul style="list-style-type: none"> - Elevado peso percentual do espaço florestal, no território municipal; - Elevado potencial produtivo para o desenvolvimento da floresta de folhosas autóctones; - Potencial para a exploração de produtos não-lenhosos; - Elevada produção de material lenhoso (pinheiro-bravo e eucalipto); - Existência de atividades silvo pastoril e apícola; - Potencial para a caça e para a pesca; - Potencialidades para diversidade, riqueza e desenvolvimento ambiental, paisagístico e económico da floresta; - Quadro Técnico vocacionado para a temática florestal; - Gabinete Técnico Florestal (GTF) na Câmara Municipal; - Associações florestais (ex. AFLOPINHAL); - Planos de gestão florestal e planos de defesa da floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> - Povoamentos florestais desadaptados às características fisiográficas do território; - Povoamentos florestais com mau desenvolvimento vegetativo; - Pobreza paisagística resultante de utilização permanente da mesma espécie florestal; - Pobreza do sub-coberto florestal; - Produção abaixo do rendimento potencial; - Risco de incêndio elevado – manchas florestais extremamente sensíveis quanto ao grau de sensibilidade ao fogo; - Produção de material lenhoso centrada na baixa diversidade de espécies florestais; - Pobreza paisagística resultante da utilização permanente da mesma espécie florestal; - Existência de grandes manchas contínuas de vegetação originando uma elevada suscetibilidade à propagação de incêndios; - Fragmentação e reduzida dimensão da propriedade florestal privada;
<p>OPORTUNIDADES</p> <p>Apetência dos mercados por madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apetência dos mercados por produtos da silvopastorícia, apícolas e não-lenhosos; - Valorização do papel ambiental da floresta, nas políticas nacionais; - Potencial para o desenvolvimento do turismo de natureza (ecoturismo); - Aumento da procura por gestão e produtos florestais certificados. - Promoção de fontes de energia renováveis; - Criação de fundos imobiliários florestais; - Possibilidade de utilização de fontes de energia renováveis, nomeadamente biomassa. - Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (RCM27/99); - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI); 		<ul style="list-style-type: none"> - Explorar o potencial produtivo da região, na produção de madeira com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado; - Reconverter os povoamentos e diversificar as espécies florestais exploradas; - Incentivar a exploração dos produtos da silvopastorícia (ovinos e caprinos), dos produtos não-lenhosos (frutos secos, cogumelos e medronho) e apícolas; - Desenvolver os espaços florestais com vista à sua utilização para recreio, lazer e enquadramento paisagístico, nomeadamente para o aproveitamento do turismo florestal; - Desenvolver o potencial da caça maior e da pesca; - Gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal; - Promover parcerias e/ou associações entre os setores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal; - Promover a educação ambiental e da vigilância das florestas, nomeadamente com os jovens; - Promover a fiscalização e cumprimento da lei; - Promover de forma otimizada a oferta dos espaços florestais na área do turismo, desporto e lazer; - Promover a multifuncionalidade dos espaços florestais; - Promover uma visão empresarial da exploração dos espaços florestais e incentivar a certificação de gestão florestal sustentável; - Promover formas de exploração dos espaços florestais que sejam geradoras de emprego; - Promover a criação de áreas com dimensão que viabilize a gestão florestal; 	

<ul style="list-style-type: none"> - Plano Regional de Ordenamento Florestal; - Planos de Gestão Florestal (DL205/99 de 9 de junho); - Planos de Defesa da Floresta (Portaria 1185/2004 de 15 de setembro); - Zonas de Intervenção Florestal – ZIF (DL 127/2005 de 5 de agosto); - Financiamento QREN (2007-2013); - Financiamento IFADAP (DL nº 63/2004 de 22 de março); - Apoios financeiros ao setor florestal e medidas de incentivo à formação profissional; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento de modelos de silvicultura para diversificação da composição, estrutura e produtividade; - Promover a criação de ZIF e elaboração dos respetivos planos de gestão florestal e planos de defesa da floresta; - Elaborar plano de ação para os povoamentos sob a jurisdição da Câmara Municipal; - Elaborar cadastro florestal, público e privado; - Identificar e caracterizar os povoamentos desadaptados às características biofísicas do território; - Identificar os povoamentos em abandono ou sujeitos a gestão deficiente, e tratamento em planos de ação; - Identificar e resolver as causas mais frequentes dos incêndios florestais; - Consolidar a rede de primeira deteção e fomentar a prevenção de incêndios florestais; - Adequar os espaços florestais com o objetivo da prevenção do risco de incêndio; - Recuperação das áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade sócio-económica da área atingida; - Definir e implementar normas técnicas relativas à estrutura e composição dos povoamentos; - Aumentar a rentabilidade financeira, através da melhoria da estrutura, composição e combate à sobrelotação do povoamento florestal; - Aproveitar a possibilidade da conversão da biomassa em energia para reduzir os custos de manutenção e exploração dos espaços florestais; - Criar e executar planos de gestão para as áreas públicas tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados; - Tornar mais atrativos os espaços florestais para recreio e lazer com vista a desenvolver o turismo; - Aproveitar a apetência por madeiras de qualidade e o potencial da floresta autóctone para aumentar a diversidade de espécies florestais; - Fomentar modelos de silvicultura que permitam a maior valorização dos produtos florestais; - Formar os produtores florestais em técnicas de condução e gestão de espaços florestais, de modo a aumentar os conhecimentos técnicos; - Dinamizar a criação de fundos imobiliários florestais; - Incentivar o associativismo e o aproveitamento das competências técnicas das associações; - Desenvolver espaços florestais que garantam a proteção do solo e da água, sobretudo nas zonas montanhosas.
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sobrevalorização do peso económico da floresta nas políticas nacionais, conducentes ao excesso de utilização de espécies florestais de rápido crescimento e grande rendimento, com repercussões no esgotamento da capacidade dos solos; - Ausência de uma política nacional eficaz de concretização dos planos florestais; - Ausência de uma política nacional eficaz de prevenção, fiscalização e combate aos incêndios florestais; - Aumento do risco de incêndio florestal associado às alterações climáticas previstas. - Incerteza quanto à continuidade do nível de apoios financeiros ao setor; - Cadastro dos prédios rústicos desatualizado; - Pólos de atração turística alternativos localizados no litoral e no interior; - População agrícola envelhecida, em decréscimo e com baixo nível de instrução e formação; - Baixa sensibilização na proteção da floresta contra os fogos (metade das causas são intencionais, seguindo-se a negligência devido a queimadas). 	

4.4. EQUIPAMENTOS

Não é possível determinar a estruturação do território municipal sem uma breve análise dos equipamentos existentes. Para este relatório foram utilizados, essencialmente, os critérios de programação fornecidos pela DGOTDU⁴, onde se consideram equipamentos coletivos como sendo edificações destinadas à prestação de serviços à coletividade (*saúde, educação, assistência social, segurança, proteção civil, etc.*), à prestação de serviços de carácter económico (*mercados, feiras, etc.*) e à prática pela coletividade, de atividades culturais, desportivas, ou de recreio e lazer⁵. Neste sentido, só são considerados aqueles para os quais existe uma *rede de equipamentos coletivos públicos*.

Cabe salvaguardar o facto dos referidos critérios serem somente de carácter indicativo, pelo que devem ser tidas em consideração as características morfológicas, demográfica e socioeconómicas do respetivo município.

Assim, são analisados de forma global os equipamentos em termos da sua área de influência, população servida e localização, destacando-se os seguintes:

- Desporto;
- Educação;
- Ação Social;
- Saúde;
- Segurança e Proteção Civil;
- Cultura e Lazer.

⁴ DGOTDU (2002) – Normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos

⁵ DGOTDU (2000) – Vocabulário do ordenamento do território

4.4.1. EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

No território municipal verifica-se uma maior centralização de equipamentos desportivos nas áreas com maior concentração de população. Com efeito, a sede de concelho e as sedes de freguesias são os aglomerados que concentram a quase totalidade dos equipamentos desta natureza. Embora numa primeira leitura se possa admitir o desequilíbrio desta concentração, a análise com base nos critérios de programação de equipamentos da DGOTDU, permite-nos verificar que estes se encontram nas proximidades de equipamentos escolares (muitos integrados nestes), complementados com espaços verdes e áreas de recreio, bem como se encontram servidos de vias de acesso e de transportes públicos. Dada a dimensão dos aglomerados, estes equipamentos acabam por não se encontrar muito distanciados dos principais núcleos urbanos, muitos encontram-se mesmo no interior destes, o que permite um fácil acesso por parte das populações que serve. De igual modo, os critérios sobre a população base que estes equipamentos devem servir encontram-se perfeitamente preenchidos.

Os **grandes campos de jogo** – campos de futebol e campo de rugby – encontram-se situados, na sua maioria, em sedes de freguesia ou áreas servidas por núcleos urbanos de relevo. Existe um campo por freguesia, o que responde largamente aos critérios apontados em termos de população e de distâncias. Estes equipamentos, dada a sua dimensão, assumem a tendência de ocupar espaços exteriores aos aglomerados urbanos. No entanto, todos são servidos por vias de comunicação e possuem distâncias inferiores às preconizadas pelos critérios da DGOTDU. A sua localização permite o acesso rápido da maior parte dos aglomerados urbanos de cada uma das freguesias.

No que concerne aos **pequenos campos de jogos** – polidesportivos, campos de ténis – estes revelam outra tipologia na sua localização, pois, por norma, encontram-se situados junto a outros equipamentos de natureza variada, com predominância para os equipamentos de educação. Assim, este tipo de equipamentos já se encontra implementado em posição central em relação à área e às populações que serve, preenchendo claramente os requisitos exigidos em termos de populações base que terá de servir, bem como das distâncias exigidas na sua área de influência.

Relativamente aos **pavilhões**, estes concentram-se na sede de concelho e a sua área de influência permite cobrir as necessidades das freguesias adjacentes, quer em termos de distância a percorrer no acesso ao equipamento, quer no total de população base que serve. Em relação à freguesia mais distanciada da sede de concelho, que é Serpins, possui um equipamento desta natureza, o que possibilita o cumprimento dos requisitos exigidos para estas estruturas desportivas, na parte mais ocidental do concelho. Os pavilhões localizados na sede de concelho, encontram-se integrados em equipamentos escolares, enquanto que o pavilhão de Serpins se situa na proximidade dos equipamentos escolares de maior relevância da freguesia e ambos estão servidos pelas principais vias de comunicação, tornando bastante fácil o acesso.

Quanto à **piscina coberta**, está situada na sede do município e a sua área de influência, não dista mais do que os 30 minutos de tempo de deslocação, em transporte público, das restantes sedes de freguesia. Localizada no núcleo urbano da sede de concelho, esta piscina encontra-se integrada na área adjacente aos equipamentos de educação, devidamente integrada em zona residencial. Já a **piscina descoberta**, embora situada um pouco afastada dos equipamentos anteriormente referidos, enquadra-se perfeitamente nos critérios de localização da DGOTDU para estes equipamentos, com enquadramento em áreas de lazer e espaços verdes e em posição central em relação às zonas residenciais que serve. Já no que respeita às **piscinas ao ar livre**, nomeadamente as piscinas da Sr.ª da Piedade, dada as suas condições naturais, localizam-se na Serra da Lousã, a uma distância mais elevada dos principais aglomerados urbanos, sem no entanto comprometer, quer os critérios de população base, quer, igualmente, os critérios de distância preconizados pela DGOTDU, sendo atração no verão para toda a população e em especial jovens nas férias escolares.

Em relação aos **espaços naturais** ou adaptados, a DGOTDU considera, através das normas de programação, que são espaços que permitem a realização de certas atividades sem que tal imponha necessariamente uma construção ou arranjo material. Nessa perspetiva, a qualificação ou grau de adaptação de tais espaços naturais decorre essencialmente das características da sua utilização regular e consciente, mais do que de trabalhos de construção ou de modelação artificial das condições locais. O concelho da Lousã, pelas condições naturais que possui, como são o caso da Serra da Lousã e do Rio Ceira, apenas citando os mais

importantes, encontra-se dotado de espaços que preenchem este tipo de exigências. Contudo, a sua utilização regular ainda não se encontra materializada por meio de construções de apoio ou modelação desses espaços para a prática das atividades desportivas. Por esse motivo, considera-se importante dotar esses espaços dos equipamentos e das características fundamentais e imprescindíveis ao aproveitamento e potencialização desses espaços.

4.4.2. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO

Os equipamentos educativos existentes no Concelho da Lousã revelam, na maioria dos casos, uma realidade herdada de uma conjuntura muito diferente da atual. As realidades sócio-demográficas dos anos mais recentes transformaram a realidade social e educativa, exigindo que os equipamentos sejam adaptados e estruturados de forma a satisfazer as necessidades contemporâneas. Vários cenários têm vindo a ser referidos pelos vários governos, através do Ministério da Educação no sentido de reestruturar o Ensino e respetivos equipamentos desde o pré-escolar ao secundário. Várias hipóteses têm sido apontadas, como sejam as Escolas Integradas que comportam todos os níveis de ensino (do pré-escolar ao secundário), os pólos escolares nas sedes de freguesia que integram a população escolar do 1.ºCEB e do ensino pré-escolar de toda a freguesia, com a vantagem de usufruírem de melhores condições, ao nível de biblioteca, refeitório, atividades culturais e desportivas, ocupação de tempos livres, transportes escolares, etc. A **Carta Educativa**, documento que acompanha a proposta do plano, terá como função, entre outras, a análise da situação educativa e a elaboração de cenários evolutivos para a reestruturação do ensino.

Relativamente aos **jardins de infância**, verifica-se uma centralização, sobretudo na sede de concelho e nas sedes de freguesia. Com a dinâmica demográfica ocorrida no último período censitário (Censos 2001), verificou-se um aumento exponencial da procura dos equipamentos pré-escolares, fator que levou à necessidade de responder às exigências. Esta resposta passou, essencialmente, pela construção de equipamentos complementares integrados nas escolas do ensino básico do 1.º ciclo e/ou nos centros de dia para idosos. Em termos de critérios de localização e enquadramento dos equipamentos desta natureza

pode-se afirmar, de um modo geral, que satisfazem os critérios preconizados pelas normas da DGOTDU, quer na localização e na envolvente urbana, quer, igualmente, nos critérios da irradiação dos equipamentos.

No que concerne aos estabelecimentos da **Escola Básica do 1.º ciclo**, regista-se uma rede bem distribuída pelo território concelhio. Na verdade, encontram-se escolas do 1.º ciclo em todas as sedes de freguesia e ainda nos principais aglomerados urbanos do concelho. Contudo, regista-se também um declínio da população em determinados aglomerados, o que leva à diminuição da população escolar em alguns locais, levando a que alguns destes equipamentos tenham a sua atividade suspensa. Tendo em conta os critérios definidos pelas normas estabelecidas, conclui-se que os equipamentos respeitam a distância e o tempo máximo de deslocação permitido e que a irradiação dos lugares servidos cobre a totalidade do concelho. Apenas há a registar a diferente localização, enquadramento e integração destes equipamentos nas sedes de freguesia e de concelho em detrimento dos restantes aglomerados, pois os primeiros enquadram-se junto a outros equipamentos educativos, desportivos e de ação social, fator decorrente do maior número de população que servem. Os restantes inserem-se nos núcleos urbanos dos lugares ou nas áreas periféricas, quando servem mais do que um aglomerado urbano. Estes equipamentos respeitam as normas de segurança, proximidade, qualidade e ambiental e integração urbana e paisagística em relação aos aglomerados e populações que servem.

O município da Lousã dispõe de uma **Escola Básica do 2.º e 3.º ciclo**, situada na sede de concelho. Este equipamento, pela sua localização na proximidade de equipamentos educativos e desportivos, respeita os princípios e os critérios de localização, bem como as normas previstas para a sua irradiação ao situar-se numa área central da vila, servido por uma rede viária competente, complementada com transportes públicos e com uma relação distância/tempo inferior a 60 minutos a partir de qualquer ponto do concelho. Garante assim todos os requisitos exigidos pela DGOTDU na sua localização. O recente aumento da população escolar nesta faixa etária, com principal incidência na sede de concelho, pode levar a curto/médio prazo à necessidade de se encontrar soluções com vista a suprimir algumas carências detetadas neste equipamento.

A **Escola Secundária da Lousã**, à semelhança do equipamento anteriormente

referido, partilha uma área central da sede de concelho, devidamente complementada com um conjunto de equipamentos desportivos e que garantem, à partida, uma correta integração urbana e com uma proximidade e articulação funcional com o contexto envolvente que lhe permite corresponder com sucesso a critérios como segurança nos percursos, condições ambientais, infraestruturação básica do equipamento e boas condições de salubridade e climáticas. De igual modo a estruturação da rede viária favorece a rede de transporte públicos e particulares sem permitir uma excessiva densidade de tráfego. Com um acesso em termos de percurso pedonal facilitado pela sua localização central, corresponde igualmente aos critérios de distância/tempo para o restante concelho, assim como a sua capacidade máxima se apresenta suficiente para o universo escolar em causa, chegando, inclusive, a servir os concelhos limítrofes.

A **Escola Profissional da Lousã**, equipamento de carácter e irradiação supra municipal. Considerando o tipo de equipamento e os critérios específicos à sua constituição, esta escola encontra-se situada em plena sede de concelho, servida por uma estrutura viária e ferroviária que lhe garante o acesso de e para outros concelhos. Os seus cursos, de nível II e III, enquadram-se nas necessidades de desenvolvimento local e regional e vão ao encontro da evolução do mercado de profissões e do tecido social existente. Debatendo-se com dificuldades crescentes ao nível das instalações, esta escola apresenta algumas carências que obstam ao normal desenrolar do processo de ensino e que contrariam os critérios de programação da DGOTDU para equipamentos desta natureza.

Por último, uma referência para a **Associação de Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL)**, que procura promover a integração das crianças e jovens com necessidades especiais. Para além do apoio ao ensino especial, através de uma equipa de profissionais que acompanham a integração das crianças deficientes no ensino regular, possui também um elevado destaque na formação profissional dos jovens. Com efeito, a ARCIL ministra, nas suas várias instalações, diversos cursos de Formação Profissional, abrangendo diversas áreas, nomeadamente em áreas ligadas à agricultura e pecuária, cerâmica e transformação de madeiras, que funcionam inicialmente como bolsas de emprego protegido, visando a formação profissional e social dos seus utentes. Para além destas atividades enumeradas que funcionam em sede própria, existe

ainda um leque de atividades diversificadas, ao abrigo do Centro de Emprego Protegido, com prestação de serviços a nível interno (Serralharia, Cozinha, Limpeza, Informática, etc.), bem como a nível externo, nomeadamente de prestação de serviços às empresas. Todas estas atividades de formação profissional e de emprego protegido, funcionam em regime de protocolos com o Centro de Emprego e Formação Profissional e diversas instituições locais e regionais, sendo os utentes remunerados pela atividade que desempenham, beneficiando ainda de medidas de apoio por parte do estado.

Atualmente, encontra-se em construção a nova **Escola Básica da Lousã**, um novo equipamento na área do ensino que visa ultrapassar as limitações dos equipamentos existentes e responder ao crescimento demográfico, sobretudo em idade escolar, a que se assistiu no Município da Lousã. Esta nova escola irá ser dotada de 12 salas para o primeiro ciclo e jardim de infância e mais 12 salas destinadas ao segundo e terceiro ciclo do ensino básico. De referir ainda, que as restantes valências, como são o caso do refeitório ou os espaços para a prática desportiva também se encontram englobadas neste projeto.

4.4.3. EQUIPAMENTOS DE AÇÃO SOCIAL

Os equipamentos que servem de suporte às políticas de ação social revelam uma enorme variedade devido às transformações registadas nas últimas décadas. Desta forma, enquadram-se nesta secção todos os equipamentos que procuram colmatar as eventuais situações de pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais. Embora as sedes de freguesia já apresentem alguns equipamentos que cobrem parte das necessidades relativas a esta área, é contudo a sede de concelho, devido ao maior número de habitantes, que acolhe os equipamentos mais importantes de ação social. Na verdade, a vila da Lousã possui, para além de centro de dia e lar de idosos, de equipamentos de natureza mais específica, como são o caso do lar para deficientes, creche e centro de estimulação precoce para crianças.

Relativamente aos **Centros de Dia**, estes encontram-se distribuídos por todas as freguesias do concelho e todos possuem valência de **Apoio Domiciliário** aos

idosos. Todos eles cumprem os critérios da DGOTDU no que respeita à área de influência (um equipamento por freguesia) e na capacidade evidenciada. Existem ainda centros de dia em alguns aglomerados urbanos que pela sua dimensão e localização se revelam fulcrais no contexto que ocupam.

Em complemento aos centros de dia existe na sede de concelho um **Lar de Idosos** com uma área de influência que se estende à totalidade do concelho. Contudo, a sua capacidade encontra-se longe de satisfazer a procura evidenciada, pelo que a construção de mais equipamentos desta natureza se revela fundamental. Cumprindo os critérios de localização em relação à malha urbana, o equipamento falha, no entanto, na capacidade máxima apresentada (cerca de 70 utentes), que vai além do definido nos critérios de programação definidos e que aponta para 30 a 40 pessoas por unidade.

Beneficiando da conjugação de esforços entre a Santa Casa da Misericórdia da Lousã e a ARCIL, o concelho possui um **Lar de Deficientes**. Este equipamento reúne à partida os critérios de localização e de programação, em parte, porque partilha o mesmo espaço das instalações do lar de idosos e do centro de dia da Santa Casa da Misericórdia da Lousã.

Outros dos equipamentos de ação social existentes no concelho são as **Creches** e situam-se na sede de concelho e na sede de freguesia de Serpins. Com uma capacidade limitada, tendo em conta a procura existente, ainda não são suficientes para colmatar as necessidades a este nível, não satisfazendo os objetivos estabelecidos pelas entidades competentes e que apontam para uma duplicação do número de creches e de crianças servidas até ao ano de 2009.

Deve ser ressaltado que estes equipamentos são sempre complementados com uma variedade de serviços, como o **Apoio Domiciliário** e **Atividades de Tempos Livres**, que não são materializados num equipamento específico. O primeiro está associado aos centros de dia e é muito importante no acompanhamento da população idosa que pode continuar a residir nas próprias habitações, e o segundo é uma mais-valia no acompanhamento de crianças e jovens no horário pós-escolar.

4.4.4. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

Na área da saúde o município da Lousã regista valores que se enquadram nas indicações dos organismos que tutelam o Serviço Nacional de Saúde. Com efeito, o **Centro de Saúde da Lousã** existente cumpre os critérios estabelecidos quanto à sua localização e enquadramento na malha urbana, bem como à articulação funcional com os restantes equipamentos com quem mantém relações de complementaridade. O estado de conservação do edifício não é satisfatório, não correspondendo às exigências atuais, detetando-se um conjunto de deficiências que obstam a uma boa prática dos serviços prestados. Dado o aumento de população, entretanto ocorrido, o centro de saúde existente tem dificuldade em cumprir com os requisitos necessários, perspetivando-se a construção de um novo equipamento desta natureza como forma de solucionar as dificuldades atualmente evidenciadas. Atualmente, encontra-se em construção um novo equipamento de saúde que irá albergar a unidade de saúde familiar da Lousã.

4.4.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Em termos de equipamentos de Segurança e Proteção Civil, o concelho da Lousã tem localizado na sede os dois principais meios de atuação, um destacamento da Guarda Nacional Republicana (GNR) e um corpo de Bombeiros Municipais. Existe ainda uma corporação de Bombeiros Voluntários localizada em Serpins, bem como existe um aeródromo municipal.

O **Posto Territorial da GNR da Lousã** corresponde a um equipamento de irradiação supramunicipal uma vez que abrange um conjunto de concelhos envolventes da Lousã. Os seus critérios de localização e de programação respeitam as indicações das normas da DGOTDU. De destacar, a existência de uma unidade de intervenção do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da GNR, sediado do aeródromo e pertencente à 1.ª Companhia Coimbra/Leiria.

Já no que concerne aos **Bombeiros Municipais da Lousã**, esta corporação tem nas suas instalações o seu principal óbice ao desempenho das suas missões, dada

a exiguidade do espaço atual. Em termos de localização o quartel enfrenta alguns problemas, uma vez que se situa no interior do espaço urbano consolidado e de alguma densidade, o que dificulta a mobilidade das operações e dos meios.

A corporação dos **Bombeiros Voluntários de Serpins** tem, também, no seu quartel o principal obstáculo ao desempenho das suas missões. Com efeito, tratando-se de instalações adaptadas para o efeito, nunca conseguiram funcionar como mais valia para a corporação. Em termos de localização, este equipamento apresenta algumas dificuldades que se prendem com a mobilidade de meios, quer para o interior do aglomerado onde está inserido, quer para o exterior do mesmo.

O **Aeródromo Municipal da Lousã**, localizado próximo do lugar da Rogela encontra-se a uma altitude máxima de 196 metros e é composta por duas pistas de 560 e 635 metros de extensão e 10 metros de largura. Na época de combate a incêndios o aeródromo serve de base à instalação dos meios operacionais de combate a incêndios florestais, dando cobertura aos concelhos Norte da Serra da Lousã.

4.4.6. EQUIPAMENTOS DE CULTURA E LAZER

No que respeita aos equipamentos de cultura e lazer encontram-se dispersos um pouco por todo o concelho, com especial incidência na sede de concelho.

Os principais **equipamentos culturais** encontram-se dispersos pela vila da Lousã, com particular destaque para o Cine-teatro e para os museus existentes. Estes constituem a base fulcral para a maior parte dos eventos de cariz cultural que ocorrem no concelho. No entanto, as coletividades existentes, sobretudo nas sedes de freguesia, são igualmente responsáveis por eventos desta natureza, essencialmente por via da constituição de grupos de teatro, música e folclore e que são responsáveis pela recolha, preservação e divulgação das características culturais mais marcantes do concelho. Deste modo, a oferta cultural é bastante satisfatória, mantendo uma diversidade e uma periodicidade que procura abranger os diferentes segmentos de população do concelho.

Quanto aos **equipamentos de lazer** a sua dispersão é mais elevada e é fácil encontrarem-se diversos equipamentos desta natureza distribuídos pelas sedes de freguesia e pelos principais aglomerados urbanos. Destacam-se, de entre eles, as praias fluviais e os parques de merendas, bem como as associações recreativas. De igual modo, a sede de concelho concentra um grande número de equipamentos, com particular relevo para as piscinas e para os parques.

4.4.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Município da Lousã evidencia uma proporcionalidade na distribuição dos vários equipamentos, em relação à população e aos aglomerados urbanos. Desta forma, verifica-se uma clara lógica de otimização e racionalização destes equipamentos através da sua localização preferencial na sede de concelho seguida das sedes de freguesia. Procura-se assim, que os equipamentos sedeados nestes aglomerados tenham uma irradiação suficiente para colmatar as necessidades das populações, contando eventualmente com o apoio de transportes públicos apropriados.

Esta lógica de distribuição dos equipamentos procura potenciar a proximidade da rede viária, atenuando as distâncias reais de algumas povoações relativamente a estes mesmos estabelecimentos. É de salientar, novamente, que muitos destes equipamentos são reforçados na sua atuação através da existência de toda uma série de serviços que completam a rede de equipamentos coletivos públicos. Os casos mais evidentes são os da área da saúde e da ação social, que contam com várias unidades e serviços descentralizados. Por sua vez, os restantes equipamentos revelam uma cobertura satisfatória nas suas diversas valências, possibilitando a oferta de uma rede de equipamentos bem distribuída e estruturada pelo território municipal.

4.4.8. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES

EQUIPAMENTOS	FATORES INTERNOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
FATORES EXTERNOS		<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramento paisagístico e ambiental proporcionado pela Serra da Lousã; - Dinâmica demográfica forte na última década; - Equipamentos culturais de relevo no contexto económico e social do concelho; - Rede de bibliotecas escolares implementada no 1.º CEB; - Diversidade de clubes culturais e desportivos e respetivas atividades; - Polidesportivos em todas as sedes de freguesia; - Piscinas cobertas e descobertas na sede de concelho; - Infraestruturas desportivas existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desfasamento entre a estruturação territorial das redes de equipamentos sociais e as dinâmicas de ocupação do território; - Rede de equipamentos de Educação Pré-Escolar insuficiente para a totalidade do concelho; - Ensino Básico com fortes assimetrias entre equipamentos; - Carências de recursos humanos no setor da Saúde e equipamentos desadaptados; - Equipamentos de proteção civil desadequados à realidade do concelho; - Inexistência de um parque desportivo na sede de concelho; - Degradação da Serra da Lousã decorrente de atividades desportivas mal estruturadas.
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Carta Escolar com estratégia e reorganização ao nível da educação; - Promoção turística e cultural do território; - Melhoria das acessibilidades ao concelho; - Criação da CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte; - Organização de eventos culturais e desportivos de âmbito nacional/internacional; - Projeção nacional/internacional do Concelho da Lousã enquanto território privilegiado de desportos de aventura/radicais; - Financiamento QREN (2007-2013) – Quadro de Referência Estratégico Nacional; - Atlas Desportivo do Município da Lousã, com estratégia e reorganização ao nível dos equipamentos e atividades desportivas. 			<ul style="list-style-type: none"> - Novo Centro de Saúde da Lousã; - Construção de uma nova Escola Básica Integrada na sede de concelho; - Nova escola Pré-primária e do 1.º Ciclo; - Ampliação do jardim de infância das Fontainhas; - Construção de Escola de Trânsito em Foz de Arouce; - Construção de um Centro de Dia em Foz de Arouce; - Construção de novos equipamentos com valência de Creches ao nível do concelho, essencialmente nas sedes de freguesia; - Promoção de zona de lazer e desporto; - Criação de uma zona de pesca no rio Ceira; - Promoção de uma zona de caça com campo de treinos na proximidade do campo de futebol das Gândaras; - Criação no pico da ortiga de equipamentos ligados ao parapente; - Construção de Polidesportivos nas Levegadas, Gândaras e Serpins; - Requalificação do campo de jogos de Vale da Ursa; - Promoção da zona desportiva da Lousã, refletindo uma nova realidade de integração e utilização de espaços desportivos; - Construção de novo cemitério que sirva simultaneamente as freguesias da Lousã e das Gândaras; - Ampliação do cemitério de Serpins.
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável a investimentos públicos e/ou privados; - Custos de manutenção dos equipamentos; - Decréscimo da população em idade escolar; - Envelhecimento da população; - Degradação ambiental decorrente das atividades desportivas mal estruturadas; - Atos de vandalismo nos equipamentos de utilização pública. 			

4.5. INFRAESTRUTURAS

São avaliados os principais aspetos das seguintes infraestruturas do município, identificando carências, pontos fracos e potencialidades:

- Abastecimento de água;
- Drenagem e tratamento de águas residuais;
- Recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- Energia (rede elétrica, eólica e gás) e telecomunicações;
- Rede viária e transportes.

4.5.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água ao concelho engloba a rede geral, as redes distribuidoras e elementos integrantes, nomeadamente captações, estações elevatórias (EE), estações de tratamento de água (ETA) e reservatórios, garantindo atualmente o abastecimento a todos os aglomerados urbanos com população.

Atualmente, face à implementação do **Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Baixo Mondego-Bairrada**, encontra-se previsto o abastecimento em sistema de “alta”, da responsabilidade das Águas do Mondego e de um sistema em “baixa”, da responsabilidade da Câmara Municipal da Lousã. Deste modo, dos quatro sistemas municipais, o de Ceira/Gevim passará a ser abastecido em “alta” enquanto os restantes, nomeadamente a Senhora da Graça, Boavista e Aldeias de Serra continuarão a manter o sistema atual em “baixa”.

O primeiro sistema é o mais importante do município, quer pelo volume de água captado, quer pela população e aglomerados urbanos abastecidos – 13667 dos 15753 habitantes (Censos2001) –, bem como pela quantidade de elementos que o integra. Por conseguinte, com a entrada em exploração do sistema multimunicipal as captações existentes serão desativadas e através de infraestruturas próprias deste novo sistema (Reservatórios da Sarnadinha, Lousã e Vilarinho) serão assegurados os abastecimento às zonas Norte, Sul e Este,

respetivamente, utilizando para tal as redes de distribuição já existentes nos sistemas em “baixa”.

A destacar na rede geral de abastecimento de água ao município, o **sistema de monitorização** (um dos mais modernos do país e com diversos prémios de reconhecimento) implementado pela autarquia e que permite o controlo absoluto e em tempo real dos sistemas desde a captação à distribuição de águas, quer em termos de controlo de caudais, quer em termos de registo de avarias ou problemas no sistema.

Relativamente ao enquadramento no **PEAASAR II (2007-2013)**, no contexto da universalidade, continuidade e qualidade de serviço, os objetivos visam assegurar a conciliação entre o nível de cobertura da população e o investimento e custo de exploração que lhe está associado, de modo a garantir o pagamento do serviço a um preço justo e adequado ao poder de compra dos utilizadores. Deste modo, o **objetivo operacional 1** apresenta como meta a cobertura de 95% da população total do país com sistemas públicos de abastecimento de água, no sentido de garantir quer a plena eficácia dos investimentos em alta, quer a disponibilização de um serviço de qualidade aos consumidores que atualmente já estão servidos por sistemas públicos embora com deficiências ao nível da continuidade do fornecimento de água e ao nível da qualidade da água distribuída. Já no que respeita ao **objetivo operacional 2**, este preconiza a obtenção de níveis adequados de qualidade de serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço, nomeadamente:

- Cobertura do sistema público de abastecimento de água: Valor de referência superior ou igual a 95%, com variação entre 80% e 100%;
- Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estão conforme com a legislação: Valor de referência superior ou igual a 99%;
- Percentagem de água captada que é efetivamente utilizada e não perdida: Valor de referência superior ou igual a 80%;
- Percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção: Valor de referência superior ou igual a 95%.

No que respeita à taxa de cobertura do sistema público de abastecimento de água, o Município da Lousã apresenta um valor de 99%, encontrando-se dentro

dos valores de referência estipulados pelo PEAASAR II (2007-2013). Relativamente às análises realizadas à água tratada, os valores evidenciam o cumprimento das metas estabelecidas pelo documento de referência.

Já sobre as perdas de água, os dados apurados evidenciam valores que continuam fora dos parâmetros de referência do PEAASAR II (2007-2013), que situam essas perdas abaixo dos 20%. Não obstante o esforço na modernização dos sistemas de abastecimento de água, os valores evidenciam perdas na ordem dos 35%, situação que obriga a um reforço nas políticas de infraestruturização do território, de modo a aumentar a sustentabilidade económica deste setor e ir ao encontro dos valores expressos nos documentos de referência.

4.5.2. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais do concelho integra redes, estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e Fossas sépticas (FS).

Atualmente, face à implementação do **Sistema Multimunicipal de Drenagem de Águas Residuais do Baixo Mondego-Bairrada**, encontram-se previstos cinco sistemas “em alta” que servirão o Município da Lousã, nomeadamente:

Subsistema de Lousã/Póvoa que servirá os lugares de Alfocheira, Espinheiro, Fiscal, Fórnea, Gândaras, Lousã, Sarnadinha e Vale Pereira do Areal. A rede de drenagem da Póvoa servirá o lugar com o mesmo nome. Serão reunidos neste sistema os atuais sistemas em “baixa” do Vale, de Vilarinho, de Vale de Neira e do Cume. Este subsistema, perspetivando um aumento do nível de atendimento do sistema de drenagem, prevê uma futura ligação da ampliação das atuais redes dos lugares de Vilarinho, Póvoa e Fórnea, bem como das novas redes de coletores dos lugares do Freixo, Rogela, Casal de Espírito Santo, Olival, Relva do Freixo, Cacilhas, Cova do Lobo, Eira da Calva, Levegadas e Vale de Maceira.

Subsistema de Casal de Ermio que irá servir os lugares de Casal de Ermio e Ceira dos Vales numa primeira fase e que prevendo o aumento do nível de

atendimento do sistema de drenagem garantirá a futura ligação aos lugares de Cornaga e Vale Sancho, assim como a futura ligação de ampliação da rede de coletores existente em Ceira dos Vales.

O **Subsistema de Serpins-Rodas**, servirá os lugares de Alcaide, Boque, Outeiro, Serpins, Rodas, Prilhão e Vale de Medeiros embora a sua ampliação esteja prevista, de modo a dar cobertura à totalidade de Vale de Medeiros e dos aglomerados de Valeiro, Póvoa, Tojal, Relvas, Terra da Gaga, Silvares, Cova do Barro, Amiais, Valada e Reguengo.

Subsistema de Foz de Arouce irá servir o próprio lugar de Foz de Arouce, bem como assegurará a cobertura dos lugares de Relvios, Alçaperna, Ponte, Videira, Fonte da Pulga e Pousafoles.

Subsistema da Aversada que servirá os lugares de Golpilhares, Soutelo, Aversada, Matas e Codeçais.

O sistema de drenagem das águas residuais prevê a construção de quatro ETAR, uma por cada subsistema implantado, sendo que a ETAR da Lousã/Póvoa irá servir dois subsistemas, a saber: Lousã/Póvoa e Casal de Ermio.

Relativamente ao enquadramento no PEAASAR II (2007-2013), no contexto da universalidade, continuidade e qualidade de serviço, os objetivos visam assegurar a conciliação entre o nível de cobertura da população e o investimento e custo de exploração que lhe está associado, de modo a garantir o pagamento do serviço a um preço justo e adequado ao poder de compra dos utilizadores. Deste modo, o **objetivo operacional 1** apresenta como meta a cobertura de 90% da população total do país com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema o nível de atendimento deve atingir pelo menos 70% da população. Quanto ao **objetivo operacional 2**, aponta para a obtenção de níveis adequados de qualidade de serviço, mensuráveis pela conformidade dos indicadores de qualidade do serviço, mais concretamente:

- Cobertura do sistema público de saneamento de águas residuais: Valor de referência superior ou igual a 90%, com variação entre 70% e 100%;
- Percentagem da população equivalente servida por sistema público de

saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respetiva licença: Valor de referência superior ou igual a 80%;

- Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas: Valor de referência superior ou igual a 10%;

- Percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes aos sistemas de drenagem: Valor de referência superior ou igual a 20%.

A taxa de cobertura aponta para um valor de 76% um pouco longe do preconizado pelo PEAASAR II, que se situa na ordem dos 90%. Por conseguinte, a aposta neste setor deverá continuar a ser uma prioridade na política de infraestruturização do território, de modo a dar cumprimento às metas estabelecidas pelo documento de referência.

Uma vez que a adesão ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Baixo Mondego – Bairrada é recente, não existem um conjunto de dados que permita uma avaliação temporal concreta, em relação aos sistemas anteriores. Contudo, os primeiros valores apontam para uma eficiência de tratamento elevada, prevendo-se a sua monitorização ao longo da vigência do novo PDM da Lousã.

Relativamente à reutilização de águas residuais, somente a ETAR de Serpins-Rodas é que se efetua um aproveitamento da água residual tratada, nomeadamente para a rega dos espaços verdes e para a lavagem de viaturas e equipamentos.

4.5.3. RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O **sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos** do município está sob responsabilidade da Câmara Municipal em cooperação com a ERSUC (Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra).

Atualmente é da competência da Autarquia a recolha dos resíduos, respetivos circuitos pelos aglomerados urbanos, viaturas e equipamentos de recolha dos lixos – contentores –, bem como o encaminhamento dos resíduos até à ETRS (Estação

de Transferência de Resíduos Sólidos) localizada próximo do lugar da Chapinheira, na fronteira entre os municípios de Lousã / V. N. Poiares / Góis / Arganil.

Já a ERSUC é responsável pela transferência dos resíduos sólidos desde a ETRS até ao Aterro Sanitário. É também responsável pela gestão desta ETRS, que serve os municípios da Lousã, Vila Nova de Poiares, Góis e Arganil, bem como pelo tratamento no Aterro Sanitário, localizado próximo do lugar de Taveiro, no concelho de Coimbra, comum aos municípios de Coimbra e limítrofes.

A recolha de resíduos sólidos urbanos abrange a totalidade dos aglomerados urbanos do concelho, embora com frequências diferenciadas dependentes das necessidades da população da cada lugar. Para o efeito os serviços municipais estão equipados com viaturas de recolha, complementadas com outro tipo de viaturas de serviços específicos – varredoras, limpa-fossas. Nos lugares, nos locais de recolha encontram-se contentores de plástico. É também assegurada pela autarquia a **recolha de monos**, feita a pedido dos interessados, depositados na ETRS, passando a partir daí para a responsabilidade da ERSUC.

Em termos de **recolha seletiva**, a autarquia é responsável pela recolha de pilhas, através de uma rede de pilhómetros distribuídos por diversos locais da área urbana da Lousã; enquanto que é a ERSUC que tem a cargo a recolha periódica de vidros, plásticos e papel/cartão, efetuada por viaturas próprias, em vários Ecopontos localizados na área urbana da vila da Lousã, algumas sedes de freguesia e na zona industrial do Padrão.

4.5.4. ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

Em termos de energia no município da Lousã, há que considerar a rede elétrica, a energia eólica e a rede de gás.

O concelho da Lousã é atualmente servido na totalidade por **energia elétrica** fornecida pela EDP. O território é atravessado por uma vasta rede de linhas aéreas de média tensão (15 KV) e de alta tensão (60 KV). As primeiras, encontram-se parcialmente remodeladas na principal área urbana – vila da Lousã –, convertidas

em linhas subterrâneas. Localiza-se, ainda, na sede de concelho, uma Área de Rede de Coimbra/Lousã, da EDP, de onde divergem as linhas de alta tensão e parte das de média tensão. De referir que o território municipal não se encontra atravessado por linhas de tensão superior a 60KV. De referir, ainda, a existência de uma linha particular já desativada, propriedade da Fábrica do Papel do Prado que se destinava ao fornecimento de energia elétrica a esta a partir de uma central no rio Ceira em Casal de Ermio.

Foi já iniciada a construção de **parques eólicos** na Serra da Lousã, prevendo-se a curto-prazo a expansão deste tipo de fonte de energia, a par do que vem acontecendo nos municípios limítrofes, bem como a integração desta energia na rede elétrica existente.

Relativamente à **rede de gás**, existe uma rede de distribuição de gás natural à vila da Lousã. Existe também uma extensão desta rede à zona industrial do Padrão.

No setor das **telecomunicações**, destaque para o Centro Emissor, propriedade da PT Telecomunicações, localizado no Trevim, no ponto mais elevado do concelho – 1204m – e fronteira deste município com o de Castanheira de Pera.

4.5.5. REDE VIÁRIA E TRANSPORTES

Em termos de enquadramento geográfico, o município da Lousã apresenta uma localização razoavelmente privilegiada relativamente aos acessos aos principais eixos viários nacionais, principalmente aos IP1 e IP3.

A existência de boas ligações regionais e inter-regionais é de importância fundamental para o desenvolvimento do território. O IP1 (A1) a oeste do Concelho, distando 25 km da Sede, permite uma ligação segura e rápida a todo o litoral, bem como a Lisboa (para sul) e Porto (para norte). A ligação através do IP3 ou do IC7 permite o acesso ao interior norte da Região bem como a ligação à fronteira por Vilar Formoso.

De salientar ainda, que, embora a distância geográfica deste Município à **capital**

de Distrito – Coimbra – seja reduzida, as atuais estradas nacionais não respondem às necessidades. Consta-se o aumento de tráfego na EN17 (Estrada da Beira), sem correspondência entre as últimas obras de remodelação e o aumento de escoamento de tráfego, constata-se que a variante da EN236 a Foz de Arouce já se encontra em funcionamento, constata-se que a EN342 não se encontra retificada na sua totalidade, nomeadamente o troço final, entre Cervejota e Condeixa, e constata-se ainda o aumento de procura de habitação, na última década, na sede de Concelho – vila da Lousã. Estes fatores têm vindo a aumentar o fosso entre a procura e a oferta, reduzindo o nível de serviço das vias.

A rede viária do Município abrange vias classificadas – nacionais e municipais – e uma vasta rede caminhos que não tem atualmente qualquer classificação ou estrutura hierárquica que permita uma fácil identificação.

Ainda integrada na rede viária não classificada e sendo parte do território de características marcadamente florestais, de salientar a grande extensão de **caminhos florestais** e de **caminhos rurais**, não contabilizados nem identificados explicitamente, mas que fazem parte da informação geográfica da cartografia de base do concelho. De salientar a importância destes no combate aos incêndios florestais, no acessos às propriedades e no transporte de madeiras provenientes da exploração florestal, sendo ainda utilizadas em passeios de todo-o-terreno e passeios a pé.

Os vários instrumentos de planeamento, quer a nível nacional – Planos Rodoviários Nacionais – quer a nível municipal – Plano Diretor Municipal –, têm prevista a remodelação da rede viária, quer a nível de construção de novas estradas quer em termos de alteração de classificação. Assim, têm decorrido **processos de desclassificação de estradas** e de troços de estradas, de nacionais para municipais, passando a responsabilidade de jurisdição da empresa pública EP (Estradas de Portugal) para a Câmara Municipal. Durante este processo, a estrutura hierárquica irá sofrendo contínuas remodelações.

Deste modo, conclui-se haver no concelho 28.518 metros de estradas nacionais, 2.717m de regionais, 42.636m de municipais coletoras e 67.021m de municipais distribuidoras.

O Município da Lousã foi servido por uma ligação ferroviária, entre Coimbra e Serpins, designada por **Ramal da Lousã** que, por sua vez, permitia o acesso ao eixo ferroviário fundamental Lisboa/Porto, bem como às ligações internacionais, estando assim integrada na rede ferroviária nacional. A ligação ao eixo fundamental era realizada em Coimbra, na estação Coimbra-B, através de Coimbra-Parque/Coimbra.

O Ramal da Lousã era constituído por uma via única, não eletrificada, com alguns troços e pontões em condições deficitárias de segurança, sendo a circulação realizada em automotoras. Com a substituição das antigas composições, as novas automotoras apresentavam boas condições de conforto, incluindo aquecimento e som centralizado. Integravam ainda esta rede, várias estações e apeadeiros.

A conciliação de esforços entre as Autarquias de Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra, através da Sociedade constituída para o efeito – Sociedade Metro Mondego, SA. – conduziu à valorização desta linha ferroviária, tendo sido lançado o Sistema de Mobilidade do Mondego, por via da transformação desta linha férrea em **Metro Ligeiro de Superfície**, com remodelação da linha e do material circulante e ampliação, remodelação e racionalização de estações e apeadeiros que permitirão um maior desempenho e redução de tempos de viagem. Esta obra encontra-se atualmente em curso.

O **Aeródromo da Lousã** tem uma localização central em relação à área geográfica do Concelho, situando-se próximo do lugar de Rogela e é a única infraestrutura de meios aéreos do Município da Lousã. É no entanto servido apenas por uma via municipal de traçado e perfil transversal bastante condicionado.

Em termos de características⁶ genéricas, o aeródromo encontra-se a uma altitude máxima de 196 metros e é composto por duas pistas, de 560 e 635 metros de extensão⁷ e 10 metros de largura, em piso de asfalto, só para aviões ligeiros, não proporcionando a utilização por aviões de grande envergadura e permitindo apenas utilização diurna.

Este aeródromo encontra-se aprovado somente para uso no apoio ao combate

⁶ Informação da Direção-Geral da Aviação Civil, ficha M.P.C.-Portugal, AGA 2-17, de 27/02/92

⁷ Informação obtida localmente no ano 2001

aos incêndios florestais. Com efeito, no período compreendido entre os meses de julho e setembro o aeródromo serve de base para a instalação de meios operacionais de combate a incêndios florestais, dando cobertura essencialmente aos municípios de Arganil, Vila Nova de Poiares, Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Penela, correspondentes aos concelhos a Norte da Serra da Lousã.

Em termos de mobilidade de pessoas (passageiros), no município da Lousã, pode-se diferenciar em:

- Sistema de transportes coletivos – rodoviário;
- Transporte escolar.

O sistema de **transportes coletivos de passageiros** no município engloba os meios rodoviários – transportes terrestres – e é assegurado por empresas de transportes privadas de utilização pública.

Os meios rodoviários são facultados pela RBL (Rodoviária da Beira Litoral), em carreiras normais, umas cobrindo todas as freguesias no interior do município e outras que estabelecem ligação com Concelhos limítrofes – Coimbra, Góis e Miranda do Corvo.

A complementar este sistema e em alternativa ao transporte coletivo de pessoas, existe nos principais lugares o serviço de transporte individual em Praças de Táxi – táxis e carros de aluguer – localizadas na estação da CP em Serpins, e junto ao edifício da Câmara Municipal e estação da CP da Lousã.

O sistema de transportes em vigor tem características não urbanas, isto é, serve toda a área do município na generalidade e ainda com ligações entre municípios, atravessando os lugares, não existindo transportes exclusivamente urbanos nem mesmo na sede de concelho.

O **transporte escolar** é assegurado pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara Municipal, através de viaturas próprias ou através de protocolos com empresas de transportes privadas de utilização pública, concretamente a RBL (Rodoviária da Beira Litoral), em carreiras normais.

4.5.6. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES

<p>INFRAESTRUTURAS</p>	<p>FATORES INTERNOS</p>	<p>PONTOS FORTES</p>	<p>PONTOS FRACOS</p>
<p>FATORES EXTERNOS</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Parques eólicos em construção e condições favoráveis à localização de mais infraestruturas da mesma natureza no concelho; - Projetos de redes de recolha de águas residuais para as sedes de freguesia; - Sistema de monitorização do abastecimento de água; - Implementação de sistemas de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos, conducente à reciclagem de materiais; - Integração num sistema multimunicipal de tratamento de resíduos sólidos urbanos – ERSUC; - Serviço de recolha de objetos domésticos inúteis – “monos”; - Utilização de taxas e novos modelos de gestão dos serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos instigadoras à preservação da qualidade ambiental; - Existência de aeródromo de apoio ao combate de incêndios florestais; - Adesão ao sistema multimunicipal de abastecimento de água e drenagem de águas residuais do Baixo Mondego-Bairrada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Multiplicidade e dispersão de captações de água e pequenos sistemas de abastecimento que dificultam a monitorização, manutenção e controlo de qualidade da água; - Subdimensionamento dos sistemas de abastecimento de águas; - Quebra de abastecimento de água devido a situações de seca prolongada; - Situações de poluição nas captações de água ou das linhas de água; - Predominância de sistemas de drenagem de águas residuais de pequena dimensão com soluções apenas a nível de aglomerado populacional; - Sobrecarga da capacidade dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais - Tratamento dos efluentes, reduzida e sem soluções integradas; - ETAR's do concelho a funcionar aquém da sua capacidade e das necessidades; - Falta de um sistema de monitorização da rede viária municipal; - Circulação rodoviária problemática na EN17;
<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos; - Integração do concelho na rede de gás natural; - Conjuntura política favorável à implementação/aproveitamento de energias alternativas; - Forte investimento da administração central nas redes ligadas às novas tecnologias; - Criação de instituições e programas responsáveis pela implementação e desenvolvimento das TIC; - Financiamento QREN (2007-2013) – Quadro Estratégico de Referência Nacional. 		<ul style="list-style-type: none"> - Construção de mais parques eólicos na Serra da Lousã; - Construção de novas ETAR's; - Construção de redes de drenagem de águas residuais em todos os aglomerados urbanos do Concelho ainda não servidos; - Abastecimento de gás natural aos principais aglomerados urbanos e zonas industriais; - Construção do estaleiro municipal; - Criação de um parque de sucatas na zona industrial do Padrão; - Criação e implementação das redes de TIC como forma de reorganização e desenvolvimento do concelho; - Otimização dos diferentes sistemas tendo em conta a sua utilização numa perspetiva integrada de gestão de infraestruturas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Remodelação do Ramal da Lousã e otimização do sistema de transportes; - Abertura de novas vias de comunicação no município; - Requalificação de vias de comunicação no município; - Elaboração de um sistema de informação geográfica para gestão da rede viária.
<p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável a investimentos; - Redireccionamentos dos fundos comunitários para outro tipo de projetos que não contemplem as infraestruturas; - Dissolução da Sociedade Metro Mondego e a não remodelação do Ramal Ferroviário da Lousã. 			

4.6. TURISMO

4.6.1. AVALIAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS

Relativamente aos **equipamentos, serviços e recursos turísticos** existentes, a Câmara Municipal tem assumido um papel catalisador neste setor. Tem realizado um grande investimento, de forma a dotar o Município dos instrumentos indispensáveis para proporcionar o desenvolvimento da atividade turística. Exemplo disso é a mais recente aposta no Ecomuseu e na rede de pólos museológicos dispersos por todo o território concelhio.

A **paisagem natural** do Município insere-se na lógica do aproveitamento e exploração do Turismo de Natureza. As paisagens de xisto, características desta região, revelam contornos imponentes marcados, quer pelo seu relevo, quer pelos acentuados declives, característicos da topografia serrana – Serra da Lousã – quer ainda pelo vigoroso encaixe e adaptação de rede hidrográfica. A preservação destas paisagens e a sua consolidação em termos de percursos e atividades de lazer permitem garantir um produto de elevada qualidade e assegurando, deste modo, a biodiversidade de estrutura ecológica. Igualmente os **locais de lazer**, como são os diversos miradouros, parques de merendas, aldeias serranas, praias fluviais e piscinas naturais, tem recebido uma atenção regular por parte de edilidade, dotando-os com os equipamentos necessários para o seu aproveitamento turístico.

O **património cultural** do Município, na sua vertente **histórico-arquitetónica**, revela uma longa tradição de ocupação do território e de encontros entre várias culturas. Os testemunhos da presença romana e árabe, da reconquista cristã e da afirmação da identidade nacional devem ser articulados de forma a criar circuitos e atividades que explorem a riqueza cultural do Município da Lousã. Encontram-se neste caso o núcleo histórico da vila da Lousã e as aldeias de xisto da Serra da Lousã, que apresentam um considerável número de imóveis classificados e passíveis de classificação, em quantidade e sobretudo em qualidade, para a elaboração de um roteiro turístico credível, voltado para os

valores patrimoniais, englobando diversas épocas e tipos de arquitetura, podendo inclusivamente associar-se a outro tipo de equipamentos culturais como os museus ou exposições de diversa índole cultural, que visem uma animação cultural abrangente e contínua.

Por sua vez, os **produtos endógenos** existentes são a melhor forma de criar fileiras de valor acrescentado. O Concelho da Lousã dispõe atualmente de um leque de produtos que já se afirmaram no mercado regional e nacional:

- O mel com Denominação de Origem Protegida (DOP) “Serra da Lousã”;
- As castanhas;
- O artesanato;
- A gastronomia.

A **divulgação destes produtos** do município e da região pese embora a organização de eventos direcionados neste contexto, assume carências na sua condição mais básica, como é o caso concreto da divulgação deste tipo de segmento, essencialmente artesanato e gastronomia, em locais privilegiados como um posto de turismo, museus outro tipo de locais com afluência significativa de público.

Os **eventos desportivos** que têm lugar no Município, tendo por base as condições naturais que a serra, o rio Ceira e a bacia da Lousã proporcionam para a prática de inúmeras modalidades. Estas modalidades, que na sua maioria se encontram inseridas nos campeonatos da especialidade, contribuem fortemente para a divulgação do Município da Lousã, no panorama desportivo nacional e internacional. Por conseguinte, estes eventos criaram uma imagem positiva da Lousã, junto da sociedade desportiva, sendo hoje em dia um local de eleição para determinados modalidades desportivas. No entanto um uso excessivo e irresponsável dos recursos naturais do Município pode originar uma rutura do equilíbrio natural, provocando uma certa degradação desses espaços.

Os **alojamentos** e a **restauração** não podem estar dissociados do turismo. Os primeiros, escassos em quantidade e qualidade até ao presente, começam, agora, a dar resposta à elevada procura, com um leque variado de ofertas que abrangem diferentes faixas etárias e segmentos de mercado. Encontram-se, entre os mais recentes, o Turismo Rural e a Hotelaria, como é o caso do Mélia Palácio da

Lousã. Em relação aos segundos, apresentam alguma variedade em termos de localização pelo município, assim como situações pontuais de grande qualidade.

4.6.2. CENÁRIOS PROSPETIVOS E ESTRATÉGICOS NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Qualquer política direcionada para o desenvolvimento da atividade turística no Município deve ser sempre compreendida num contexto regional mais vasto. As orientações apresentadas pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), devem servir de suporte para o desenvolvimento das respetivas estratégias e políticas concelhias, tendo em conta a necessidade de compreender as relações de complementaridade subjacente a estas atividades. Segundo o referido plano, o **Touring** e **Turismo de Natureza** deve servir como uma proposta de potencial ação a aprofundar, que proporcione o desenvolvimento territorial autossustentado em matéria de Turismo.

Reconhecendo fatores distintivos como as aldeias típicas, património natural e monumentos históricos, o plano aponta como principais ações a desenvolver a criação de rotas temáticas, a recuperação e requalificação do património histórico, bem como a aposta na qualificação hoteleira, a melhoria das acessibilidades rodoviárias e o reforço da qualidade de serviço, ordenamento do território e proteção do ambiente.

Por outro lado, nenhum produto pode estar dissociado dos restantes, assumindo, antes de mais, uma lógica de complementaridade e reforço de uma identidade coletiva, em detrimento de uma visão individualista de cada produto. Qualquer forma que esta estratégia incorpore terá que ser compreendida através de um instrumento suficientemente flexível para permitir o desenvolvimento de um produto turístico sub-regional em parceria com outras entidades, permitindo o *cross-selling* com Lisboa (pólo Oeste) e com o Porto, permitindo aumentar a percentagem de turistas estrangeiros.

A adoção de uma estratégia para o desenvolvimento da atividade turística no Município da Lousã deve permitir minorar algumas dificuldades que possam surgir e constituir uma fonte de receitas valiosa. Antes de mais é necessários traçar alguns objetivos que interessam equacionar:

- **Diversificação de mercados**, no sentido de equilibrar a utilização dos espaços turísticos ao longo do ano e diversificar a oferta do produto turístico para que possa chegar a um leque mais variado da população;
- **Minoração da sazonalidade** para que se consiga uma otimização do aproveitamento das infraestruturas e investimentos ao longo de todo o ano;
- **Melhoria na qualidade da oferta** definindo, para tal, produtos turísticos em função da área e dos utilizadores, reforçando a formação dos recursos humanos e desenvolvendo um conjunto de atividades ligadas à animação cultural que possam responder às necessidades dos turistas e gerar receitas.

No Município da Lousã a existência de um leque variado de recursos permite que haja neste setor uma fonte de futuras receitas e um instrumento de auxílio ao desenvolvimento local. Desta forma, uma estratégia que valorize a atividade turística no Município deve, antes de mais, afirmar as potencialidades locais. Estas revestem-se de várias formas, mas é na **herança histórico-cultural**, na **beleza e singularidade paisagística**, nos **produtos naturais** e nos **eventos desportivos** que se deve apostar para assegurar os objetivos desejados.

4.6.3. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FATORES

<p>TURISMO</p>	<p>FATORES INTERNOS</p>	<p>PONTOS FORTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localização geográfica favorável – proximidade a Coimbra e ao IP1 (A1 – Lisboa/Porto); - Diversidade de equipamentos e locais com interesse turístico; - Imagem de tradição e história - Riqueza cultural e paisagística; - Serra da Lousã; - Aldeias de xisto da Serra da Lousã; - Investimento da Câmara Municipal na organização e divulgação de eventos com impacto turístico forte – feiras de produtos endógenos, gastronomia, artesanato; - Dinâmica pública e privada no âmbito da criação de novas ofertas turísticas, quer de alojamentos quer de equipamentos de apoio ao turismo; - Investimento recente na oferta de alojamentos. - Projeto: Lousã, Destino de Turismo Acessível 	<p>PONTOS FRACOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Deficiente ligação rodoviária direta entre o município e o IP1, por falta de conclusão do novo traçado da EN342; - Fraco aproveitamento do potencial da Serra da Lousã; - Acessibilidades à serra da Lousã; - Diversidade de alojamento turístico ainda com alguma escassez; - Divulgação dos produtos endógenos, nos mercados extramunicipais e internacionais.
<p>FATORES EXTERNOS</p>		<p>OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN); - Criação do Turismo Centro de Portugal; - Investimento nas acessibilidades ao município – vias nacionais e regionais - Conjuntura Nacional de favorecimento da atividade turística; - Conjuntura turística internacional que aposte numa diversidade de produtos de destino; - Favorecimento de Políticas Nacionais e Comunitárias que promovam iniciativas de reforço da identidade dos sítios; - Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013; - Publicação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT). <p>AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conjuntura económica desfavorável; - Conjuntura turística internacional que aposte num mercado muito restrito de destinos; - Degradação ambiental; - Especulação imobiliária; - Falta de orientação estratégica no setor do turismo. 	

5.

COMPOSIÇÃO DO PLANO

5.1. ELEMENTOS

O Decreto-Lei nº380/99, de 22 de setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro) – regime jurídico dos instrumentos de gestão do território – e a Portaria nº138/2005, de 2 de fevereiro, estabelecem, respetivamente, o conteúdo documental e os elementos que acompanham o PDM, em termos de peças escritas e desenhadas.

Com base no estabelecido na legislação e ainda de acordo com as características específicas do Município da Lousã, os elementos que constituem o PDM são:

- **Peças escritas:**

- Regulamento
- Relatório 1 – Estudos de Caracterização do Território Municipal
- Relatório 2 – Objetivos e Estratégias – Fundamentação e Programa de Execuções
- Relatório de Compromissos Urbanísticos
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação

- **Peças desenhadas:**

1. Planta de Enquadramento Regional
2. Planta da Situação Existente
3. Planta de Ordenamento
 - 3.1 – Classificação e Qualificação do Solo
 - 3.2 – Valores Patrimoniais e Infraestruturas
 - 3.3 – Mapa de Ruído
 - 3.3.1 – Zonamento Acústico – Zonas Sensíveis e Zonas Mistas e Áreas de Conflito (indicador Ln)
 - 3.3.2 – Zonamento Acústico – Zonas Sensíveis e Zonas Mistas e Áreas de Conflito (indicador Lden)
4. Planta de Condicionantes
 - 4.1 – Património Natural
 - 4.2 – Património Classificado e Infraestruturas
 - 4.3 – Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios
 - 4.4 – Defesa da Floresta Contra Incêndios
5. Planta da Estrutura Ecológica Municipal

6. Planta de Valores Naturais da Rede Natura 2000
7. Planta do Potencial Arqueológico
8. Carta das Zonas Inundáveis
 - 8.1. Foz de Arouce – Videira
 - 8.2. Ribeira – Fontainhas
 - 8.3. Outeiro
 - 8.4. Amiais

REGULAMENTO

Regulamenta a estrutura espacial do território municipal apresentada na planta de ordenamento e as servidões e restrições de utilidade pública apresentada na planta de condicionantes.

RELATÓRIO 1

ESTUDOS DE CARATERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

Traduz os Estudos de Caraterização do Território Municipal, integrando o Enquadramento Municipal e os Estudos de Caraterização. Estes últimos, sintetizam a situação do município em termos de caraterização física, demográfica, económica, urbanística, atividades e equipamentos coletivos, património, turismo e infraestruturas. Esta síntese deriva de estudos sectoriais desenvolvidos mais detalhadamente sobre temas específicos, ao longo do processo de revisão do PDM e que podem complementar a informação deste relatório, nomeadamente em fichas identificativas/descriptivas dos edifícios e em cartas em formato digital.

RELATÓRIO 2

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS – FUNDAMENTAÇÃO E PROGRAMA DE EXECUÇÕES

Traduz os Objetivos e Estratégias para o município, bem como o Programa de Execuções das propostas, integrando os Antecedentes à revisão do PDM, o Lançamento do Plano (da revisão), o Enquadramento Técnico e Metodológico do processo de revisão, a Avaliação do Território em termos de povoamento, indústria, agrícola e florestal, equipamentos, infraestruturas e turismo, a Composição do Plano, os Objetivos e Estratégias de Desenvolvimento e o Programa de Execuções e Meios de Financiamento.

RELATÓRIO DE COMPROMISSOS URBANÍSTICOS

Relatório onde são apresentadas informações relativas ao conjunto de

operações urbanísticas de relevância para o apuramento das atividades administrativas e de licenciamento realizadas pela Câmara Municipal da Lousã, tendo por base todo o quadro legal existente e a fundamentação expressa no PDM em vigor.

PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

Elaborada a escala inferior à do Plano Diretor Municipal, com a indicação dos municípios limítrofes, centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação e outras infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município, bem como a delimitação dos demais instrumentos de gestão territorial em vigor para a área do município – escala não definida.

PLANTA DA SITUAÇÃO EXISTENTE

Com a ocupação do solo, à data de elaboração do plano – escala 1:25.000.

PLANTA DE ORDENAMENTO

Representa o modelo de estrutura espacial do território municipal de acordo com a classificação e a qualificação dos solos, bem como as unidades operativas de planeamento e gestão definidas – escala 1:25.000.

A Planta de Ordenamento subdivide-se em três plantas complementares, a saber:

3.1 – Classificação e Qualificação do Solo

3.2 – Valores Patrimoniais e Infraestruturas

3.3 – Mapa de Ruído

3.3.1 – Zonamento Acústico – Zonas Sensíveis e Zonas Mistas e Áreas de Conflito (indicador Ln)

3.3.2 – Zonamento Acústico – Zonas Sensíveis e Zonas Mistas e Áreas de Conflito (indicador Lden)

PLANTA DE CONDICIONANTES

Identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor – escala 1:25.000.

A Planta de Condicionantes subdivide-se em quatro plantas, complementares, e que visam retratar as servidões e restrições de utilidade pública presentes no território municipal. Dado o complexo número de elementos, a solução passa pela subdivisão das cartas e pelo agrupamento dos temas em função do seu domínio.

Planta de condicionantes 4.1 – Património Natural

Planta de Condicionantes 4.2 – Património Classificado e Infraestruturas

Planta de Condicionantes 4.3 – Povoamentos Florestais percorridos por Incêndios

Planta de Condicionantes 4.4 – Defesa da Floresta Contra Incêndios

PLANTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Identifica as áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica, assegurando a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos. Nestas áreas o plano deve assegurar a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações – escala 1:25.000.

PLANTA DE VALORES NATURAIS DA REDE NATURA 2000

Identifica áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico e tomando simultaneamente em consideração as exigências económicas, sociais, culturais, bem como as particularidades regionais e locais – escala 1:25.000.

PLANTA DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO

Identifica os elementos de valor patrimonial e arquitetónico, no que respeita à delimitação de áreas classificadas patrimoniais e/ou áreas com potencial arqueológico, procurando valorizar e salvaguardar uma categoria de bens não renováveis, que contribuem para enriquecimento cultural do município – escala 1:25.000.

CARTA DAS ZONAS INUNDÁVEIS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro, encontram-se representadas nas plantas 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4 a Carta das Zonas Inundáveis, que acompanham as peças gráficas e correspondem à delimitação das zonas inundáveis em solo urbano.

5.2. PLANTA DE ORDENAMENTO

Devido ao elevado número de elementos a incluir na Planta de Ordenamento, esta passa a ser constituída por três plantas, de modo a facilitar a sua identificação e legibilidade. As áreas referidas que incidem sobre o território municipal são agrupadas nos domínios da classificação e qualificação do solo, dos valores patrimoniais e infraestruturas e, por último, pela carta de zonamento acústico, que integra a divisão entre zonas mistas e sensíveis e áreas de conflito.

PLANTA DE ORDENAMENTO 1 – (CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO)

A **Planta de Ordenamento 1** representa o modelo de estrutura espacial do território municipal de acordo com a classificação e a qualificação dos solos, bem como as unidades operativas de planeamento e gestão definidas.

“A classificação do solo determina o destino básico dos solos, assentando-se na distinção entre solo rural e solo urbano” – Artº72º do DL nº46/2009

Solo rural – *“Aquele para o qual é reconhecida vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de proteção ou lazer, ou que seja ocupado por infraestruturas que não lhe conferem o estatuto de solo urbano” – Artº72º do DL nº46/2009*

Solo urbano – *“Aquele para o qual é reconhecida vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja programada, constituindo o seu todo o perímetro urbano” – Artº72º do DL nº46/2009*

A qualificação do solo rural processa-se através da integração nas seguintes categorias:

- Espaços agrícolas ou florestais afetos à produção ou à conversão;
- Espaços de exploração mineira;
- Espaços afetos a atividades industriais diretamente ligadas às utilizações referidas nas alíneas anteriores;
- Espaços naturais;

- Espaços destinados a infraestruturas ou a outros tipos de ocupação humana que não impliquem a classificação como solo urbano.

A qualificação do solo urbano processa-se através da integração em categorias que conferem a suscetibilidade de urbanização ou de edificação, determinando assim a definição do perímetro urbano, que compreende:

- Solos urbanizados;
- Solos urbanizáveis;

SOLO RURAL

Os espaços rurais são áreas para as quais é reconhecida a vocação para atividades agrícolas e florestais, incluindo ainda algumas estruturas construídas com carácter predominantemente de lazer e turístico. Para a sua qualificação é fundamental assegurar as suas funções ecológicas e de produção sustentada de bens e serviços, assegurando simultaneamente a compatibilidade com outros possíveis usos.

O **Solo Rural**, identificado na planta de ordenamento, integra como categorias do solo rural, os Espaços Agrícolas ou Florestais, Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos, Espaços Afetos a Atividades Industriais, Espaços de Equipamentos ou Outras Estruturas, Espaço Cultural da Sr.ª da Piedade e Aglomerados Rurais. Como subcategorias dos espaços acima mencionados, encontramos:

Áreas Agrícolas de Produção Fundamental correspondem aos solos de elevada e moderada aptidão agrícola do Município, integrando os solos da Reserva Agrícola Nacional.

Áreas agrícolas de produção complementar são constituídas por áreas não integradas em Reserva Agrícola Nacional, cujas características do solo, a ocupação atual ou a localização, as potenciam para usos agrícolas.

Áreas de Uso Múltiplo de Agrícola e Florestal compreendem as áreas ocupadas quer por sistemas agro-silvo-pastoris quer por usos agrícolas e silvícolas alternados e funcionalmente complementares.

Áreas Florestais de Conservação são constituídas pelas áreas do espaço florestal integradas ou não na Rede Natura 2000, no Regime Florestal e na Reserva Ecológica Nacional, cuja função de proteção contra a erosão dos solos, da rede hidrográfica e da biodiversidade se sobrepõe às funções de produção florestal.

Áreas Florestais de Produção são constituídas pelas áreas do espaço florestal destinadas preferencialmente ao desenvolvimento de processos produtivos.

Áreas de Exploração Consolidada correspondentes as áreas onde ocorre uma atividade produtiva significativa de depósitos minerais e/ou de massas minerais e que correspondem às áreas concessionadas, licenciadas ou em vias de licenciamento e outras áreas adjacentes para a progressão da atividade.

Áreas de Salvaguarda de Exploração correspondem a áreas de reconhecido potencial geológico passíveis de dar origem a diferentes figuras que possibilitem o aproveitamento direto dos recursos geológicos existentes, em função do critério e/ou necessidade.

Áreas Potenciais são destinadas a áreas com potencial geológico e onde é necessário aprofundar o conhecimento, tendo em vista as funções desempenhadas pelos recursos geológicos, ou sitas em unidade geológica em que os estudos existentes, ou a realizar, possibilitam inferir a existência de recursos geológicos passíveis de exploração.

Unidade Industrial – “Licor Beirão” corresponde ao espaço onde se encontra implantado o estabelecimento industrial onde se procede à produção de bebidas espirituosas como seja o “Licor Beirão”.

Espaço de Equipamentos ou Outras Estruturas – Aeródromo da Lousã abrange a área ocupada pelo aeródromo (centro de coordenação de meios aéreos, hangares, pistas e respetivas zonas de proteção), a Escola Nacional de Bombeiros, o Laboratório de Estudos sobre Incêndios Florestais, o Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais e a Autoridade Florestal Nacional.

Espaço de Equipamentos ou Outras Estruturas – Parque de Campismo localizado junto à aldeia do Chiqueiro, corresponde a uma área cujas condições ambientais e paisagísticas lhe confere potencialidades para o desenvolvimento de atividades turísticas e recreativas.

Espaço de Equipamentos ou Outras Estruturas – Área de Caça e Pesca corresponde ao espaço que se pretende dotar de infraestruturas de apoio e de equipamentos direcionados para a prática de caça e pesca, beneficiando dos recursos naturais existentes, nomeadamente, a área florestal e o rio Arouce, e garantindo a salvaguarda dos valores naturais em presença.

Espaço de Equipamentos ou Outras Estruturas - Área de recreio e lazer - Desportos motorizados, corresponde ao espaço destinado à implementação de infraestruturas de apoio e de equipamentos direcionados para a prática de desportos motorizados, beneficiando dos recursos naturais existentes, nomeadamente, a morfologia do terreno, e garantindo a salvaguarda dos valores naturais em presença.

Espaço Cultural da Sra. da Piedade corresponde a um espaço que engloba áreas compostas por paisagens naturais - piscina fluvial, envolventes de ocupações humanas de características cénicas, históricas e culturais - castelo e ermidas, em que se pretende a conservação da natureza e proteção da paisagem, de forma a permitir a salvaguarda da estrutura biofísica necessária para que se possa realizar a utilização dos recursos naturais do território, sem que sejam degradados determinados ecossistemas de que dependem a estabilidade e fertilidade do local e a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais.

Aglomerados Rurais correspondem a pequenos núcleos de edificação concentrada, servidos de arruamentos públicos, com funções residenciais e de apoio a atividades localizadas em solo rural e que apresentam uma diminuta dinâmica urbana.

SOLO URBANO

Os espaços suscetíveis de urbanização ou edificação são múltiplos atendendo ao uso existente ou proposto. Numa tentativa de simplificação e homogeneização da estrutura espacial e regulamentar no solo urbano consideram-se três tipos de solo urbano.

SOLO URBANIZADO

Solo Urbano, são solos que correspondem a áreas infraestruturadas onde se registam concentrações de construção, com funções habitacionais, comerciais, turísticas, industriais e de serviços. Subdividem-se em seis categorias e correspondem a Espaços Centrais, Espaços Residenciais, Espaços Urbanos de Baixa Densidade, Espaços de Uso Especial, Espaços de Atividades Económicas e Espaços Verdes.

Núcleo Histórico da Lousã corresponde ao tecido urbano consolidado mais antigo da Vila da Lousã e constitui-se como um espaço cultural onde deve ser privilegiada a proteção, conservação, recuperação e revitalização dos valores históricos, arquitetónicos, arqueológicos e urbanísticos.

Áreas Urbanas Centrais caracterizam-se pelo elevado nível de infraestruturação e concentração de edificações, destinando-se o solo predominantemente à construção. Correspondem a áreas centrais, relativamente homogéneas onde se verifica uma concentração de edificações e de funções habitacionais, comerciais e de serviços mais significativas.

Áreas Residenciais Envolventes, abrangem as áreas urbanas envolventes aos centros urbanos da Vila da Lousã, da Vila de Serpins e dos aglomerados de Casal Ermio, Foz de Arouce e Vilarinho, que se destinam preferencialmente a funções residenciais.

Áreas Residenciais Dispersas onde se registam densidades médias e volumetrias correspondentes, tendencialmente, à tipologia unifamiliar, predominante nestas zonas, correspondendo a áreas urbanas de características demográficas e urbanísticas de menor dimensão que a sede de concelho e das freguesias.

Aldeias de Xisto da Serra da Lousã correspondem às Aldeias da Serra, bem delimitadas e com personalidade própria. Tratam-se de aglomerados urbanos com características tipicamente serranas, quer pela sua implantação em vertentes inclinadas, quer pelos materiais de construção que se pretende conservar, dadas as características tipológicas diferenciadas que possuem.

Áreas para Equipamentos Estruturantes correspondem às áreas de equipamentos existentes e previstos, vocacionadas para a instalação de equipamentos de utilização coletiva, públicos, cooperativos ou privados, que pela sua dimensão ou nível de funções praticadas ou a praticar, apresentam um caráter estruturante no ordenamento do território concelhio.

Áreas Industriais e Empresariais tratam-se das áreas destinadas à instalação de atividades industriais e empresariais, de armazenagem, de comércio, de serviços e de equipamentos de apoio a estas atividades.

Áreas Verdes de Enquadramento integram as áreas que pelas suas características físicas ou topográficas não apresentam vocação para a edificação, que assumem importantes funções de enquadramento paisagístico das áreas urbanas envolventes, e que podem ou não ser coincidentes com a Reserva Ecológica Nacional.

SOLO URBANIZÁVEL

Solo urbanizável, corresponde a solos onde é possível programar intervenções com o objetivo de criar zonas que, mediante a elaboração de estudos urbanísticos adequados, venham a ter características de solos urbanizados. À semelhança da estruturação para o solo urbanizado, também os solos urbanizáveis são alvo de uma divisão por diferentes subcategorias, nomeadamente Espaços Centrais, Espaços Residenciais e Espaços de Atividades Económicas.

Área Urbana Central Urbanizável compreende o espaço urbanizável estruturante da Vila da Lousã, onde se pretende promover a multifuncionalidade, privilegiando o uso habitacional, comercial e de serviços. Nesta área pretende-se uma maior

qualificação e disponibilização de espaço público, devendo ser criadas boas condições para a estadia e a circulação pedonal.

Área Residencial Envolvente Urbanizável corresponde a uma nova área localizada no aglomerado de Foz de Arouce que se destina a ser urbanizada, para fins predominantemente residenciais.

Áreas Industriais e Empresariais Urbanizáveis correspondentes a áreas que se destinam a ser urbanizadas por instalações de atividades industriais e empresariais, de armazenagem, de comércio, de serviços e de equipamentos de apoio a estas atividades.

ESPAÇOS CANAIS

Espaços Canais, constituídos pela rede rodoviária do concelho que se encontra hierarquizada segundo a sua importância e pela rede de metro ligeiro. Estes espaços são importantes na estruturação do território, assegurando uma maior mobilidade e uma melhoria na qualificação dos espaços urbanos, fomentando a diversidade das vivências e das atividades. Deste modo a sua hierarquização compreende os seguintes níveis:

Rede viária nacional que assegura um papel estruturante à escala do concelho, conferindo-lhe vantagens e potencialidades no quadro regional e contribuindo para a redução das distâncias para os principais centros urbanos;

Rede viária regional corresponde a uma malha viária igualmente à escala concelhia, conferindo-lhe, em complemento com a rede viária nacional, um papel de estruturação do território concelhio e as suas relações de interdependência com os territórios limítrofes;

Rede viária municipal, corresponde a malha estruturante de nível intra concelhio, quer sejam coletoras ou distribuidoras e que estabelecem a ligação entre a malha urbana e as vias regionais e nacionais, principais geradoras de tráfego. Tem como principal função a articulação das várias malhas existentes no território, conferindo-lhes uma melhoria considerável na mobilidade;

Rede de Metro Ligeiro corresponde à infraestrutura de metro ligeiro, em construção e prevista, que se desenvolve à superfície, em canal próprio exclusivo, que permite o acesso ao eixo fundamental Lisboa – Porto, com a respetiva ligação em Coimbra;

QUADRO 5.1 – IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA

IDENTIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO				EXTENSÃO (m) (1)	OBS.	
	PRN85	PDM 1993	PRN 2000	SITUAÇÃO ACTUAL 2002			
2	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / Lim. Conc. Góis		MC	ER	ER	2 717	Processo de desclassificação: Data de entrega: 1995/04/18 Data de homologação: 1995/06/20 (Km260.915-Km262.270) (2)
17	Lim. Conc. Miranda do Corvo / Lim. Conc. Vila Nova de Poiares	OE	EN	EN	EN	3 986	Em estudo: alargamento para 3 faixas de rodagem em parte da via
17-A	17 (Ponte Velha) / 17 (Ponte Velha)		MD		MD	881	Desclassificada: troço da via 17 desclassificado em consequência de rectificação de traçado
236	17 / 342 (Lousã)						
	actual	OE	MC		MC	8 214	Processo de desclassificação: - (Km 0.000 - Km 4.500) (2) Data de entrega: 2001/01/18 Data de homologação: 2001/05/23 - (Km 4.500 - Km 9.111) (2) Data de entrega: 2000/02/25 Data de homologação: 2000/04/13
	[variante Foz de Arouce]		EN	EN		7 500	Concluída e em funcionamento
	342 (Lousã) / Lim. Conc. Castanheira de Pêra		MC		MC	21 632	Processo de desclassificação: Data de entrega: 2000/02/25 Data de homologação: 2000/04/13 (Km 9.111 - Km 30.339) (2)
342	Lim. Conc. Miranda do Corvo / Vilarinho						
	actual		MC		EN	7 556	A desclassificar: após conclusão e entrada em funcionam. da variante à Lousã
	[variante à Lousã]	OE	EN	EN	EN	8 026	Obra em execução (em funcionamento parcial)
	Vilarinho / Lim. Conc. Góis	OE	EN	EN	EN	8 950	Em estudo prévio: o novo traçado c/ variante a Vilarinho
342-3	342 (Golpilhares) / 552 (Amiais)		MD		MD	4 217	Processo de desclassificação: Data de entrega: 2000/02/25
	552 (Amiais) / Lim. Conc. Góis		MC		MC	4 419	Data de homologação: 2000/04/14 (Km 0.000 - Km 8.709) (2)
522	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / 2		MD		MD	596	
551	236 (Póvoa) / 342 (Fontainhas)		MD		MD	4 041	
552	236 (Ponte) / 342-3 (Serpins)		MC		MC	8 474	
553	571 (Freixo) / 342 (Vilarinho)		MD		MD	3 476	
553-1	553 (Gândara) / 236 (Lousã)		MD		MD	1 556	
553-2	Aeródromo / 553		MD		MD	2 378	
554	Lim. Conc. VNP(Alveite Pequeno)/ 552 (Serpins)		MD		MD	5 910	
	552 (Serpins)/ 342 (Covão)		MC		MC	3 558	

555	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 236 (Lousã)		MC		MC	4 813	
571	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / 236 (Relvas do Freixo)		MD		MD	6 566	
580	236 (Lousã) / Srª da Piedade		MD		MD	1 701	
1206	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 236 (Foz de Arouce)		MD		MD	1 743	
1208	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 236 (Foz de Arouce)		MD		MD	355	
1209	Lim. Conc. M. Corvo / 551 (Fontainhas)		MD		MD	3 180	
1209-1	1209 (Espinho) / 1233 (Moita)		MD		MD	1 409	
1211	Lim. Conc. Miranda do Corvo / 342 (Alto Padrão)		MD		MD	1 922	
1221	Lim. Conc. Vila Nova de Poiares / 17 (Ponte Velha)		MD		MD	1 009	
1222	17 (Ponte Velha) / Marmeleira		MD		MD	518	
1223	17 (Ponte Velha) / 236 (Foz Arouce)		MD		MD	2 411	
1223-1	1223 (Vale Escuro) / 571 (Casal de Ermio)		MD		MD	2 235	
1224	Lim. Conc. VNP (Forcado) / 552 (Serpins)		MD		MD	4 426	
1225	554 / Tojal		MD		MD	481	
1226	342-3 (Maria Mendes) / Lomba do Alveite		MD		MD	1 233	
1227	342-3 / Ribeira do Conde		MD		MD	680	
1228	342-3 / Quatro Águas		MD		MD	664	
1229	342-3 / Valada		MD		MD	413	
1230	342-3 (Avessada) / 342		MD		MD	2 180	
1231	342 (Covas) / Cabanões		MD		MD	954	
1232	554 / Casais		MD		MD	1 624	
1233	551 (Fontainhas) / 342 (Ponte do Areal)		MD		MD	1 985	
1235	342 (Padrão) / 555 (Levegadas)		MD		MD	2 874	
1236	1235 / Vale de Neira		MD		MD	401	
1237	555 (Vale de Maceira) / Vale de Nogueira		MD		MD	2 604	
1238	342 / Fiscal		MD		MD	398	

EXTENSÕES TOTAIS POR CLASSIFICAÇÃO ACTUAL (ano 2002)	EN - Estrada Nacional	28 518	metros
	ER - Estrada Regional	2 717	metros
	MC - Municipal Colectora	42 636	metros
	MD - Municipal Distribuidora	62 804	metros

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) correspondem às áreas em que se prevê a necessidade de intervenção por meio de outros planos municipais de ordenamento do território – planos de urbanização ou de pormenor –, no caso do solo urbano, ou projeto de intervenção em espaço rural, no caso de solo rural, de modo a se consagrarem efetivamente os objetivos do Plano, nomeadamente em novos espaços urbanos, novas zonas industriais, novas áreas turísticas ou espaços urbanos a ser alvo de plano de urbanização.

São definidas e identificadas na planta de ordenamento, as seguintes UOPG:

UOPG1: Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila da Lousã;

UOPG 1.1: Plano de Pormenor da zona da Avenida Dr. José Cardoso e da Rua Dr. Pedro Lemos (em vigor)

UOPG 1.2: Área Sujeita ao Plano de Pormenor da Zona da Rua de Coimbra – Avenida D. Manuel I

UOPG 1.3: Área Envolvente à Estação de Espírito Santo;

UOPG2: Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Foz de Arouce;

UOPG3: Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Casal de Ermio;

UOPG4: Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila de Serpins;

UOPG5: Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Vilarinho;

UOPG6: Estruturação Urbana de Vale Pereira do Areal;

UOPG7: Expansão da Área Industrial e Empresarial do Alto do Padrão;

UOPG8: Área Industrial e Empresarial de Foz de Arouce;

UOPG9: Área Industrial e Empresarial de Serpins;

UOPG10: Área de Recreio e Lazer – Desportos Motorizados;

UOPG11: Parque de Campismo;

UOPG12: Área de Caça e Pesca.

ÁREAS DA ESTRUTURA ESPACIAL DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

Nos quadros seguintes são apresentados as áreas correspondentes à estrutura espacial do território na componente de solo rural e solo urbano, quantificando as áreas afetadas a cada um dos espaços.

QUADRO 5.2 – ÁREAS DA ESTRUTURA ESPACIAL DO TERRITÓRIO – SOLO RURAL

SOLO RURAL	ÁREAS (ha)	Obs.
Áreas Agrícolas de Produção Fundamental	1516.46	Espaços Agrícolas ou Florestais
Áreas Agrícolas de Produção Complementar	185.35	
Áreas de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal	222.69	
Áreas Florestais de Conservação	6184.10	
Áreas Florestais de Produção	3880.90	
Áreas de Exploração Consolidada	90.53	
Áreas de Salvaguarda de Exploração	710.81	
Áreas Potenciais	116.95	
Unidade Industrial – “Licor Beirão”	4.44	Espaços Afetos a Atividades Industriais
Aeródromo da Lousã	53.97	Espaço de Equipamentos ou Outras Estruturas
Parque de Campismo	3.79	
Área de Caça e Pesca	28.37	
Área de Desportos Motorizados	15.62	
Espaço Cultural da Sra. da Piedade	33.15	
Aglomerados Rurais	112.62	Outras categorias do solo rural

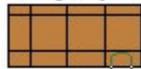
QUADRO 5.3 – ÁREAS DA ESTRUTURA ESPACIAL DO TERRITÓRIO – SOLO URBANO

SOLO URBANO	ÁREAS (ha)	Obs.
SOLOS URBANIZADOS		
Núcleo Histórico da Vila da Lousã	14.05	Espaços Centrais
Áreas Urbanas Centrais	290.86	
Áreas Residenciais Envolventes	464.15	Espaços Residenciais
Áreas Residenciais Dispersos	364.02	
Aldeias de Xisto da Serra da Lousã	19.88	Espaços Urbanos de Baixa Densidade
Áreas para Equipamentos Estruturantes	60.08	Espaços de Uso Especial
Áreas Verdes de Enquadramento	75.00	Espaços Verdes
Áreas Industriais e Empresariais	78.92	Espaços de Atividades Económicas
SOLO URBANIZÁVEL		
Área Urbana Central Urbanizável	33.52	Espaços Centrais
Área Residencial Envolvente Urbanizável	13.55	Espaços Residenciais
Áreas Industriais e Empresariais Urbanizáveis	139.95	Espaços de Atividades Económicas

SOLO URBANO ----- PERÍMETRO URBANO

SOLO URBANIZADO

Espaços Centrais

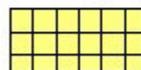


Núcleo Histórico da Lousã

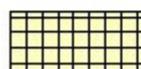


Áreas Urbanas Centrais

Espaços Residenciais



Áreas Residenciais Envolventes



Áreas Residenciais Dispersas

Espaços Urbanos de Baixa Densidade



Aldeias de Xisto da Serra da Lousã

Espaços de Uso Especial



Áreas para Equipamentos Estruturantes

Espaços de Atividades Económicas



Áreas Industriais e Empresariais

Espaços Verdes



Áreas Verdes de Enquadramento

SOLO URBANIZÁVEL

Espaços Centrais



Área Urbana Central
Urbanizável

Espaços Residenciais



Área Residencial
Envoltente Urbanizável

Espaços de Atividades Económicas



Áreas Industriais Urbanizáveis

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

U1 Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila da Lousã

U1.1 Plano de Pormenor da Zona da Avenida Dr. José Maria Cardoso - Rua Dr. Pedro Lemos (Resolução de Conselho de Ministros n.º 58/97 de 5 de Março, publicada em Diário da República n.º 79, 1.ª Série-B, 4 de Abril de 97)

U1.2 Área Sujeita ao Plano de Pormenor da Zona da Rua da Coimbra - Avenida D.Manuel I

U1.3 Área Envolvente à Estação de Espírito Santo

U2 Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede da Freguesia de Foz de Arouce

U3 Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede da Freguesia de Casal de Ermio

U4 Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila de Serpins

U5 Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede da Freguesia de Vilarinho

U6 Estruturação Urbana da Vale Pereira do Areal

U7 Expansão da Área Industrial e Empresarial do Alto do Padrão

U8 Área Industrial e Empresarial de Foz de Arouce

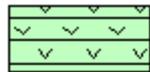
U9 Área Industrial e Empresarial de Serpins

U10 Área de Recreio e Lazer - Desportos Motorizados

U11 Parque de Campismo

U12 Área de Caça e Pesca

SOLO RURAL

Espaços Agrícolas e Florestais

Áreas Agrícolas de Produção Fundamental



Áreas Agrícolas de Produção Complementar



Áreas de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal



Áreas Florestais de Conservação



Áreas Florestais de Produção

Espaços Afectos à Exploração de Recursos Geológicos

Áreas de Exploração Consolidada



Áreas de Salvaguarda de Exploração



Áreas Potenciais

Espaços Afectos a Actividades Industriais

Unidade Industrial - Licor Beirão

Espaços de Equipamentos ou Outras Estruturas

Aeródromo da Lousã



Parque de Campismo



Área de Caça e Pesca



Área de Recreio e Lazer - Desportos Motorizados



Espaço Cultural da Sra. da Piedade



Aglomerados Rurais

AGLOMERADOS RURAIS		
Agglomerados urbanos existentes no PDM em vigor (PDM 1993) que passem a agglomerados rurais		Novos agglomerados rurais
Vale de Aíras	Chã	N.º Bra. da Luz
Travesso	Alcaide	Fonte do Ouro
Vale de Ferro	Lomba do Molinho	Vale de Vale de Aíras
Fernjosa	Codçoais	Casal das Travessas
Pousaflores	Covas	Mingachos
Porto da Pedra	Gabandaa	Chousa
Fómeas	Covão	Vale de Pareira da Serra
Ribeira Fundeira	Póvoas de Fical	Breja
Vale Domingos	Quinta	Silvares
Braçal	Souselo	Vale de Carvalhos
Levogadas		Casal de S. Miguel
Fonte Fria		S.º Aleixo
Ribeira Cimeira		Martinhos
Ribeira do Conde		Boavista

ESPAÇOS CANAIS

Rede Rodoviária

Rede Rodoviária Nacional e Regional

Existente / Proposta



Estrada Nacional (EN)



Estrada Regional (ER)

Rede Rodoviária Municipal

Existente



Estrada Municipal Coletora (MC)



Estrada Municipal Distribuidora (MD)

Rede de Metro Ligeiro



Sistema de Mobilidade do Mondego
(Metro Ligeiro de Superfície)



Aérodromo

PLANTA DE ORDENAMENTO 2 – (VALORES PATRIMONIAIS E INFRAESTRUTURAS)

A **Planta de Ordenamento 2** representa o conjunto de valores patrimoniais e de infraestruturas que, não tendo servidão legalmente constituída, são essenciais ao correto ordenamento do território.

VALORES PATRIMONIAIS**Património Cultural****Monumento Nacional****Imóvel de Interesse Público****Imóvel de Interesse Municipal**

Monumentos Nacionais	Imóveis de Interesse Público	Imóveis de Interesse Municipal
1 - Pelourinho da Lousã 2 - Castelo da Lousã	1 - Palácio dos Salazares 2 - Pelourinho de Serpins 3 - Capela da Misericórdia da Lousã 4 - Casa de Cima da Rua Nova 5 - Igreja Paroquial de Vilarinho 6 - Capela de Santa Rita	1 - Casa dos Magalhães Mexias 2 - Fábrica de Papel do Boque 3 - Casa de Baixo da Rua Nova 4 - Casa de Santa Rita 5 - Casa Fundo da Vila 6 - Casa dos Condes de Foz de Arouce 7 - Casa Comendador Montenegro 8 - Casa de São Bento 9 - Casa dos Lopes Quaresma 10 - Casa da Quinta de Baixo

Edifícios e Construções de Interesse Público



Edifícios de Interesse Público

Edifícios de Interesse Público

- 1 - GNR - Quartel da GNR da Lousã
- 2 - Escola Nacional de Bombeiros
- Centro de Formação da Lousã
- 3 - Quartel dos Bombeiros
Municipais da Lousã
- 4 - Quartel dos Bombeiros
Voluntários de Serpins
- 5 - Câmara Municipal da Lousã
- 6 - Tribunal da Comarca da Lousã
- 7 - Biblioteca Municipal da Lousã
- 8 - Cine-Teatro da Lousã
- 9 - Centro de Saúde da Lousã

INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS

Abastecimento de Água



Adução



Captação



Reservatório

Drenagem e Tratamento de Águas Residuais



Emissário/Coletor



Estação de Tratamento de
Águas Residuais

Abastecimento de Gás Natural



Rede de Distribuição



Unidade Autónoma de Re-gaseificação
de Gás Natural

Produção de Energia Eléctrica



Parque Eólico



Aproveitamento Hidroeléctrico

PLANTA DE ORDENAMENTO 3 – (ZONAMENTO ACÚSTICO – ZONAS SENSÍVEIS E ZONAS MISTAS E ÁREA DE CONFLITO – INDICADORES Ln e Lden)

Corresponde à Planta de Zonamento Acústico, respeitante à delimitação das zonas de exposição do ruído no território municipal, expressa através de duas zonas distintas. Deste modo, são identificadas as zonas mistas, onde a exposição ao ruído deverá ser inferior a 65dB no período do entardecer e em 55dB no período noturno. Por outro lado, são identificadas as zonas sensíveis, onde a exposição ao ruído deverá ser inferior a 55dB no período do entardecer e de 45dB no período noturno. De salientar, que a classificação acústica apenas foi realizada nos perímetros urbanos e nas zonas previstas para novos equipamentos.

Relativamente à identificação das zonas de conflitos, as áreas delimitadas como zonas mistas e zonas sensíveis foram sobrepostas ao Mapa de Ruído do Município e, através de uma aplicação informática específica, foram extraídos dois modelos digitais com a identificação de todas as áreas cujo atributo “nível de ruído” estava acima dos limites legalmente impostos em função do zonamento assumido.

Indicador Lden	Indicador Ln
ZONAS SENSÍVEIS 	ZONAS SENSÍVEIS 
ZONAS MISTAS 	ZONAS MISTAS 
ÁREAS DE CONFLITO 	ÁREAS DE CONFLITO 

5.3. PLANTA DE CONDICIONANTES

Devido ao elevado número de servidões e restrições de utilidade pública, estas integram cinco plantas de condicionantes, de modo a facilitar a sua identificação e legibilidade. As áreas referidas que incidem sobre o território municipal, são agrupadas nos domínios da proteção e conservação do património, das infraestruturas e equipamentos, do domínio florestal e pela carta de ruído municipal.

PLANTA DE CONDICIONANTES 1 – (PATRIMÓNIO NATURAL)

São representadas nestas plantas, as servidões e restrições incluídas no domínio da proteção e conservação do património, na vertente de património natural e edificado. Por conseguinte:

PATRIMÓNIO NATURAL

Recursos hídricos integram as áreas constituídas pelos leitos e margens dos cursos de água, respeitantes ao domínio hídrico, as barragens e açudes e as zonas ameaçadas por cheias;

Recursos geológicos integram os depósitos e massas minerais existentes no território municipal;

Recursos agrícolas que integram a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o Perímetro hidroagrícola;

Recursos florestais integram Áreas sujeitas ao regime florestal parcial – Perímetro florestal da Mata do Sobral, Povoamentos florestais percorridas por incêndios e Zonas críticas definidas nos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios;

Recursos ecológicos integram a Reserva Ecológica Nacional (REN) – leitos dos cursos de água, áreas de máxima infiltração, cabeceiras das linhas de água, áreas com risco de erosão e escarpas;

Conservação da Natureza integra a Rede Natura 2000 – Sítio Serra da Lousã, PTCO0060 (Resolução de Conselho de Ministros nº76/2000 de 5 de julho).

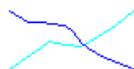
No quadro seguinte apresentam-se os valores para as áreas correspondentes às áreas de proteção e conservação do património natural.

QUADRO 5.4 – ÁREAS DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

PATRIMÓNIO NATURAL		ÁREAS (ha)
Recursos Geológicos	Áreas de Exploração Consolidada	90.53
	Áreas de Salvaguarda de Exploração	710.81
	Áreas Potenciais	116.95
Recursos Agrícolas	Reserva Agrícola Nacional	1516.46
	Perímetro Hidroagrícola	133.63
Recursos Florestais	Regime Florestal	2190.47
Recursos Ecológicos	Áreas de Máxima Infiltração	336.54
	Cabeceiras de Linhas de Água	1620.30
	Áreas com Risco de Erosão	4887.39
	Escarpas	1691.33
	Zonas Ameaçadas pelas Cheias	135.44
	Leitos dos Cursos de Água	273.70
Conservação da Natureza	Rede Natura	586.28

SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Domínio Hídrico



Leitos e margens dos cursos de água

Recursos Geológicos

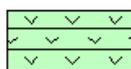


Áreas de Exploração Consolidada



Áreas de Salvaguarda de Exploração

Recursos Agrícolas



Reserva Agrícola Nacional (RAN)



Perímetro Hidroagrícola

Recursos Ecológicos



Leitos dos Cursos de Água



Áreas de Máxima Infiltração



Cabeceiras das Linhas de Água



Zonas Ameaçadas pelas Cheias



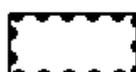
Áreas de Risco de Erosão



Escarpas

Reserva Ecológica Nacional (REN)

Conservação da Natureza



Rede Natura 2000 - Sítio da Serra da Lousã PTCO0060
(Resolução de Conselho de Ministros nº 76/2000 de 5 de Julho)

PLANTA DE CONDICIONANTES 2 – (PATRIMÓNIO CLASSIFICADO E INFRAESTRUTURAS)

Património Classificado corresponde ao Castelo da Lousã, imóvel que apresenta servidão legalmente constituída;

QUADRO 5.5 – PATRIMÓNIO CLASSIFICADO

PATRIMÓNIO CLASSIFICADO		
Património Cultural	Monumento Nacional	Castelo da Lousã/Arouce

Equipamentos com zona de proteção correspondem aos Marcos Geodésicos em torno dos quais são definidas zonas de proteção de acordo com a legislação geral em vigor;

Produção e Transporte de Energia Elétrica integrando a rede de linhas de média e alta tensão que percorrem o concelho;

Servidões radioelétricas que correspondem ao centro emissor de telecomunicações, localizado no Trevim, na Serra da Lousã e às ligações que estabelece com equipamentos de igual natureza, incluindo o Corredor ao longo do trajeto Coimbra – Trevim;

Rede Rodoviária Nacional que integra as vias de comunicação classificadas como estradas nacionais;

Rede Rodoviária Regional que integra as vias de comunicação classificadas como estradas regionais;

Rede Rodoviária Municipal integra a rede rodoviária municipal coletora e a rede rodoviária municipal distribuidora;

Rede de Metro Ligeiro integra o Sistema de Mobilidade do Mondego e corresponde à ligação de Metro Ligeiro de Superfície que assegura a ligação Serpins – Coimbra;

SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Património Classificado



Castelo de Lousã

(Diário do Governo, 2.ª Série, n.º 64 de 17 de março de 1971)

Produção e Transporte de Energia Elétrica



Linhas Média Tensão (MT) >1 kV e ≤ 15 kV



Linhas Alta Tensão (AT) >15 kV e ≤ 110 kV

(Decreto de Lei n.º 43 335 de 19 de novembro de 1960)

Equipamentos com Zona de Proteção



Marco Geodésico (Decreto Lei n.º 143/82 de 26 de abril)

Servidões Radioelétricas



Ligação Coimbra \leftrightarrow Trevim (Decreto Regulamentar n.º 11/84, de 16/02/84
(raio = 17,5m) Publicado no D.R. n.º 40, II Série, de 16/02/84)



Ligação Trevim \leftrightarrow Gardunha (Despacho Conjunto de 12/05/95
(raio = 35m) Publicado no D.R. n.º 147, II Série, de 26/06/95)



Ligação Serã \leftrightarrow Trevim (Despacho Conjunto A-52/96-XIII
(raio = 26m) Publicado no D.R. n.º 233, II Série, de 08/10/96)



Corredor ao longo do trajeto da
ligação Coimbra \leftrightarrow Trevim

Rede Rodoviária

Rede Rodoviária Nacional e Regional

Estabelecido / Proposto



Estrada Nacional (EN)



Estrada Regional (ER)

Rede Rodoviária Municipal



Estrada Municipal Coletora (MC)



Estrada Municipal Distribuidora (MD)

(Decreto de Lei n.º 43 335 de 19 de novembro de 1960)

PLANTA DE CONDICIONANTES 3 – POVOAMENTOS FLORESTAIS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS

Devido ao carácter dinâmico das áreas suscetíveis à ocorrência de incêndios florestais, prevê-se uma planta de condicionantes, de carácter específico, que retrate a ocorrência dos incêndios florestais no concelho, ao longo dos últimos 10 anos (2001/2010), procurando atualizar as áreas que sofram com este tipo de catástrofes.

De salientar, que nos anos mais recentes, nomeadamente de 2006 a 2009 o inexistência de incêndios florestais leva a que não existam áreas representadas na planta.

Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios (anos)



PLANTA DE CONDICIONANTES 4 – DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

Rede Viária Florestal Fundamental que é constituída por caminhos florestais que dão passagem durante todo o ano a todo o tipo de veículos, estradões em que a circulação sem restrições durante o ano é limitada aos veículos todo-o-terreno e trilhos que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais;

Pontos de Água integram os dispositivos de armazenamento das massas de água destinadas ao apoio no combate a incêndios florestais;

Postos de Vigia integram a rede de postos de vigilância de apoio à deteção de incêndios florestais;

Recursos Florestais integram as Áreas sujeitas ao regime florestal na área do município;

Gestão de Faixas de Combustível corresponde às faixas de gestão de combustíveis nas zonas industriais no que respeita à proteção contra incêndios florestais;

Áreas de Perigosidade de Incêndio Muito Alta e Alta correspondem à delimitação de áreas onde as probabilidades da ocorrência de incêndio florestal acarretam maior perigosidade para as populações e respetivos aglomerados urbanos.

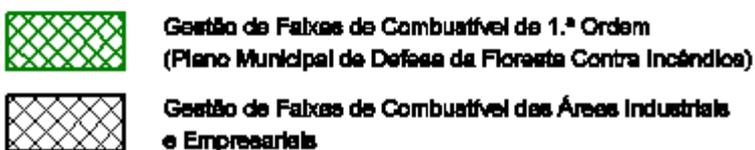
Perigosidade de Incêndio



Recursos Florestais



Gestão de Faixas de Combustível



Infraestruturas Associadas à Defesa da Floresta Contra Incêndios

	Fontos de Água
	Bombeiros Municipais da Lousã
	Bombeiros Voluntários da Serpins
	Guarda Nacional Republicana
	Rede Viária Florestal Fundamental
	Aeródromo

5.4. PLANTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

Identifica as áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica, assegurando a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos. Nestas áreas o plano deve assegurar a compatibilização das funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações.

A Estrutura Ecológica Municipal é constituída pela estrutura ecológica em solo urbano – também designada por estrutura ecológica urbana (EEU) – e estrutura ecológica em solo rural.

A **estrutura ecológica em solo urbano** integra os solos vocacionados para o equilíbrio ecourbano, podendo ser parcialmente condicionados por REN, onde estão integradas as áreas sujeitas ao regime do domínio público hídrico, subsistema da Reserva Ecológica Nacional – leitos dos cursos de água – que se traduz na distância de dez metros a partir de cada margem da linha de água classificada.

A **estrutura ecológica em solo rural** é constituída pelos solos afetos à:

- Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Reserva Ecológica Nacional (REN);
- Espaço Cultural da Sr.ª da Piedade;
- Rede Natura 2000 (Sítio Serra da Lousã, PTCON0060);
- Corredor Ecológico do PROFPIN.

QUADRO 5.6 – ESTRUTURA ECOLÓGICA

CARTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA	ÁREAS (ha)	Obs.
Estrutura Ecológica em Solo urbano	75.00	---
Estrutura Ecológica em Solo Rural		
Reserva Agrícola Nacional	1516.46	
Reserva Ecológica Nacional	8944.70	---
Espaço Cultural da Sr.ª da Piedade	33.15	
Rede Natura 2000	3805.48	



5.5. PLANTA DOS VALORES NATURAIS

A **Rede Natura 2000** é uma rede ecológica de âmbito Europeu que tem como objetivo “*contribuir para assegurar a biodiversidade através de conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens*” no território da União Europeia. É composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores naturais, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico e tomando simultaneamente em consideração as exigências económicas, sociais, culturais, bem como as particularidades regionais e locais.

No município da Lousã, a Rede Natura 2000 corresponde ao Sítio Serra da Lousã, PTCO0060 (Resolução de Conselho de Ministros nº76/2000 de 5 de julho) – da Lista Nacional – e compreende áreas classificadas como **Zonas Especiais de Conservação (ZEC)** – criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com objetivo expresso de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e seminaturais (anexo I da Diretiva) e dos *habitats* de espécie da flora e da fauna selvagens (anexo II da Diretiva) considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

De acordo com o artigo 8º do Decreto-Lei nº140/99, de 24 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº49/2005, de 24 de fevereiro, a classificação nacional dos Sítios e ZPE implica que:

“Os instrumentos de planeamento territorial ou outros de natureza especial, quando existam, deverão conter as medidas necessárias para garantir a conservação dos habitats e das populações de espécies para as quais os referidos Sítios e áreas foram designados. No caso de não as conterem deverão integrá-las na 1ª revisão a que sejam sujeitos”.

O município da Lousã, na área a que corresponde o Sítio Serra da Lousã, PTCO0060, inclui os seguintes *habitats* constantes do anexo do Decreto-Lei nº49/2005:

- **91E0** – Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion,

Alnio incanae, Salicion albae) – **Habitat prioritário;**

- 92A0 – Florestas-galerias de *Salix alba* e *Populus alba*;
- 3260 – Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion*;
- 3280 – Cursos de água mediterrânicos permanentes da *Paspalo-Agrostidion* com cortinas arbóreas ribeirinhas de *Salix* e *Populus alba*;
- **4020*** – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Eriça ciliaris* e *Eriça tetralix* – **Habitat prioritário;**
- 4030 – Charnecas secas europeias;
- **5230*** – Matagais arborescentes de *Laurus nobilis* – **Habitat prioritário;**
- 6430 – Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino;
- 6510 – Prados de fenos pobres de baixa altitude (*Alopecurus pratensis*, *Sanguisorba officinalis*);
- 8130 – Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos;
- 8220 – Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica;
- 8230 – Rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi_Veronicion dillenii*;
- 9230 – Carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*;
- 9260 – Floresta da *Castanea sativa*;
- 9330 – Floresta de *Quercus suber*;
- 9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*.

Já no que respeita a fauna, o Sítio Serra da Lousã, PTCO0060 compreende, na área do município da Lousã, as seguintes espécies:

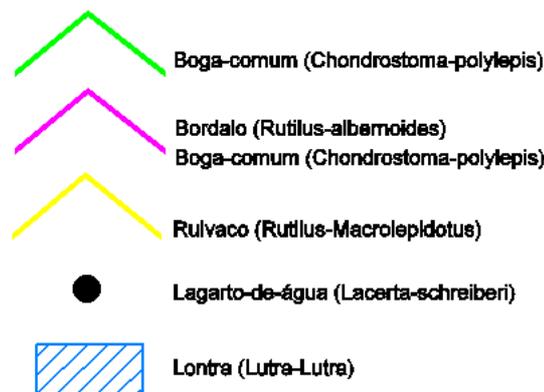
- Boga-comum (*Chondrostoma polylepis*);
- Bordalo (*Rutilus alburnoides*);
- Ruivaco (*Rutilus macrolepidotus*);
- Lontra (*Lutra Lutra*);
- Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*).

Tendo em consideração algumas diferenças cartográficas no que respeita à

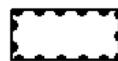
localização destes *habitats*, procedeu-se à correta delimitação dos mesmos, que depois de devidamente validada pelo ICN, foi traduzida para Carta de Valores Naturais.

Para estes habitats serão consideradas as orientações de gestão constantes no Plano sectorial da Rede Natura 2000.

Espécies de Fauna

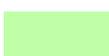


Conservação da Natureza



Rede Natura 2000 - Sítio da Serra da Lousã PTCO 0060
(Resolução de Conselho de Ministros nº 76/2000 de 5 de Julho)

Habitats Naturais e Semi-Naturais

	4030 - Charnecas secas europeias 4020 - Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Eriça ciliaris</i> e <i>Eriça tetralix</i> - HABITAT PRIORITÁRIO
	8230 - Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-Scleranthion</i> ou da <i>Sebo-Veronicion dillenii</i>
	9260 - Floresta da <i>Castanea sativa</i> 92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
	4030 - Charnecas secas europeias 9260 - Floresta da <i>Castanea sativa</i> 9230 - Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
	9260 - Floresta da <i>Castanea sativa</i> 9230 - Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
	4030 - Charnecas secas europeias 9330 - Floresta de <i>Quercus suber</i> 5230 - Matagais arbórescentes de <i>Laurus nobilis</i> - HABITAT PRIORITÁRIO 8130 - Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
	4030 - Charnecas secas europeias 9340 - Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>
	4030 - Charnecas secas europeias 9260 - Floresta da <i>Castanea sativa</i> 9230 - Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i> 92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>populus alba</i>

	4030 - Chamecas secas europeias
	8220 - Vertentes siliciosas com vegetação casmofítica
	8230 - Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-scleranthion</i> ou da <i>Sebo-albi-veronicion-dillenii</i>
	8130 - Depósitos mediterrânicos ocidentais e termófilos
	92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
	91E0 - Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> - HABITAT PRIORITÁRIO
	6430 - Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
	6510 - Prados de feno pobres de baixa altitude
	3280 - Cursos de água mediterrânicos permanentes da <i>Paspalo-agrostidion</i> com cortinas arbóreas ribeirinhas de <i>Salix</i> e <i>Populus alba</i>
	92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>
	3260 - Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da <i>Ranuncion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
	4030 - Chamecas secas europeias
	92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>populus alba</i>
	9230 - Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
	9260 - Floresta da <i>castanea sativa</i>
	92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>populus alba</i>
	92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>populus alba</i>
	91E0 - Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> - HABITAT PRIORITÁRIO
	5230 - Matagais arborescentes de <i>Laurus nobilis</i> - HABITAT PRIORITÁRIO
	4030 - Chamecas secas europeias
	4020 - Chamecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Eriça ciliaris</i> e <i>Eriça tetralix</i> - HABITAT PRIORITÁRIO
	92A0 - Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>populus alba</i>
	8220 - Vertentes siliciosas com vegetação casmofítica
	8230 - Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-scleranthion</i> ou da <i>Sebo-albi-veronicion-dillenii</i>
	4030 - Chamecas secas europeias

5.6. PLANTA DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO

A Planta do Potencial Arqueológico identifica os perímetros de proteção e zonas arqueológicas de proteção, bem como os perímetros especiais de proteção arqueológica e zonas de potencial arqueológico. Em relação às primeiras, decorrem das exigências da lei e destinam-se a estabelecer um perímetro de proteção em torno dos imóveis classificados. Já no que respeita às segundas, estas decorrem de zonas onde são delimitados perímetros especiais de proteção, quando se verificam achados e respetivos trabalhos arqueológicos de prospeção, enquanto das zonas potenciais se reportam a áreas que pelas suas características observadas se revelam como zonas com elevado potencial arqueológico.

Identificação das Áreas a Salvaguardar



Perímetro de Proteção/Zona Arqueológica de Proteção (ZEP/ZAP)



Perímetro Especial de Proteção Arqueológica/Zona de Potencial Arqueológico (PEPA/ZOPA)

- | | |
|------------------------|--|
| 1. Cabeço do Molro | 12. Sobral |
| 2. Melral | 13. Boiça |
| 3. Fórnea | 14. Covelos |
| 4. Cabeço Marigo | 15. Marmeleira |
| 5. Castelo | 16. Fráguas |
| 6. Rua Sacadura Cabral | 17. Fráguas (Inscrição) |
| 7. Caridades | 18. Cabeço da Portela/Quinta do Conde Foz Arouce |
| 8. Conheira do Boque | 19. Marola |
| 9. Cabeço da Igreja | 20. Covão d'Água |
| 10. Via Sacões | 21. Cabeço |
| 11. Vila/Outeiro | 22. Relvios |



Perímetros Urbanos

5.7. CARTA DAS ZONAS INUNDÁVEIS

De acordo com o Decreto-Lei n.º 364/98, de 21 de novembro, encontram-se representadas nas plantas 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4 a Carta das Zonas Inundáveis, que acompanham as peças gráficas e correspondem à delimitação das zonas inundáveis em solo urbano.

----- Perímetro Urbano

———— Vias



Zonas Inundáveis

5.8. RELATÓRIO DE CONFORMIDADE COM A REDE NATURA 2000

Nos termos da legislação em vigor, nomeadamente o n.º 4 do artigo 8º do Decreto-lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, determina a elaboração de um plano sectorial relativo à implementação da Rede Natura 2000 que estabeleça “o âmbito e enquadramento das medidas referentes à conservação das espécies da flora, da fauna e dos habitats naturais e tendo em conta o desenvolvimento económico e social das áreas abrangidas”.

Deste modo, nos termos da Lei de Bases do Ordenamento do Território (Lei n.º 48/98 de 11 de agosto) e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com a alteração que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro) os Planos sectoriais “são instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território” estabelecendo entre outros aspetos “a articulação da política sectorial em causa com os demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis”.

Assim, no sentido de dar correspondência ao referido anteriormente, este plano contém informação que visa explicitar a sua conformidade com os objetivos da Rede Natura, constituindo-se como um capítulo autónomo do relatório do Plano Diretor Municipal da Lousã. Os objetivos desta regulamentação contribuem para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável no território.

5.8.1. CARATERIZAÇÃO

Inserido na 2ª Fase da Rede Natura 2000, o **Sítio da Serra da Lousã** (15.158 ha) engloba uma parcela do território concelhio, nomeadamente as áreas relativas à Serra da Lousã.

Representando a extremidade Sudoeste da cordilheira central, a Serra da Lousã

caracteriza-se por exibir linhas de cumeada entre os 800 e os 1200 metros, com declives acentuados, encostas íngremes e vales muito encaixados a Norte e vertentes mais suaves a Sul, resultantes da influência dos fatores climáticos, consoante a sua exposição. Como já foi referido, a sua acentuada orografia e as variantes climáticas, levam a que a vegetação seja diversificada, com a ocorrência de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) nas zonas mais secas e ensolaradas e de carvalhais de carvalho-roble (*Quercus robur*) e carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) nas zonas mais húmidas e frias.

Do ponto de vista paisagístico é um sítio de considerável interesse, devido à imponência das cristas quartzíticas de valor geomorfológico significativo, acompanhadas da existência de cascalheiras (depósitos de vertente), áreas importantes para a manutenção de ecótipos de elevado valor cinegético.

Já as inúmeras linhas de água, quase todas de carácter permanente, alimentam as bacias hidrográficas dos rios Zêzere e Mondego e assumem grande importância para as espécies de fauna. Por outro lado, a vegetação ripícola encontra-se num bom estado de conservação, sendo de destacar as galerias de amieais (*Alnus glutinosa*) e comunidades dominadas por azereiro (*Prunus lusitanica* e com a presença de azevinho (*Ilex aquifolium*)).

Inclui ainda áreas importantes para a conservação do lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e particularmente para a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), atendendo a que se trata de uma área de elevada diversidade genética para a espécie e de maior vulnerabilidade.

5.8.2. ELABORAÇÃO DO PLANO

A **Rede natura 2000** é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados *habitats* e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

A garantia de uma boa prossecução destes objetivos passa necessariamente por

uma maior e melhor articulação das políticas sectoriais, nomeadamente de conservação da natureza, agrícola, silvo-pastoril, florestal, turística, ou de obras públicas, de forma a encontrar os mecanismos para que os espaços incluídos em Rede Natura 2000 sejam espaços vividos e produtivos de uma forma sustentável.

Tendo em conta a elaboração do Plano sectorial da Rede Natura 2000 e, mais concretamente, os seus objetivos, é intenção desta capítulo adequar políticas e estratégias do Plano Diretor Municipal da Lousã com os objetivos sectoriais da Rede Natura. Por conseguinte, recordamos os seus objetivos:

- Estabelecer orientações para a gestão territorial das ZPE e sítios;
- Estabelecer o regime de salvaguarda dos recursos e valores naturais dos locais integrado no processo, fixando os usos e o regime de gestão compatíveis com a utilização sustentável do território;
- Representar cartograficamente, em função dos dados disponíveis, a distribuição dos habitats presentes nos Sítios e ZPE;
- Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação;
- Definir as medidas que garantam a valorização e a manutenção num estado de conservação favorável dos habitats e espécies, bem como fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger;
- Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições mencionadas nas alíneas anteriores;
- Definir as condições, os critérios e o processo a seguir na realização da avaliação de impacte ambiental e na análise de incidências ambientais.

De igual modo e como forma de promover o estado de conservação favorável dos valores naturais de interesse comunitário, nas áreas integradas na Rede Natura 2000, deverão ser observadas as orientações de gestão, preconizadas pelo Plano sectorial da Rede Natura 2000 para cada habitat identificado no Município da Lousã e que a seguir se identificam.

QUADRO 5.7 – ORIENTAÇÕES DE GESTÃO DO PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA – HABITATS

HABITAT	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
3280	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da carga poluente das linhas de água interiores, através do reforço do tratamento de efluentes domésticos e agropecuários; • Condicionar as intervenções de correção torrencial;
4020*	<ul style="list-style-type: none"> • Interdição da drenagem das áreas deste habitat; • Ordenamento do pastoreio;
4030	<ul style="list-style-type: none"> • Interdição à construção de habitações e outras infraestruturas.
5230*	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento do acesso de veículos motorizados às áreas ocupadas pelo subtipo; • Interdição à extração ou deposição de inertes nas áreas ocupadas pelo subtipo; • Condicionamento à instalação de explorações agrícolas ou silvícolas; • Condicionamento à abertura ou alargamento de estradas e caminhos ribeirinhos;
6430	<ul style="list-style-type: none"> • Não são necessárias medidas de gestão ativa.
6510	<ul style="list-style-type: none"> • Não são necessárias medidas de gestão ativa.
8130	<ul style="list-style-type: none"> • Interdição das atividades que desestabilizem as cascalheiras.
8220	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionar alterações ao uso do solo na área de ocupação, como abertura e alargamento de caminhos, aterros, construções, exploração de inertes e arborizações.
8230	<ul style="list-style-type: none"> • Não são necessárias medidas de gestão ativa.
91E0*	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento das práticas de limpeza das margens dos cursos de água em áreas ocupadas pelo habitat; • Condicionamento à construção de aproveitamentos hidráulicos.
9230	<ul style="list-style-type: none"> • Não são necessárias medidas de gestão ativa.
9260	<ul style="list-style-type: none"> • Interdição do corte e da limpeza
92A0	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento ao corte de árvores;
9330	<ul style="list-style-type: none"> • Interditar alterações ao uso do solo na área de ocupação do habitat, e.g. expansão do uso agrícola, florestação com espécies de crescimento rápido e expansão urbana; • Condicionamento do acesso de veículos motorizados às áreas ocupadas pelo subtipo;
9340	<ul style="list-style-type: none"> • Interditar alterações ao uso do solo na área de ocupação do habitat, e.g. expansão do uso agrícola, florestação com espécies de crescimento rápido e expansão urbana; • Condicionar o trânsito de pessoas, veículos e animais domésticos na área de ocupação do habitat.

* Habitat prioritário

QUADRO 5.8 – ORIENTAÇÕES DE GESTÃO DO PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA – ESPÉCIE FAUNA

ESPÉCIE FAUNA	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
Chondrostoma polylepis	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionar a captação de água; • Condicionar a extração de inertes; • Restringir o uso de agroquímicos, adotando técnicas alternativas; • Condicionar operações de transvase;
Rutilus alburnoides	<ul style="list-style-type: none"> • Restringir o uso de agroquímicos, adotando técnicas alternativas; • Reforçar a fiscalização sobre a emissão de efluentes; • Condicionar a captação de água; • Condicionar operações de transvase; • Condicionar a extração de inertes;
Rutilus macrolepidotus	<ul style="list-style-type: none"> • Interditar a extração de inertes; • Condicionar a construção de novas barragens e açudes; • Condicionar a captação de água; • Condicionar operações de transvase;
Lutra Lutra	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionar a captação de água; • Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone; • Condicionar a regularização dos sistemas hídricos em áreas de ocorrência da espécie; • Condicionar a expansão urbano-turística;
Lacerta schreiberi	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone; • Condicionar a regularização dos sistemas hídricos em áreas de ocorrência da espécie; • Restringir o uso de agroquímicos, adotando técnicas alternativas; • Reforçar a fiscalização sobre a emissão de efluentes; • Condicionar a construção de infraestruturas;

No município da Lousã, a Rede Natura 2000 corresponde ao **Sítio Serra da Lousã, PTCO0060** (Resolução de Conselho de Ministros nº76/2000 de 5 de julho) – da Lista Nacional – e compreende áreas classificadas como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) – criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com objetivo expresso de contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação dos *habitats* naturais e seminaturais (anexo I da Diretiva) e dos *habitats* de espécie da flora e da fauna selvagens (anexo II da Diretiva) considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

A classificação deste sítio procura proteger a diversidade de *habitats* da extremidade Sudoeste da cordilheira central e as diversas espécies de flora e fauna, dos quais se destacam:

- Zonas secas e ensolaradas com ocorrência de *Quercus rotundifolia*;
- Zonas húmidas e frias de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica*;
- Cristas quartzíticas de valor geomorfológico e existência de cascalheiras;
- Linhas de água de carácter permanente com vegetação ripícola;

- Habitat de carácter reliquial constituído por Azevinho, naturalmente pouco frequente;
- Lagarto-de-água;
- Salamandra-lusitânica (espécie classificada como “vulnerável”).

Dado que a informação do Plano sectorial resultou de informação de base cartográfica de diversos formatos, bem como implicou simplificações e generalizações resultantes da escala de apresentação (1/100 000) a sua utilização direta é inviável fora do contexto do plano, sem a respetiva validação. Posto isto, houve necessidade de proceder a uma adequação à escala da cartografia que serviu de base aos trabalhos de revisão do PDM.

Tendo em consideração algumas diferenças cartográficas no que respeita à localização destes *habitats*, procedeu-se à correta delimitação dos mesmos, que depois de devidamente validada pelo ICN, foi traduzida para Carta de Valores Naturais.

5.8.3. CONCLUSÃO

Em função do exposto, pode concluir-se que o Plano Diretor Municipal da Lousã contém as medidas necessárias à salvaguarda das espécies e habitats de importância comunitária aí existentes, na medida em que estas possam depender das disposições de um plano que tem uma natureza sobretudo regulamentar.

Refira-se ainda que o confronto entre as disposições do plano e as orientações de gestão preconizadas pela proposta de Plano sectorial da Rede Natura constantes da ficha do sítio PTCO0060, Serra da Lousã, demonstram que todas as questões fundamentais aí previstas e que podem ter tradução num regulamento administrativo, estão claramente contempladas no plano com clara coincidência de conteúdos.

5.9. APRESENTAÇÃO SUMÁRIA DO REGULAMENTO

O Plano Diretor Municipal estabelece o modelo de **estrutura espacial do território** municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção. O modelo da estrutura espacial do território municipal assenta na **classificação do solo** e desenvolve-se através da **qualificação** do mesmo. A classificação do solo determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre **solo rural** e **solo urbano**.

Assim, o **REGULAMENTO** traduz a o modelo de organização apresentado na Planta de Ordenamento e as servidões administrativas e restrições de utilidade pública identificadas na Planta de Condicionantes, incidentes no território municipal.

O **REGULAMENTO** encontra-se estruturado em **títulos** e capítulos, desagregados em secções, sub-secções e artigos:

- Título I – Disposições gerais;
- Título II – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública;
- Título III – Uso do solo;
- Título IV – Qualificação do solo rural;
- Título V – Qualificação do solo urbano;
- Título VI – Espaços canais;
- Título VII – Infraestruturas básicas;
- Título VIII – Valores patrimoniais;
- Título IX – Programação e Execução do Plano;
- Título X – Disposições Finais.

Com tradução direta das **peças desenhadas fundamentais**, de referir:

- Relativo à Planta de Condicionantes:
 - Título II – Condicionante – servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- Relativo à Planta de Ordenamento:
 - Título III – Uso do solo;
 - Título IV – Qualificação do solo rural;

- Título V – Qualificação do solo urbano;
- Título IX – Programa e Execução do Plano.

5.9.1. SERVIDÕES PÚBLICAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

No território abrangido pelo PDMLSA são observadas as disposições referentes às servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso do solo constantes na legislação em vigor e, quando representáveis graficamente, delimitadas na Planta de Condicionantes, designadamente:

a) Recursos hídricos:

- i) Domínio hídrico;

b) Recursos geológicos:

- i) Recursos do domínio público do Estado: Concessões (depósitos minerais, águas mineiras, águas minero-industriais, recursos geotérmicos), perímetros de proteção, áreas cativas e de reserva, concessões para recuperação, contratos de prospeção e pesquisa;
- ii) Recursos do domínio privado: Licenças para massas minerais (Pedreiras);

c) Recursos agrícolas e florestais:

- i) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- ii) Obras de aproveitamento hidroagrícola;
- iii) Espécies arbóreas protegidas;
- iv) Regime Florestal
- v) Povoamentos florestais percorridos por incêndios;

d) Recursos ecológicos:

- i) Reserva Ecológica Nacional (REN);
- ii) Rede Natura 2000 – Sítio da Lista Nacional de Sítios e sítio de Importância Comunitária, com o código PTCON0060 - Serra da Lousã;

e) Património Edificado:

i) Bens imóveis classificados e respetivas zonas de proteção;

f) Infraestruturas básicas:

i) Rede elétrica;

ii) Rede rodoviária nacional regional;

iii) Rede Ferroviária;

iv) Telecomunicações;

v) Marcos geodésicos;

5.9.2. USO DO SOLO, CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SOLO RURAL E URBANO

De acordo com o novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Ordenamento do Território a classificação do solo determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo rural e solo urbano.

O território do Concelho da Lousã reparte-se, de acordo com o expresso na Planta de Ordenamento, nas classes de solo rural e solo urbano. O solo rural é constituído pelos espaços aos quais se reconhece vocação para as atividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, para atividades de proteção e conservação, para atividades de recreio e lazer, e para a instalação de infraestruturas que pela sua especificidade não lhe confirmam o estatuto de solo urbano. O solo urbano é constituído pelos espaços aos quais se reconhece vocação para o processo de urbanização e de edificação, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja possível programar incluindo os solos afetos à estrutura ecológica urbana, constituindo o seu todo o perímetro urbano.

1- De acordo com a população, o crescimento, a acessibilidade, as funções realizadas no contexto concelhio e regional e o potencial de desenvolvimento, hierarquiza-se os aglomerados do Concelho da Lousã em níveis diferenciados:

a) Nível 1 — Vila da Lousã e Vila de Serpins;

b) Nível 2 — Casal de Ermio, Fontainhas, Foz de Arouce e Vilarinho;

c) Nível 3 — Restantes aglomerados;

d) Nível 4 – Aldeias de xisto da Serra da Lousã: Candal, Casal Novo, Catarredor, Cerdeira, Chiqueiro, Silveira de Baixo, Talasnal, Vaqueirinho.

2- Integram-se ainda no sistema urbano do território do Concelho da Lousã, as áreas empresariais e industriais com efeito estruturador na organização do território, designadamente:

- a) Espaço Industrial do Alto do Padrão;
- b) Espaço Industrial/empresarial de Matinhos;
- c) Espaço industrial de Foz de Arouce;
- d) Espaço industrial de Serpins;
- e) Espaço empresarial de Casal de Ermio.

SOLO RURAL

O solo rural integra as seguintes categorias e respetivas subcategorias de espaço, identificadas na Planta de Ordenamento:

- a) Espaços agrícolas ou florestais:
 - i) Áreas agrícolas de produção fundamental;
 - ii) Áreas agrícolas de produção complementar;
 - iii) Áreas florestais de produção;
 - iv) Áreas florestais de conservação;
 - v) Áreas de uso múltiplo agrícola e florestal;

- b) Espaços afetos à exploração de recursos geológicos:
 - i) Áreas de exploração consolidada;
 - ii) Áreas de salvaguarda de exploração;
 - iii) Áreas potenciais;

- c) Espaços afetos a atividades industriais:
 - i) Unidade industrial – “Licor Beirão”;

- d) Espaços de equipamento e outras estruturas:
 - i) Aeródromo da Lousã;
 - ii) Parque de Campismo;
 - iii) Área de Caça e Pesca;
 - iv) Área de desportos motorizados;

- e) Espaço cultural – Sr.ª da Piedade;
- f) Aglomerados rurais.

SOLO URBANO

O **Solo Urbano**, identificado na planta de ordenamento, é constituído pelas **categorias operativas**:

- a) Solo urbanizado – aquele que se encontra dotado de infraestruturas urbanas e é servido por equipamentos de utilização coletiva;
- b) Solo urbanizável – aquele que se destina à expansão urbana e no qual a urbanização é sempre precedida de programação.

O **Solo Urbano** compreende ainda as seguintes **categorias funcionais de espaço**:

- a) Espaços centrais – áreas que se destinam a desempenhar funções de centralidade, para o conjunto do aglomerado urbano, com concentração de atividades terciárias e funções residenciais;
- b) Espaços residenciais – áreas que se destinam preferencialmente a funções residenciais, podendo acolher outros usos desde que compatíveis com a utilização dominante;
- c) Espaços urbanos de baixa densidade – áreas edificadas que devem ser objeto de um regime de uso de solo que garanta o seu ordenamento numa ótica de sustentabilidade e a sua infraestruturacção com recurso a soluções apropriadas;
- d) Espaços de uso especial – áreas destinadas a equipamentos ou infraestruturas estruturantes ou outros usos específicos, nomeadamente de recreio, lazer e turismo;
- e) Espaços Verdes – áreas com funções de equilíbrio ecológico e de acolhimento de atividades de recreio. Lazer, desporto e cultura, agrícolas ou florestais;
- f) Espaços de atividades económicas – áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização de espaço urbano.

Solo Urbanizado

O Solo urbanizado, delimitado na Planta de Ordenamento, corresponde às áreas que se encontram dotadas de infraestruturas urbanas e servidos por equipamentos de utilização coletiva.

No que respeita aos **solos urbanizados**, integram as seguintes subcategorias de espaço, devidamente identificadas na Planta de Ordenamento:

a) Solo urbanizado:

i) Espaços centrais:

Núcleo histórico da Lousã;

Espaços urbanos centrais;

ii) Espaços residenciais:

Espaços residenciais envolventes

Espaços residenciais dispersos;

iii) Espaços urbanos de baixa densidade:

Aldeias de xisto da Serra da Lousã;

iv) Espaços de uso especial:

Espaço para equipamentos estruturantes;

v) Espaços de atividades económicas:

Áreas industriais e empresariais

vi) Espaços verdes:

Espaços verdes de enquadramento;

Solo Urbanizável

O Solo Urbanizável, delimitado na Planta de Ordenamento, corresponde a áreas onde o solo apresenta potencialidades para urbanizar, nomeadamente com recurso a algumas infraestruturas básicas próximas. Estas áreas serão a ocupar por edifícios habitacionais de média densidade urbana, equipamentos e serviços, assim como indústrias.

À semelhança da estruturação para os solos urbanizados, os solos urbanizáveis, consoante as características, dividem-se nas seguintes subcategorias:

b) Solo urbanizável

- i) Espaços Centrais:
 - Área urbana central urbanizável;
- ii) Espaços Residenciais:
 - Área residencial envolvente urbanizável;
- iii) Espaços de atividades económicas:
 - Áreas industriais e empresariais urbanizáveis.

ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A Estrutura Ecológica Municipal, delimitada na Planta da Estrutura Ecológica Municipal, corresponde aos sistemas de proteção de valores e recursos naturais, agrícolas, florestais e culturais, integrando as áreas e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, encontrando-se subdividida em estrutura ecológica em solo urbano – também designada por estrutura ecológica urbana (EEU) – e estrutura ecológica em solo rural.

A **estrutura ecológica em solo urbano** delimitada na planta da estrutura ecológica municipal é constituída pelos solos classificados como espaços verdes de enquadramento.

A **estrutura ecológica em solo rural** é constituída pelos solos afetos à Reserva Agrícola Nacional (RAN), à Reserva Ecológica Nacional (REN), à Rede Natura 2000 (Sítio Serra da Lousã, PTCO0060), Espaço Cultural e ao Corredor Ecológico do Plano Regional Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte (PROFFIN).

5.9.3. ESPAÇOS CANAIS

Os espaços canais encontram-se delimitados na Planta de Ordenamento e correspondem a:

- a) Espaço que integra a Rede Rodoviária;
- b) Espaço que integra a Rede de Metro Ligeiro.

No correto ordenamento do território é fundamental a existência de uma rede de

acessibilidades estruturada e hierarquizada, com capacidade para servir eficazmente as diferentes valências presentes no território. Neste contexto a hierarquização da rede viária após reclassificação torna-se fundamental, tendo sido classificada da seguinte forma:

1. Rede rodoviária nacional e regional:

a) Rede nacional complementar – Estradas Nacionais (EN):

- EN17 – Limite Concelho Miranda do Corvo / Limite Concelho V. N. Poiares;
- EN342 – incluindo variante à Lousã – Limite Concelho Miranda do Corvo / Limite Concelho Góis;
- EN236 – incluindo variante a Foz de Arouce - EN17 / EN342 (Lousã).

b) Estradas regionais:

- ER2 – Limite Concelho V. N. Poiares / Limite Concelho Góis.

2. Rede rodoviária municipal:

a) Estradas municipais coletoras:

- MC236 (236-A) – EN17 / Limite Concelho Castanheira de Pera;
- MC342 (342-A) – Limite Concelho Miranda do Corvo / Sarnadinha;
- MC342-3 – MC552 (Amiais) / Limite Concelho Góis;
- MC552 – MC236 (Ponte) / MC342-3 (Serpins);
- MC554 – MC552 (Serpins) / EN342 (Covão);
- MC555 – Limite Concelho Miranda do Corvo / MC236 (Lousã).

b) Estradas municipais distribuidoras:

- MD17-A; MD342-3 (342_Golpilhares / MC552_Amiais), MD522, MD551, MD553, MD553-1, MD553-2, MD554 (Alveite Pequeno / MC552 Serpins), MD571, MD580, MD1206, MD1208, MD1209, MD1209-1, MD1211, MD1221, MD1222, MD1223, MD1223-1, MD1224, MD1225, MD1226, MD1227, MD1228, MD1229, MD1230, MD1231, MD1232, MD1233, MD1235, MD1236, MD1237, MD1238.

A rede de Metro Ligeiro do Concelho da Lousã corresponde à infraestrutura de metro ligeiro, em construção e prevista, que se desenvolve à superfície, em canal próprio exclusivo.

5.9.4. INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

No Município da Lousã, as infraestruturas básicas existentes, identificadas nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, são as seguintes:

- a) Infraestruturas de abastecimento de água:
 - i) Captações
 - ii) Adutoras;
 - iii) Reservatórios;
- b) Infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais:
 - i) Coletores;
 - ii) Emissários;
 - iii) Estações de tratamento de águas residuais;
- c) Infraestruturas de gás natural:
 - i) Rede de distribuição;
 - ii) Unidade autónoma de gás natural liquefeito;
- d) Infraestruturas de produção e transporte de energia elétrica:
 - i) Linhas elétricas;
 - ii) Parques eólicos;
 - iii) Infraestrutura de aproveitamento hidroelétrico.

5.9.5. VALORES PATRIMONIAIS

O património edificado integra os bens imóveis classificados, no Município da Lousã, que, pelas suas características, se assumem como valores de reconhecido interesse histórico, arquitetónico, arqueológico, científico, técnico ou social, sendo a sua proteção e valorização concretizadas através:

- a) Da preservação do carácter e dos elementos determinantes que constituem a sua imagem e identidade, sem prejuízo da sua adaptação, quando possível, às necessidades contemporâneas;
- b) Do condicionamento à transformação do seu espaço envolvente.

5.9.6. PROGRAMA E EXECUÇÃO DO PLANO

MECANISMOS DE PEREQUAÇÃO COMPENSATÓRIA

Os planos são, por natureza, diferenciadores relativamente à futura utilização do território. Estando toda a administração pública sujeita ao princípio da igualdade, é imperativo que sejam adotadas medidas compensatórias, que serão os mecanismos perequativos. Deste modo, os mecanismos de perequação compensatória visam assegurar a justa repartição de benefícios e encargos decorrentes da execução do Plano entre os proprietários abrangidos pelo mesmo.

A aplicação dos mecanismos de perequação compensatória definidos ocorre ao nível dos planos de pormenor e das unidades de execução a efetuar no âmbito das unidades operativas de planeamento e gestão, bem como das unidades de execução que venham a ser delimitadas pela Câmara Municipal da Lousã.

Os mecanismos de perequação a utilizar são os seguintes:

- Índice médio da utilização;
- Área de cedência média;
- Repartição dos custos de urbanização.

UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As unidades operativas de planeamento e gestão demarcam espaços de intervenção com uma planeada ou pressuposta coerência, que requerem uma abordagem integrada e de conjunto, com programas diferenciados, para tratamento a um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução, prevalecendo as suas disposições sobre as restantes do presente Regulamento.

O PDMLSA institui as seguintes unidades operativas de planeamento e gestão, que se encontram delimitadas na Planta de Ordenamento:

- a) U1 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila da Lousã;

- i) U1.1 – Plano de Pormenor da Zona da Avenida Dr. José Maria Cardoso – Rua Dr. Pedro de Lemos;
- ii) U1.2 – Área Sujeita ao Plano de Pormenor da Zona da Rua de Coimbra - Avenida D. Manuel;
- iii) U 1.3 – Área Envolvente à Estação de Espírito Santo;
- b) U2 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Foz de Arouce;
- c) U3 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Casal de Ermio;
- d) U4 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila de Serpins;
- e) U5 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Vilarinho;
- f) U6 – Estruturação Urbana de Vale Pereira do Areal;
- g) U7 – Expansão da Área industrial e empresarial do Alto do Padrão;
- h) U8 – Área Industrial e empresarial de Foz de Arouce;
- i) U9 – Área Industrial e empresarial de Serpins;
- j) U10 – Área de Recreio e Lazer – Desportos Motorizados;
- k) U11 – Parque de Campismo;
- l) U12 – Área de Caça e Pesca.

A delimitação das UOPG pode sofrer pequenos ajustes para adequação a limites cadastrais e a limites físicos, como taludes, linhas de água e caminhos.

6.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

Uma **estratégia** determina, à partida, como é que uma organização alcançará um **objetivo**, a forma como chega até ele e, talvez mais importante, a forma como conseguirá perceber se o atingiu, ou não. Bem mais importante que todo o processo de elaboração do documento que estabelece a estratégia do plano será sem dúvida, a própria implementação do processo e a forma como ele efetivamente decorre na realidade. Na verdade, existem diversos métodos, abordagens e perspetivas acerca do processo de elaboração de uma estratégia, mas o que fundamentalmente interessa é o modo como este é aplicado na realidade. Não obstante a realização dos planos, na maioria das vezes é conhecido antecipadamente o tema e os conteúdos a integrar no desenvolvimento estratégico. Embora esta afirmação possa parecer contraditória, a verdade é que a elaboração de um documento estratégico permitirá enquadrar e estabelecer as regras e as hierarquias das iniciativas e decisões assumidas para o plano.

Se tomarmos como exemplo **o enquadramento concelhio**, este será suscetível de criar desenvolvimento económico com dinamismo a partir da sua força de trabalho ou do estabelecimento das suas competências. Assim, quanto maior for a sua **força de trabalho** e a sua **capacidade empreendedora**, maior será o **dinamismo comercial e económico** desse mesmo concelho. Por outro lado, o desenvolvimento local não é possível apenas com suporte nas infraestruturas e ainda menos nos subsídios, uma vez que não o promove, apenas o sustenta. Deste modo, o desenvolvimento assenta na capacidade dos agentes locais em reunir interesses e energias para projetos comuns, ao invés de trabalharem individualmente ou contra si, de forma a alcançar resultados, por meio de uma união de forças. Resulta desta perspetiva, uma mensagem clara para os atores políticos locais no sentido de entenderem que, em contrapartida da imposição de soluções emanadas do topo para a base, que muitas vezes não geram efeitos concretos, antes de mais, deverá existir uma base de atuação centrada no que realmente gera efeitos práticos no terreno e de que forma é que estes efeitos se revelam positivos. Será este tipo de atuação e de hierarquia de procedimentos que um plano territorial deverá conter, no sentido de orientar e programar um conjunto de decisões políticas e iniciativas estratégicas previamente assumidas.

Não sendo um concelho um sistema isolado da sua envolvente, e estabelecendo importantes relações de pessoas, bens, e serviços, quer com os concelhos

limítrofes, quer com a região onde está inserido, as tendências gerais de desenvolvimento do país e da sua região, marcam forte presença nas repercussões, diretas ou indiretas e de maior ou menor impacto, que vão alterar a dinâmica sócio-económica desse mesmo território municipal. Desse modo, uma análise conjuntural do meio envolvente ao território em questão revela-se fulcral, no sentido de apreender as principais tendências de desenvolvimento, de forma a estabelecer cenários e gerar respostas que antecipem as diferentes variáveis que se vislumbram no horizonte do plano. Nesta lógica, é possível determinar aquelas que têm sido, ao longo dos anos, as principais mutações a que assistiu a sociedade e à forma como se encontra estruturada atualmente. Por conseguinte, **enumeramos seis fatores chave, responsáveis pelas principais mudanças a que se assistiu:**

FATORES CHAVE RESPONSÁVEIS PELAS PRINCIPAIS MUDANÇAS A QUE SE ASSISTIU

a) Mudanças rápidas e novas dinâmicas de crescimento económico, gerando novas oportunidades e mercados novos e simultaneamente gerando problemas nos setores económicos;

- Aumento do poder de compra e da procura
- Aumento da aquisição da habitação própria e de 2ª residência (até como fonte de rendimento)
- Maior mobilidade profissional, resultante do fim dos empregos “para toda a vida”
- Maior progressão e mobilidade social entre as classes (aumento da classe média)
- Concentração de algumas atividades económicas – administrativas e financeiras (centros de decisão)
- Perda de peso da atividade agrícola e uso deste espaço para outras atividades (profissionalização da atividade agrícola em detrimento da agricultura de subsistência)
- Diminuição da intervenção da administração central e aumento da descentralização e desconcentração administrativa – novas configurações política administrativas (associações de municípios, áreas metropolitanas, comunidades urbanas)
- Crescente deslocalização/mobilidade das atividades industriais
- Descentralização de algumas atividades económicas

b) Aumento generalizado da mobilidade das pessoas, bens, serviços e informação;

- Maior mobilidade espacial/aumento da taxa de motorização e aumento das infraestruturas
- Alterações dos padrões de migração (+ imigração/- emigração)

c) Aumento da consciência ambiental das populações e do conceito de sustentabilidade para os recursos do território;

- Aumento da consciência ambiental e conceitos de sustentabilidade
- Aumento da consciência/exigência dos cidadãos – cidadania ativa

d) Alterações nos modos de vivência e de convivência (fenómeno da rurbanização) e alteração dos fluxos migratórios;

- Litoralização e crescimentos dos principais centros urbanos (aumento das assimetrias territoriais)
- Fenómeno da periurbanização – difusão espacial dos centros urbanos
- Alterações dos padrões de vida/convivência (fenómeno da rurbanização)

e) Importância crescente dos conceitos de investigação, inovação, cultura e conhecimento que obrigam a novas exigências e novas opções;

- Aumento da taxa de escolaridade (igualmente da obrigatória)
- Formação profissional/técnica/científica contínua no decorrer da vida profissional
- Aumento da importância do setor terciário – I&D

f) Alterações demográficas com destaque para o envelhecimento da população.

- Envelhecimento da população e aumento da esperança média de vida
- Diminuição da taxa de natalidade e de fecundidade
- Diminuição da dimensão média da família tradicional

À semelhança das tendências gerais que influenciam a dinâmica do concelho, existem um conjunto de fatores críticos que podem vir a hipotecar o desenvolvimento harmonioso do concelho. Encontram-se entre eles, alguns aspetos fundamentais, como são o caso de:

FATORES CRÍTICOS QUE PODEM VIR A HIPOTECAR O DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DO CONCELHO

a) Capital humano do concelho, relacionado com a formação, a dinâmica demográfica, as disparidades sociais e a exclusão social da população;

b) Estratégias de dinamização económica, ligadas à predominância dos setores de atividade, a necessidade de recursos humanos, às taxas de desemprego e de atividade/produzitividade;

c) Transportes e vias de comunicação, inevitavelmente associados às questões de mobilidade e acessibilidade das populações nos seus movimentos pendulares, assim como à estruturação das vias de comunicação e sua importância;

d) Modelo de desenvolvimento urbano e morfologia de ocupação do solo, suportado no modelo territorial de ocupação urbana e no tipo de equipamentos e infraestruturas de apoio disponibilizados às populações;

e) Modelo de convivência de cidadania, no que respeita à consciência cívica dos munícipes, nomeadamente ao seu associativismo e capacidade de reivindicação, e à componente política do município, expresso na sua capacidade de liderança nas iniciativas locais;

f) Posicionamento estratégico e institucional do concelho na sua área de influência, com natural destaque para a relação de interdependência com capital de distrito e para o contexto regional e nacional em que o concelho se insere;

Estes fatores, associados ou de incidência particular, podem colocar em causa o desenvolvimento local, se não houver a capacidade de antecipar os seus efeitos e de considerar alternativas que inviabilizem a predominância de aspetos negativos ligados a cada um dos fatores.

6.1. OBJETIVO GLOBAL

O **objetivo global** assenta nos diversos recursos do Concelho, nomeadamente os ambientais, paisagísticos, históricos e arqueológicos, bem como na sua proximidade à capital Distrital. Neste sentido, o Objetivo Global apresentado procura simultaneamente afirmar o Concelho no contexto regional e valorizar e potenciar os seus recursos para um mercado turístico exigente.

Desta forma, apresentam-se um leque de Vetores Estratégicos que procuram definir um **Objetivo Global**:

Garantir o desenvolvimento equilibrado do território, protegendo e valorizando o património natural e paisagístico e a biodiversidade do concelho, com recurso a uma política de ordenamento do território sustentável, visando assegurar uma maior coesão territorial e económico-social.

VETORES ESTRATÉGICOS

Os **Vetores Estratégicos** analisados e que estão na base de o Objetivo Global são:

- **Afirmação e consolidação da posição do concelho da Lousã na região, potenciando-o como centro de turismo de montanha;**
- **Manutenção da qualidade ambiental e paisagística do concelho, transformando a Lousã numa plataforma de excelência para a preservação e investigação florestal;**
- **Salvaguarda e recuperação do Património Natural, Arqueológico e Histórico-arquitetónico;**
- **Promoção da complementaridade entre as atividades económicas, a cultura e o ambiente natural, com particular incidência no cluster do papel.**

6.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

No sentido de atingir o objetivo assente nos referidos vetores, apontam-se 6 **Objetivos Estratégicos** que se interrelacionam e completam na sua ação:

- 1) Afirmação do Concelho no contexto regional e nacional como área privilegiada de oferta de atividades turísticas/lazer e económicas, sustentada no ambiente natural e nos recursos endógenos com destaque para a floresta;
- 2) Ajustamento das Acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intraconcelhias;
- 3) Conclusão e manutenção da política de infraestruturação e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliada com sistemas multimunicipais;
- 4) Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo, de saúde, bem como de infraestruturas industriais e económicas, às necessidades da população;
- 5) Promoção, valorização e preservação do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico;
- 6) Implementação, dinamização e monitorização dos diversos Planos, com recurso a novas tecnologias de informação.

Cada Objetivo é composto por uma série de medidas gerais que procuram consubstanciar e reforçar o objetivo global. Seguidamente são apresentados as várias medidas gerais por objetivo estratégico.

6.3. GRANDES MEDIDAS E AÇÕES

No âmbito dos Objetivos Estratégicos, anunciados de forma genérica, é necessário materializar as aspirações e orientações através da apresentação de medidas e ações concretas que permitam a cabal implementação do Plano. Seguidamente são apresentados as grandes medidas e ações a desenvolver para cumprir os objetivos estratégicos delineados.

1. Afirmação do Concelho no contexto regional e nacional como área privilegiada de oferta de atividades turísticas/lazer e económicas, sustentada no ambiente natural e nos recursos endógenos com destaque para a floresta;

- 1.1. Construção de diversos hotéis no concelho: Hotel na Quinta do Areal e Hotel em Vilarinho;
- 1.2. Melhoramento e uniformização da sinalética de informação turística no Concelho;
- 1.3. Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável;
- 1.4. Reforço na aposta do turismo ecológico/ambiental/acessível;
- 1.5. Apoio à inserção do concelho em circuitos turísticos.

2. Ajustamento das Acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intraconcelhias;

- 2.1. Prolongamento da variante N342, até Arganil;
- 2.2. Remodelação e requalificação urbana da linha ferroviária da Lousã e respetivas estações e apeadeiros, no âmbito da modernização da linha da Lousã pela Metro Mondego.

3. Conclusão e manutenção da política de infraestruturização e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliada com sistemas multimunicipais;

- 3.1. Construção do Estaleiro Municipal;
- 3.2. Construção de novas ETAR/EE;
- 3.3. Construção de redes de drenagem de águas residuais nos aglomerados urbanos do Concelho;
- 3.4. Reforço das redes de infraestruturas de água e saneamento básico;
- 3.5. Instalação de placares de sinalização de risco de incêndio em áreas florestais.

4. Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo, de saúde, bem como de infraestruturas industriais e económicas, às necessidades da população;

- 4.1. Nova Unidade de Saúde Familiar da Lousã;
- 4.2. Nova escola EB 1,2,3;
- 4.3. Novo Cemitério Municipal;
- 4.3. Reconversão da antiga ETAR da Lousã;
- 4.4. Criação de uma zona de caça com campo de treinos na proximidade campo de futebol das Gândaras;
- 4.5. Criação de uma zona de lazer e desporto na área envolvente ao aeródromo;
- 4.6. Modernização do Polidesportivo em Serpins;
- 4.7. Reforço da aposta no desporto escolar/ desporto jovem;
- 4.8. Criação de áreas industriais e empresariais;
- 4.9. Criação de programas específicos de incentivo à qualificação e promoção de emprego;
- 4.10. Criação de emprego ao nível do setor turístico;
- 4.11. Criação de novos cursos profissionais com repercussão direta na criação de postos de trabalho no concelho (Turismo, floresta, hotelaria, restauração, ambiente);
- 4.12. Implementação de esquema de apoios aos empresários e empreendedores no concelho;
- 4.13. Requalificação dos espaços industriais no sentido de melhorar o enquadramento paisagístico e urbanístico;
- 4.14. Criação de um Ecocentro;
- 4.15. Continuação da requalificação do Quartel dos Bombeiros Municipais da Lousã;
- 4.16. Construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Serpins (em execução);
- 4.17. Requalificação do Cine-Teatro da Lousã;
- 4.18. Revitalização urbana da Lousã.

5. Promoção, valorização e preservação do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico;

- 5.1. Requalificação da casa da natureza na Sr.ª da Piedade;
- 5.2. Requalificação e recuperação dos percursos pedestres na Serra da Lousã;
- 5.4. Criação de área classificada no altar do Trevim;
- 5.3. Integração da Rede Natura 2000 em projeto de Interpretação ambiental, postos de observação da fauna e percursos ambientais;
- 5.4. Criação de um parque de campismo;
- 5.5. Criação da estrada panorâmica da Serra da Lousã;
- 5.6. Qualificação das margens do Rio Arouce e Rio Ceira em Foz de Arouce;
- 5.7. Valorização das margens do Rio Ceira e praia fluvial de Casal de Ermio;
- 5.9. Projetos de recuperação e beneficiação de troços de vias antigas, nomeadamente, através da criação de percursos orientados e interpretativos, integrados na estratégia de animação e dinamização do concelho da Lousã;
- 5.10. Criação de rotas turísticas de valor arqueológico, geológico, industrial e cultural, integradas na estratégia de animação e dinamização do concelho da Lousã.

6. Implementação, dinamização e monitorização dos diversos Planos, com recurso a novas tecnologias de informação.

- 6.1. Planos de Urbanização, Planos de Pormenor e Unidades de Execução;
- 6.2. Criação do Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), dotando-o com as valências multidisciplinares necessárias;
- 6.3 Implementação dos projetos da Agenda 21;
- 6.4 Implementação do PDICE.

6.4. UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

No sentido de operacionalizar todo o conjunto de medidas e ações que territorializam os objetivos estratégicos propostos, a equipa do plano esboçou a definição de 12 Unidades operativas de planeamento e Gestão (UOPG), no sentido de dotar as diversas áreas do concelho, submetidas a curto prazo a intervenções de carácter urbanístico, a objetivos e orientações específicos, de forma a dotá-las das condições necessárias para a prossecução dos trabalhos a executar. Deste modo, nesta parte do relatório, proceder-se-á à identificação e descrição de cada uma das UOPG previstas, bem como os objetivos e orientações preconizados para cada uma delas em particular. Por conseguinte, encontramos as seguintes unidades:

UOPG 1 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila da Lousã

Objetivos

Unidade operativa que visa promover o estudo e a gestão do espaço correspondente à vila da sede de concelho da Lousã, procurando dar resposta a uma lacuna na gestão territorial, isto é, à inexistência de um instrumento de gestão para o território da sede concelhia.

Sub-UOPG 1.1 – Plano de pormenor da Zona da Avenida Dr. José Maria Cardoso – Rua Dr. Pedro Lemos (em vigor)

Objetivos

Esta unidade operativa compreende o plano de pormenor, em vigor, da zona compreendida entre a Av. Dr. José Cardoso e a R. Dr. Pedro Lemos e define a estrutura de ocupação da área central da vila da Lousã.

Sub-UOPG 1.2 – Área Sujeita ao Plano de Pormenor da Zona da Rua de Coimbra – Avenida D. Manuel I

Objetivos

Esta unidade operativa compreende a elaboração de um plano de pormenor, da Av. D. Manuel I que procura definir e requalificar o enquadramento de uma nova via de acesso à Vila da Lousã.

Sub-UOPG 1.3 – Área Envolvente à Estação de Espírito Santo

Objetivos

Esta unidade operativa compreende a elaboração de um plano de pormenor, na área envolvente à estação de Espírito Santo, que procura definir e requalificar o enquadramento de uma nova estação da Rede de Metro Ligeiro do Sistema de Mobilidade do Mondego.

UOPG 2 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Foz de Arouce

Objetivos

A elaboração do plano de urbanização de foz de Arouce teve lugar pela necessidade de repensar o território urbano, gerindo aptidões inquestionáveis e tentando de forma coerente responder a anseios de desenvolvimento, em parte travados pela escassez de oferta de terrenos para fixação da população mais jovem.

UOPG 3 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Casal de Ermio

Objetivos

A elaboração do plano de urbanização de Casal de Ermio teve lugar pela necessidade de repensar o território urbano, gerindo aptidões inquestionáveis e tentando de forma coerente responder a anseios de desenvolvimento, em parte travados pela escassez de oferta de terrenos para fixação da população mais jovem.

UOPG 4 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Vila de Serpins

Objetivos

A elaboração do plano de urbanização de Serpins teve lugar pela necessidade de repensar o território urbano, gerindo aptidões inquestionáveis e tentando de forma coerente responder a anseios de desenvolvimento, em parte travados pela escassez de oferta de terrenos para fixação da população mais jovem.

UOPG 5 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de VilarinhoObjetivos

Unidade operativa que procura contrariar o crescimento do aglomerado urbano assente na rede viária existente e na espontaneidade da sua formação. Procura requalificar o espaço urbano privilegiando a consolidação e o preenchimento dos espaços deixados livres pela ocupação linear/dispersa ao longo dos caminhos.

UOPG 6 – Estruturação Urbana de Vale Pereira do ArealObjetivos

Esta UOPG tem por objetivo a criação de uma área predominantemente habitacional e respetivas funções complementares, podendo integrar outras funções e instalações, nomeadamente equipamentos e hotelaria e similares que deverão ser compatíveis com a função habitacional.

UOPG 7 – Expansão da Área Industrial e Empresarial do Alto do PadrãoObjetivos

Expansão da mais importante zona industrial do concelho da Lousã, dotando-a com espaços para novas valências industriais e correspondendo às dinâmicas de procura e de instalação de novas edificações industriais.

UOPG 8 – Área Industrial e Empresarial de Foz de ArouceObjetivos

Unidade operativa que visa enquadrar a realocização da zona industrial da freguesia de Foz de Arouce, já existente no atual plano em vigor como zona industrial de reserva, mas que entretanto, face ao avanço do plano de urbanização, viu a sua localização alterada.

UOPG 9 – Área Industrial e Empresarial de SerpinsObjetivos

A delimitação da área do presente UOPG surge da necessidade de prever novas áreas industriais para fazer face às pressões dos agentes económicos.

UOPG 10 – Área de Recreio e Lazer – Desportos MotorizadosObjetivos

A UOPG10 tem por objetivo o desenvolvimento de uma área de aptidão turística, com a criação de uma área de recreio e lazer ligada aos desportos motorizados,

beneficiando dos recursos naturais existentes, nomeadamente a morfologia do terreno.

UOPG 11 – Parque de Campismo

Objetivos

A UOPG11 tem por objetivo o desenvolvimento de uma área de aptidão turística, com a criação de um parque de campismo, próximo do lugar do Chiqueiro, na Serra da Lousã, beneficiando dos recursos naturais e paisagísticos existentes.

UOPG 12 – Área de Caça e Pesca

Objetivos

A UOPG12 tem por objetivo o desenvolvimento de uma área de aptidão turística, na proximidade do campo de futebol das Gândaras, com a criação de uma área de caça e pesca, beneficiando dos recursos naturais existentes na área.

7.

PROGRAMA DE EXECUÇÕES E MEIOS DE FINANCIAMENTO

Neste capítulo, serão apresentados os programas de execuções, relativos às medidas e ações decorrentes da proposta de plano apresentada.

QUADRO 7.1 – INTERVENÇÕES DE CARÁTER GENÉRICO – DOMÍNIO DAS POLÍTICAS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INTERVENÇÃO	MEDIDAS E AÇÕES	PERÍODO 2013 2015	PERÍODO 2016 2018	PERÍODO 2019 2021	CUSTOS ESTIMADOS	FONTES DE FINANCIAMENTO
Afirmção do Concelho no contexto regional e nacional como área privilegiada de oferta de atividades turísticas/lazer e económicas, sustentada no ambiente natural e nos recursos endógenos com destaque para a floresta	Melhoramento e uniformização da sinalética de informação turística no concelho	Plano de Desenvolvimento Turístico Marketing Territorial Rede de percursos pedestres da Serra da Lousã				100.000€	CM Lousã
	Promoção e apoio à inserção do concelho em circuitos turísticos externos						
	Reforço na aposta do turismo ecológico/ambiental e acessível						
Promoção, valorização e preservação do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico	Estrada panorâmica da Serra da Lousã						
	Envolvimento de agentes						
Ajustamento das Acessibilidades inter-regionais e conservação/monitoriz ação das vias intraconcelhias	Prolongamento da EN342 até Arganil (Concessão do Pinhal Interior)					----	Estradas de Portugal, EPE Fundos Comunitários e outros
	Remodelação e requalificação urbana da linha ferroviária da Lousã e respetivas estações e apeadeiros, no âmbito da modernização da linha da Lousã pela Metro Mondego					----	Metro Mondego Fundos Comunitários
Conclusão e manutenção da política de infraestruturação e saneamento básico nos aglomerados urbanos e rurais, conciliada com sistemas multimunicipais	Construção de redes de drenagem de águas residuais nos aglomerados urbanos do concelho					3.500.000€	CM Lousã QREN Águas do Mondego, SA
Adequação da oferta de equipamentos coletivos e serviços de carácter social, cultural, educativo, de saúde, bem como de infraestruturas industriais e económicas, às necessidades da população	Rede Urbana dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego (RUCI)					125.000€	CM Lousã QREN
	Rede de Equipamentos de Saúde e de Educação e Assistência Social					(1)	CM Lousã QREN Inv. Privado
(1) A definir consoante a tipologia dos equipamentos							

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INTERVENÇÃO	MEDIDAS E AÇÕES	PERÍODO 2013 2015	PERÍODO 2016 2018	PERÍODO 2019 2021	CUSTOS ESTIMADOS	FONTES DE FINANCIAMENTO
Implementação, dinamização e monitorização dos diversos Planos com recurso a novas tecnologias da informação	Plano Estratégico e de Ação para a Região do Pinhal Interior Norte (PEA-PIN)	<p>Criação do Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica (SIG)</p> <p>Implementação do PDICE</p> <p>Adequação dos PMOT ao PROTCENTRO</p> <p>Implementação do PDICE</p> <p>Implementação dos Projetos da Agenda 21 Lousã</p>				50.000€	CM Lousã

QUADRO 7.2 – INTERVENÇÕES TERRITORIALIZÁVEIS – DOMÍNIO DO URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

INTERVENÇÃO	MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	PERÍODO 2013 2015	PERÍODO 2016 2018	PERÍODO 2019 2021	CUSTOS ESTIMADOS	FONTES DE FINANCIAMENTO
LOUSÃ							
Revitalização urbana	Revitalização Urbana da Lousã	Elaboração de programas e projetos e respetiva execução				1.900.000€	CM Lousã Fundos comunitários
	Organização e qualificação dos Espaços Verdes de Enquadramento						
Equipamentos Estruturantes	Requalificação do Quartel de Bombeiros Municipais da Lousã	Em construção				450.000€	CM Lousã QREN
	Requalificação do Cine-Teatro da Lousã	Elaboração de projetos e respetiva execução				500.000€	CM Lousã Outros
	Complexo Desportivo e de Lazer	Aquisição de terrenos e elaboração de programas e projetos e respetiva execução				1.000.000€	CM Lousã Outros
Área industrial e empresarial dos Matinhos	Requalificação do espaço empresarial	Elaboração de projeto e execução				100.000€	CM Lousã Fundos comunitários
Área industrial e empresarial do Alto do Padrão	Ampliação e requalificação da área industrial e empresarial	Elaboração de projetos e respetiva execução				500.000€	CM Lousã Fundos comunitários
Estruturação da Rede Viária	Requalificação da EN342 (Padrão/Lousã)	Em execução				500.000€	CM Lousã QREN
	Alcatroamento da Estrada das Hortas	Elaboração de projetos e respetiva execução				800.000€	CM Lousã QREN
	Nó dos Pegos	Execução da obra				150.000€	CM Lousã Estradas de Portugal
	Variante Sul à Lousã	Elaboração de projetos				20.000€	CM Lousã

INTERVENÇÃO	MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	PERÍODO 2013 2015	PERÍODO 2016 2018	PERÍODO 2019 2021	CUSTOS ESTIMADOS	FONTES DE FINANCIAMENTO
Estruturação da Rede Viária	Requalificação da Rua General Humberto Delgado	Candidatura e elaboração de programas, projetos e respetiva execução				400.000€	CM Lousã QREN
Reforço da Rede de Saneamento Básico e Água	Reforço das Redes de Infraestruturas de água e de saneamento básico da zona sul - Levegadas	Candidatura e elaboração de programas, projetos e respetiva execução				350.000€	CM Lousã Fundos comunitários
GÂNDARAS							
Equipamentos Estruturantes	Construção do novo cemitério municipal	Elaboração e execução de projeto				500.000€	CM Lousã JF Gândaras Fundos comunitários
	Reconversão da antiga ETAR da Lousã	Elaboração de projetos e respetiva execução				150.000€	CM Lousã JF Gândaras
Estruturação da Rede Viária	Desenvolver estudos e projetos de construção de vias de circulação	Elaboração de projetos e intervenções				50.000€	CM Lousã Fundos comunitários
FOZ DE AROUCE							
Qualificação da Estrutura Ecológica e do Espaço Público	Qualificação das margens do Rio Arouce e Rio Ceira	Elaboração de programas e projetos e aquisição de terrenos				150.000€	CM Lousã Outros
	Zona de Lazer de Foz de Arouce						
Reforço da Rede de Saneamento Básico	Reforço das Redes de Infraestruturas de água e de saneamento básico e construção de EE	Elaboração de programas, projetos e respetiva execução				300.000€	CM Lousã Fundos comunitários
Estruturação da Rede Viária	Desenvolver estudos e projetos da Variante à Estrada da Beira	Elaboração de programas, projetos				(1)	Fundos comunitários e outros
CASAL DE ERMIO							
Valorização Ambiental e Paisagística	Valorização das margens do Ceira e Praia Fluvial	Elaboração e execução de programas e projetos e intervenções				50.000€	CM Lousã Outros
Estruturação da Rede Viária	Desenvolver estudos e projetos de construção de vias alternativas ao tráfego de passagem e à delimitação de novas zonas de expansão urbana	Elaboração de programas e projetos				20.000€	CM Lousã
Pólo Empresarial de Casal de Ermio	Estruturação e ampliação	Realização de intervenções				50.000€	CM Lousã
SERPINS							
Estruturação da Rede Viária	Desenvolver estudos e projetos de construção de vias de circulação	Elaboração de programas e projetos				100.000€	CM Lousã
Continuação da qualificação do Largo da Feira dos Bois	Requalificação urbanística deste espaço com interrelação entre ele e os espaços envolventes	Elaboração e execução de projeto e intervenções				50.000€	CM Lousã
(1) A definir							

INTERVENÇÃO	MEDIDAS E AÇÕES	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	PERÍODO 2013 2015	PERÍODO 2016 2018	PERÍODO 2019 2021	CUSTOS ESTIMADOS	FONTES DE FINANCIAMENTO
Continuação da qualificação do parque de campismo e continuação da qualificação e ampliação da Praia Fluvial da Sr.ª da Graça	Reordenamento de espaços e qualificação da área afeta ao parque de campismo e à Praia Fluvial da Sr.ª da Graça	Elaboração e execução de projeto e intervenções				75.000€	CM Lousã JFSerpins
Continuação da modernização do pavilhão desportivo	Criação de zonas de lazer e campo exterior	Execução do projeto				300.000€	CM Lousã JF Serpins AD Serpins
Construção do Quartel dos Bombeiros	Dotar o corpo de bombeiros com um equipamento moderno e funcional de apoio às atividades da corporação	Em construção				570.000€	CM Lousã QREN AHBVS JF Serpins
Acessibilidade Ferroviária	Construção da Estação de Casal de Santo António	Execução da Obra				50.000€	Metro Mondogo Fundos Comunitários
Redes de Infraestruturas de água e de saneamento básico	Reforço das redes de infraestruturas de água e de saneamento	Candidatura e Elaboração de programas, projetos e respetiva execução				300.000€	CM Lousã Fundos comunitários
VILARINHO							
Equipamentos Estruturantes	Construção de unidade de saúde familiar, acesso e infraestruturas complementares	Em construção				1.900.000€	CM Lousã ARS QREN FEDER
	Construção da escola básica da Lousã	Em construção				5.500.000€	CM Lousã DREC QREN
	Construção do novo Centro Social da ADIC	Em construção				1.000.000€	CM Lousã Inv. Privado
Estruturação da rede viária	Qualificar a rede viária existente com melhoria de perfis e pavimentos	Elaboração e execução de projeto e intervenções				75.000€	CM Lousã
Redes de Infraestruturas de água e de saneamento básico	Reforço das Redes de Infraestruturas de água e de saneamento básico	Intervenção em Casal de Espírito Santo/Freixo				750.000€	CM Lousã Fundos comunitários

QUADRO 7.3 – INTERVENÇÕES EM UOPG – PROGRAMAÇÃO

INTERVENÇÃO EM UOPG	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS E AÇÕES	PERÍODO 2013 2015	PERÍODO 2016 2018	PERÍODO 2019 2021	CUSTOS ESTIMADOS	FONTES DE FINANCIAMENTO
UOPG 1 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização da Lousã	Estruturação urbanística da Vila da Lousã considerando os novos fatores de desenvolvimento, como a variante à EN-236, a variante à EN-342 e a perspetiva do Metro Mondego					Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 25.000€	
	Qualificação e Valorização do Núcleo antigo e Valorização do Património						
	Definição de uma rede de Estrutura Ecológica Municipal capaz de proporcionar um ambiente urbano agradável e atrativo						
UOPG 2 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização de Foz de Arouce	Estruturação urbanística do Centro da Freguesia de Foz de Arouce				Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 15.000€		
	Dotar a sede de freguesia de equipamentos estruturantes de utilização pública na área do lazer						
UOPG 3 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização de Casal de Ermio	Definição de uma estrutura ambiental com particular destaque para o aproveitamento das margens do Ceira e do Arouce como espaços de lazer e percursos de recreio				Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 15.000€		
	Estruturação urbanística do Centro da Freguesia de Casal de Ermio						
UOPG 4 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização de Serpins	Requalificação dos canais de circulação viária, equacionando alternativas como vias de delimitação de expansão urbana e/ou criação de vias circulares alternativas ao tráfego de passagem				Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 20.000€		
	Definição de uma estrutura ambiental com particular destaque para o aproveitamento das margens do Ceira como espaços de lazer e percursos de recreio						
	Dotar a sede de freguesia de equipamentos estruturantes de utilização pública na área da proteção civil e cultura						
UOPG 5 – Área Sujeita ao Plano de Urbanização de Vilarinho	Estruturação urbanística do Centro da Freguesia de Vilarinho				Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 15.000€		
	Reformular e hierarquizar a rede viária, como opção de qualificação e funcionalidade						

	urbana				
	Incentivar a implementação de empreendimentos turísticos de qualidade, promovendo o incentivo e a fixação de atividades de apoio ao turismo				
UOPG 6 – Estruturação Urbana de Vale de Pereira	Projeto de urbanização a desenvolver na zona do Arneiro				Execução e projeto a cargo de investidores privados
UOPG 7 – Expansão do Espaço Industrial do Alto do Padrão	Programar a expansão da Zona Industrial do Alto Padrão	Seleção, Aquisição e negociação dos terrenos Trabalhos de topografia e Elaboração do Plano de Pormenor			Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 75.000€
UOPG 8 – Espaço Industrial de Foz de Arouce	Relocalização da Zona Industrial de Foz de Arouce	Seleção, Aquisição e negociação dos terrenos Trabalhos de topografia e Elaboração do Plano de Pormenor			Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 40.000€
UOPG 9 – Espaço Industrial de Serpins	Criação de uma zona industrial da Freguesia	Seleção, Aquisição e negociação dos terrenos Trabalhos de topografia e operações de loteamento			Os trabalhos serão desenvolvidos pelos Serviços Técnicos Municipais. Para elaboração de estudos técnicos de apoio necessários estima-se 25.000€
UOPG 10 – Área de Aptidão Turística Recreio e Lazer (Desportos motorizados)	Construção de zona de lazer e desporto na área envolvente ao aeródromo				Execução e projeto a cargo de investidores privados
UOPG 11 – Área de Aptidão Turística do Parque de Campismo de Montanha	Criação de um parque de campismo de montanha na Serra da Lousã				Execução e projeto a cargo de investidores privados
UOPG 12 – Área de Aptidão Turística de Caça e Pesca	Construção de uma zona de caça com campo de treinos e de uma zona de pesca no Rio Arouce.				Execução e projeto a cargo de investidores privados

ANEXOS

QUADROS:

QUADRO I – ANÁLISE DOS AGLOMERADOS URBANOS DO PDM

FIGURAS:

➤ Fig. I – ANÁLISE DOS AGLOMERADOS URBANOS DO PDM